

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

**As transformações sócio-espaciais
na área da Usina Hidrelétrica de Itá**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Luís Fugazzola Pimenta

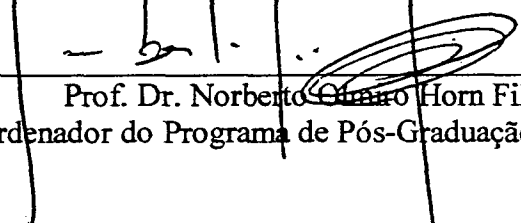
Mestranda: Soraya Nórr

FLORIANÓPOLIS
Novembro de 2001

“As transformações sócio-espaciais na área da Usina Hidrelétrica de Itá”.

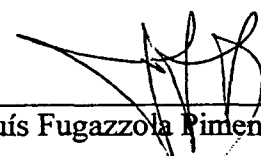
Soraya Nór

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Prof. Dr. Norberto Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

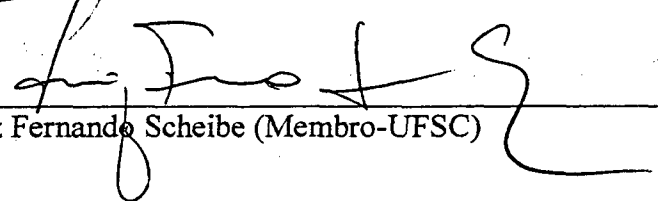
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 29/11/2001



M.Sc. Luís Fugazzola Pimenta (Presidente e Orientador-UFSC)



Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Membro-UFSC)



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2001

Este trabalho é dedicado aos meus filhos,
Caio, Fábio e Mariana,
que seguem me ensinando que é preciso buscar um sentido.

I. APRESENTAÇÃO e AGRADECIMENTOS

O interesse em trabalhar com a Usina Hidrelétrica de Itá decorre de minha experiência profissional como arquiteta, na área de meio ambiente das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL e, posteriormente, nas Centrais Geradoras do Sul do Brasil – GERASUL, onde, ao longo de 13 anos, participei da equipe de implantação de reservatórios de usinas hidrelétricas.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, vislumbrei a possibilidade de estudar as relações da população atingida pelo empreendimento de Itá com as transformações do espaço, por meio desta área de conhecimento.

Essa escolha é, portanto, decorrência de minha trajetória pessoal e também da consciência do quanto ainda é preciso aprender.

Neste processo de aprendizagem pude contar com a preciosa colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de poder contar com o ensino público brasileiro e a todos que lutam pela sua manutenção e enriquecimento, e também aos professores do departamento de Geociências da UFSC pela possibilidade da incursão interdisciplinar.

Agradeço de forma especial ao professor *Luís Fugazzola Pimenta* por sua dedicação na orientação deste trabalho, por seu empenho no aperfeiçoamento da abordagem a que me propus e por ter sempre incentivado meu desenvolvimento acadêmico de modo significativo, para que fosse possível percorrer esta etapa.

Ao professor *Idaleto Malvezzi Aued* de quem recebi contribuições decisivas para a construção do conhecimento a respeito deste tema, agradeço pela sua atuação na Banca de Qualificação e pela atenção na elaboração desta dissertação.

Ao professor *Luiz Fernando Scheibe*, igualmente pela sua participação na Banca de Qualificação, pelas valiosas anotações e observações acerca do conhecimento geográfico e das questões metodológicas.

Meu reconhecimento também aos colegas de mestrado pela colaboração e incentivo.

Dentre as pessoas que cordialmente dispuseram-se a oferecer conhecimento, experiência, tempo, informações, instalações, meios, materiais, dados – todos fundamentais para que esta pesquisa fosse empreendida, agradeço: *Afrânio Boppré, Aldo Guido Votto, Antonio Luiz Zanella, Arlene Dias Rodrigues, Fulgêncio de Amorim Duarte, Julio Pavesi, Jussara Maria Silva, Lauri Bernardo Simon, Lia Rosa Camargo Martins, Luiz Nogueira Palma, Maria Cristina Claramunt, Marilda Mota, Marta Inês Bender Sartoretto, Nina Rosa Lages Costa e, especialmente, Paulo Roberto do Nascimento.*

RIOS SEM DISCURSO

Quando um rio corta, corta-se de vez
O discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços d'água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionarária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda;
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase a frase,
até a setença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

MELO NETO (1986, p.26)



FOTO: PAVESI

Figura 1 - RIO URUGUAI

II. SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS.....	04
LISTA DE TABELAS.....	08
LISTA DE FIGURAS.....	09
LISTA DE SIGLAS.....	10
RESUMO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MÉTODO.....	17
1.2 PROCEDIMENTOS DE MÉTODO.....	18
1.3 O PROCESSO PRODUTIVO E O ESPAÇO.....	21
2 O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO.....	24
2.1 A CONFORMAÇÃO ESPACIAL.....	24
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA.....	31
2.3 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	39
3 A USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ.....	43
3.1 UMA NOVA PAISAGEM.....	43
3.2 O EMPREENDIMENTO.....	51
3.3 A POPULAÇÃO ATINGIDA.....	55
4 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL.....	60
4.1 LOCALIZAÇÃO.....	60
4.2 DINÂMICA POPULACIONAL.....	63
4.3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	67
4.4 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA.....	73
4.5 ÊXODO RURAL.....	78
5 O ESPAÇO UNIFICADO.....	87
5.1 ESPAÇO URBANO E ESPAÇO AGRÍCOLA.....	87
5.2 UM NOVO TEMPO E UM NOVO ESPAÇO.....	89
5.3 AS PRÁTICAS ECONÔMICAS.....	92
5.4 A REGIÃO E O LUGAR.....	95
6 PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	97
6.1 OS PLANOS DE OCUPAÇÃO PARA AS MARGENS DO LAGO.....	97
6.2 O PLANO DA GERASUL.....	100
6.3 PLANO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ.....	108
6.4 OS NOVOS USOS.....	115
6.5 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	132
6.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	138
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
ANEXOS.....	152

III. LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – MUNICÍPIOS CATARINENSES.....	43
TABELA 4.1 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	63
TABELA 4.2 – POPULAÇÃO RESIDENTE E A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	64
TABELA 4.3 – POPULAÇÃO ABSOLUTA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	65
TABELA 4.4 – DIFERENÇA ABSOLUTA DA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE.....	66
TABELA 4.5 – POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E PERDA RELATIVA.....	67
TABELA 4.6 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES DA ECONOMIA NO PIB.....	68
TABELA 4.7 – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL.....	68
TABELA 4.8 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL.....	69
TABELA 4.9 – VALOR AGREGADO MÉDIO POR ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA.....	70
TABELA 4.10 – VALOR AGREGADO MÉDIO POR PESSOA OCUPADA.....	71
TABELA 4.11 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS.....	72
TABELA 4.12 – PERCENTUAL MÉDIO DAS FAMÍLIAS RURAIS.....	72
TABELA 4.13 – CRESCIMENTO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS.....	73
TABELA 4.14 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	75
TABELA 4.15 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA.....	75
TABELA 4.16 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS.....	76
TABELA 4.17 – COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA OCUPADA.....	77
TABELA 4.18 – PARTICIPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA OCUPADA NO TOTAL ESTADUAL.....	77
TABELA 4.19 – IMIGRAÇÃO.....	79
TABELA 4.20 – ESTIMATIVA DO ÊXODO RURAL.....	81
TABELA 4.21 – ESTIMATIVA DO ÊXODO TOTAL.....	82
TABELA 4.22 – ESTIMATIVA DE SALDO MIGRATÓRIO - 1980 A 1991.....	82
TABELA 4.23 – ESTIMATIVA DO SALDO MIGRATÓRIO - 1991 A 1996.....	83
TABELA 4.24 – CRESCIMENTO VEGETATIVO – 1980 A 1988.....	83
TABELA 4.25 – CRESCIMENTO VEGETATIVO – 1989 A 1996.....	83
TABELA 4.26 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO.....	84
TABELA 6.1 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DOS LOTES.....	117

IV. LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – RIO URUGUAI.....	06
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO.....	13
FIGURA 3 – COLONIZAÇÃO.....	27
FIGURA 4 – PROPAGANDA DAS EMPRESAS COLONIZADORAS	27
FIGURA 5 – LOTEAMENTO COLONIAL TÍPICO.....	29
FIGURA 6 – UNIDADES RURAIS ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI.....	38
FIGURA 7 – FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA.....	45
FIGURA 8 – TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM.....	46
FIGURA 9 – MUNICÍPIOS CATARINENSES ATINGIDOS	47
FIGURA 10 – ITÁ – CIDADE VELHA – TOTALMENTE INUNDADA	48
FIGURA 11 – CIDADE DE ITÁ – VISTA AÉREA.....	49
FIGURA 12 – NÚCLEO RURAL ATINGIDO.....	50
FIGURA 13 – BACIA DO RIO URUGUAI.....	52
FIGURA 14 – DOCUMENTO DA CRAB	53
FIGURA 15 - PROPRIEDADES RURAIS ATINGIDAS	57
FIGURA 16 – DOCUMENTO DA ELETROSUL	58
FIGURA 17 – RELOCAÇÃO DE RESIDÊNCIAS.....	59
FIGURA 18 – MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	61
FIGURA 19 – MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CONCÓRDIA	62
FIGURA 20 – CONTRASTES	94
FIGURA 21 – DIVULGAÇÃO DA AMULBI	99
FIGURA 22 – OCUPAÇÃO SUGERIDA PELA GERASUL.....	104
FIGURA 23 – MUSEU E CASA DE CULTURA	106
FIGURA 24 – REUNIÃO DO PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITÁ.....	110
FIGURA 25 – ALTERAÇÕES DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE ITÁ.....	112
FIGURA 26 – CIDADE DE ITÁ – ADENSAMENTO DA PERIFERIA	113
FIGURA 27 – CONFLITOS	116
FIGURA 28 – LOTES RURAIS.....	119
FIGURA 29 – INSTALAÇÕES DOS AGRICULTORES.....	120
FIGURA 30 – LOTE RURAL 03.....	121
FIGURA 31 – LOTE RURAL 18.....	122
FIGURA 32 – LOTE RURAL 22.....	123
FIGURA 33 – LOTES RURAIS 26 E 27	124
FIGURA 34 – LOTE RURAL 65.....	125
FIGURA 35 – LOTES RURAIS 97 E 98	126
FIGURA 36 – LOTE RURAL 21.....	128
FIGURA 37 – PARQUE DAS ÁGUAS TERMAIS	129
FIGURA 38 – IMPRENSA LOCAL.....	131
FIGURA 39 – AGRICULTORES DAS MARGENS DO RIO URUGUAI.....	143

IV. LISTA DE SIGLAS

AMULBI – Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem da Usina Hidrelétrica de Itá

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S. A.

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

ECSA – Engenharia Sócio-Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas do Brasil

ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.

GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITASA – Itá Energética S.A.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

RESUMO

Esta dissertação trata das transformações sócio-espaciais na área de implantação da Usina Hidrelétrica de Itá. Estuda, particularmente, os municípios catarinenses atingidos pelo empreendimento. Observa-se o novo arranjo espacial às margens do reservatório da usina, caracterizado pela crescente urbanização de áreas rurais e pelas diretrizes políticas de planejamento territorial, voltadas para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer. O espaço é considerado no seu movimento de inter-relação com a sociedade e, para tanto, procura-se compreender os processos histórico, social e econômico que o produzem, de acordo com o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As transformações na área de estudo agravam as desigualdades sociais e reforçam o quadro de exclusão decorrente da agroindústria. Ao longo do trabalho, procura-se evidenciar a situação da população local, formada basicamente por pequenos produtores rurais, cada vez mais impossibilitados de produzir sua existência.

ABSTRACT

This thesis deals with the socio-spatial sciences in the implantation area of the Hydroelectric Plant in Itá. It studies, particularly the catarinense cities reached by the enterprise. The new space array to the margins of the reservoir of the plant, characterized by the increasing urbanization of agricultural areas and for the lines of direction is observed by policies of territorial planning, directed to the development from activities of tourism and leisure. The space is considered in its movement of interrelation with the society and, for in such a way, we try to understand the historical, social and economical processes that produce it, according to the period of training of development in the mode of capitalist production. The transformations in the study area aggravate the social inequalities, and strengthen the picture of decurrent exclusion of the agroindustry. During the work, it is tried to evidence the situation of the local population, formed basically by small agricultural producers, each time more disabled to produce theirs existence.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, com esta pesquisa geográfica, compreender a formação sócio-espacial decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica de Itá.

A Usina Hidrelétrica de Itá, primeira grande hidrelétrica em Santa Catarina, foi implantada no rio Uruguai, no trecho inteiramente nacional da bacia de mesmo nome, entre os municípios de Itá, no estado de Santa Catarina e Aratiba, no estado do Rio Grande do Sul.

O rio Uruguai, parte integrante da bacia do Prata, é formado pelos rios Pelotas e Canoas, estende-se como divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em seu trecho nacional e como divisa do Brasil com a Argentina e Uruguai, no trecho internacional (CNEC, 1989). (*fig. 2*)

A usina entrou em operação no ano de 2000, entretanto, desde o final da década de 70 iniciaram-se os contatos dos representantes do setor elétrico com a população local para viabilizar sua construção, quando começaram as transformações de que este estudo propõe-se a tratar.

As características específicas deste empreendimento, em relação ao longo tempo decorrido desde o início das atividades de negociação das terras com a população atingida até a construção da barragem e o enchimento do reservatório, coincidiram com o período em que ocorreram significativas mudanças na estrutura política e econômica do país, associadas à conjuntura internacional.

A combinação destes fatores está produzindo um novo arranjo espacial, caracterizado pela crescente urbanização de áreas rurais, promovida pela valorização das terras às margens do lago da Usina, em consonância com as diretrizes políticas de planejamento territorial dos municípios limítrofes ao reservatório, as quais são voltadas para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer.

O objetivo desta dissertação consiste na compreensão desses fatores, seus elementos concretos, ou visíveis, com os processos histórico, social e econômico que lhes desvendam a essência e possibilitam, por meio da contextualização, apreender o todo de que fazem parte.



Figura 2 - LOCALIZAÇÃO

Desse modo, procura-se, a cada momento dessa trajetória, compreender o espaço produzido à luz do estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O espaço geográfico é visto como integrante da dinâmica das relações sociais no processo de reprodução da vida humana.

A necessidade metodológica de estabelecer um recorte espacial para a pesquisa, resultou na restrição da área de estudo apenas ao estado de Santa Catarina.

Esta delimitação considera o fato de que as transformações sócio-espaciais são similares nas duas margens do rio Uruguai, ou seja, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Ao se realizar o estudo em um dos Estados, pode-se estender a análise ao outro, no âmbito das questões gerais, dada sua uniformidade.

Ao se reduzir a escala local a apenas um dos Estados, no caso Santa Catarina, procurou-se otimizar o trabalho, devido a maior proximidade dos órgãos e instituições a serem pesquisados e também em virtude do tempo disponível para desenvolver o estudo proposto.

Este trabalho é apresentado em seis capítulos. O primeiro, introdutório, expressa o marco de referência teórica e o método adotado, esclarecendo a visão da ciência como campo da reflexão e apreensão do mundo.

O espaço é considerado no seu movimento de inter-relação com a sociedade, portanto relacionado com o modo de produção e o processo histórico, que, com o auxílio das escalas geográficas, deverá ser observado à luz do estágio de desenvolvimento da sociedade.

No segundo capítulo, procura-se apresentar o processo histórico de ocupação da área de estudo, como a colonização formou as bases das forças produtivas que deram origem à agroindústria e sua relação com o arranjo espacial de pequenas unidades rurais. Procura-se acompanhar o desenvolvimento da agroindústria, a integração do pequeno produtor, a inserção da produção no mercado internacional e, posteriormente, o alijamento de grande parte dos trabalhadores rurais.

É necessário, neste capítulo, compreender a atuação do Estado na transformação do espaço geográfico, tanto em relação à agroindústria, como para

contextualizar a implantação da Usina Hidrelétrica de Itá.

O terceiro capítulo trata propriamente da Usina Hidrelétrica, apresenta a nova paisagem formada pelo reservatório, o desenvolvimento do empreendimento frente às dificuldades enfrentadas pelo setor estatal, culminando com a privatização e as conseqüências imediatas para a população atingida.

Ao longo do quarto capítulo é feita a caracterização regional a partir de dados estatísticos sobre a dinâmica populacional, a produção agrícola, a situação fundiária e o êxodo rural.

No capítulo sobre o Espaço Unificado, quinto capítulo, é abordada a questão do espaço urbano e do espaço agrícola, passando pela divisão social e territorial do trabalho e o atual processo de crescente urbanização.

Este aspecto é associado ao estágio atual do processo produtivo, segundo Santos (1985): período técnico-científico-informacional, quando o capital circula em escala mundial e o espaço interage com a dinâmica da globalização e da flexibilização da economia, além das conseqüências sociais da predominância do capital financeiro em detrimento do capital produtivo.

Esse espaço em mudança, de absoluto para relativo, redefine a noção de região e de lugar, por meio de suas relações globais, num espaço que se torna unificado para atender às necessidades do capital.

Por fim, no sexto capítulo, que trata do Planejamento Físico Territorial da área do reservatório da usina, constata-se que os Planos de ocupação elaborados pela GERASUL e pela Prefeitura Municipal de Itá, e as diretrizes adotadas pela Associação dos Municípios Lindeiros ao Reservatório, direcionam-se para o desenvolvimento das áreas de turismo e lazer. São apresentados os novos usos do solo às margens do lago, onde a paisagem urbana começa a destruir os vestígios de um recente passado rural.

Para compreender esse processo, procura-se verificar como as mudanças de espaço-tempo, ocorridas durante o século XX, refletiram nas concepções de planejamento territorial, como as identidades locais e os valores culturais do passado emergiram e foram imediatamente transformados em atrativos do capital. Destaca-se, também, a redefinição do papel do planejador, que passa a atuar empresarialmente, por meio de estratégias que visam disponibilizar para o

consumo os espaços requalificados.

Ao longo do trabalho, procura-se evidenciar a situação da população local, formada basicamente por pequenos produtores rurais, cada vez mais impossibilitados de produzir sua existência. As transformações ocorridas na área de estudo agravam esta situação, as desigualdades sociais ampliam-se e as ações que planejam o futuro legitimam e reforçam o quadro de exclusão.

Procura-se examinar estas transformações com um sentido de totalidade, por meio de seu encadeamento, das suas interações, das suas contradições e, principalmente, de sua essencial unidade.

1.1 Fundamentos Teóricos e Método

Ao desenvolver uma pesquisa científica, procura-se alicerçar e estruturar a análise proposta por meio de conceitos e concepções teóricas, de acordo com o procedimento de método adotado. O que parece encaminhar para um desenvolvimento linear e objetivo.

Entretanto, cabe considerar a visão epistemológica de Feyerabend (1989), Chalmers (1993) e Kuhn (1998) acerca dos limites da ciência e de seus procedimentos metodológicos¹. Livre de dogmatismos, a pesquisa científica insere-se no campo da problematização e da reflexão, que possibilitam uma abstração do mundo e não uma explicação da realidade.

A pesquisa geográfica, em especial, almeja a compreensão da conformação espacial, tanto física quanto humana, desta realidade.

Realidade complexa², que se apresenta pela articulação do particular com o geral, pela unidade contida no todo e, ao se tratar do espaço geográfico, é necessário considerar seus conteúdos materiais e simbólicos.

As maneiras que dispomos para compreender esta realidade são, em grande parte, produto de nossa percepção histórica e social, portanto passíveis de mudanças. O “visível” depende assim dos nossos óculos conceituais (Gomes, 1996).

É preciso, também, considerar a participação de um certo nível de subjetividade, posto que não se pode mais defender a noção de neutralidade que os manuais positivistas propunham como condição da ciência. Apesar dos recursos metodológicos utilizados, o real será sempre apreendido com certo grau de subjetividade, consciente ou não (Cardoso, 1986).

¹ Feyerabend afirma que a ciência não tem características especiais que a torne superior a outros ramos de conhecimento; Chalmers aponta as dificuldades associadas à idéia de que a ciência possui um fundamento seguro e para Kuhn os paradigmas da ciência variam, revolucina-se e progridem com as mudanças de concepção de mundo.

² No sentido concebido por Edgard Morin, que supõe um real complexo em oposição ao paradigma clássico, que partia da premissa de que a complexidade do real era apenas sua aparência e que fenômenos “aparentemente complexos” poderiam ser reduzidos às suas partes simples (Apud Castro, 1997 p.59).

1.2 Procedimentos de Método

A pesquisa sobre as alterações sócio-espaciais na área de implantação da usina hidrelétrica de Itá baseou-se na concepção de Milton Santos (1985, 1997) acerca da apreensão do espaço geográfico e de seus elementos, na noção de escala apresentada por Castro (1995, 1997) e nos procedimentos de método apontados por Marx (1999b).

Milton Santos (1985) define espaço como a soma da paisagem (ou configuração geográfica) com a sociedade, indica que as formas geográficas estão sempre mudando de significação, pois na medida em que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções. Assim, no espaço ocorre o movimento dialético entre forma e conteúdo.

Para o autor, o espaço deve ser considerado como uma totalidade, mas para apreendê-lo recomenda separar, analiticamente, suas características formais de seu conteúdo social.

Essa separação é possível mediante os elementos do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas; que são intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, a sua interação recupera a totalidade social e espacial.

Os elementos do espaço são considerados como variáveis, quantitativas e qualitativas, cujo valor se dá segundo seu papel no interior de um conjunto, conforme o contexto e o movimento histórico.

A relação dos elementos do espaço uns com os outros, entre suas qualidades e atributos, forma um sistema. E a inter-relação de todas as partes do todo implica na estrutura.

Desse modo, para Santos (1985), a definição do espaço como um sistema complementa-se com a noção de estrutura.

Tal sistema é comandado pelo modo de produção, em relação à escala do espaço em questão, o que remete ao processo histórico.

Assim, neste trabalho, procurou-se relacionar o modo de produção capitalista ao processo de ocupação do oeste catarinense, ao desenvolvimento

da agroindústria como principal atividade produtiva e à implantação da usina hidrelétrica, segundo a escala geográfica de cada momento histórico.

Para tanto, é oportuna a contribuição de Castro (1995) a respeito da utilização da noção de escala como estratégia de apreensão da realidade. Para a autora, a escala introduz a necessidade de coerência entre o percebido e o concebido, por constituir um modo de aproximação do real, uma maneira de contemplar o mundo e de torná-lo visível.

Como o real só pode ser apreendido por representação e por fragmentação, a escala constitui uma prática de observação e elaboração do mundo. A escala define o campo empírico da pesquisa geográfica, ao estabelecer os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado.

Na realidade, todo fenômeno possui uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. Sua visualização depende, assim, da escala de observação, a qual deve ser articulada a outras escalas, pois apenas uma seria insuficiente, há que se considerar as interferências entre as diversas escalas (Castro, 1995).

Não se pode restringir a observação somente à escala do lugar. Para compreender as transformações sócio-espaciais desencadeadas a partir da usina de Itá é preciso focar, paralelamente, a realidade regional, articulada à conjuntura nacional e internacional.

A noção de escala é, também para Santos (1997), essencial para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam por meio de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial.

Uma outra noção indispensável é, por conseguinte, a de periodização. É por meio do significado particular, específico, de cada segmento do tempo, que se apreende o valor de cada coisa num dado momento, “porque uma mesma coisa deixa de ser o que antes ela era através do percurso da história, à medida que muda o seu conteúdo histórico” (Santos, 1997, p.84).

Não há possibilidade de compreender um fato social senão por meio da História, pois cada tempo engendra seus conceitos e não o contrário, devendo a História ser considerada como critério de verdade, e não a prática. Ao conferir à

prática o papel de confirmar ou não as teorias, incorre-se numa indesejável postura positivista.

A história dos homens está na forma em que estes produzem sua existência. Para compreendê-la Marx (1999b) aponta como procedimento de método adequado, partir-se das determinações abstratas para chegar ao concreto, ou seja, a partir das categorias simples (trabalho, capital, consumo etc.) e por meio de suas relações diversas, chegar-se ao real, ao concreto.

Posto que este concreto é um processo de síntese de muitas determinações, é a unidade do diverso, é, portanto, um resultado e não será analisado como ponto de partida.

Desse modo, nesta pesquisa, não se pretende principiar pela análise da população atingida pela Usina, ou pelo papel do Estado (que representam o concreto), sob pena de se construir uma representação caótica do todo, será a partir da combinação de relações diversas que se buscará apreendê-los.

Entretanto, alerta Marx, “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto” (Marx, 1999b, p.40).

As categorias (como capital e trabalho) existem apenas como uma relação unilateral, abstraídas de um todo vivo já dado, ou seja, não é a categoria que explica o mundo, é o mundo que explica a categoria.

“As categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são [...] igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas” (Marx, 1999b, p.43).

Desse modo, o conhecimento está na compreensão que se processa à luz da História, que só é possível vislumbrar a partir de um estágio superior de desenvolvimento.

Em todas as formas de sociedade há uma produção determinada, superior a todas às demais, e cuja situação aponta a sua posição e sua influência sobre as outras. Esta é uma imbricação da escala geográfica no tempo, que aponta para o desenvolvimento da produção individual para a produção social. “É uma

luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade” (Marx, 1999b, p.44).

De posse deste enfoque de método, a presente pesquisa procurou se desenvolver na busca de uma constante interação entre os conceitos e a prática empírica, permitindo o discurso e a intervenção de ambos, buscando neste processo, nesse movimento ou diálogo, os nexos que possam qualificar o conhecimento acerca da realidade estudada e talvez possibilitar responder à questão de como se forjam desigualdades a partir da articulação do espaço na sociedade.

1.3 O Processo Produtivo e o Espaço

“O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo” (Harvey, 1992 p. 190).

Somente a partir da investigação das práticas e dos processos materiais que servem à reprodução da vida social, pode-se fundamentar de maneira adequada os significados atribuídos ao tempo e ao espaço. Ou seja, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora práticas e conceitos de tempo e espaço. E tais práticas nunca são neutras nos assuntos sociais.

A sociedade capitalista estrutura-se sob a lógica do capital, é organizada pelas relações de propriedade entre os que detêm e os que não detêm o direito e o poder sobre os meios de produção e de subsistência, ou seja, pela apropriação do trabalho alheio (Aued, 1995). No modo de produção capitalista, a separação entre trabalhador e meios de produção determinou a impossibilidade histórica do homem reproduzir a sua vida individualmente, cada vez mais o trabalho e os meios de produção tornam-se sociais. “O homem individual é, em cada um de seus atos, um homem social” (Sorre, 1953, apud Santos, 1990).

De tal modo, a espacialização, no capitalismo, pode ser vislumbrada no processo de transmutação do trabalho individual para o trabalho social (manufatura, maquinaria, ciência), em vários tempos. É o tempo que se fixa no território.

O capitalismo é um processo de reprodução da vida, dinâmico e revolucionário, que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto da relações sociais” (Marx, 1999 a p.69).

Seu crescimento, no processo de produção de mercadorias, se dá mediante a exploração da capacidade do trabalho e do desejo humanos, criam-se novos desejos e necessidades, transformam-se os espaços e acelera-se o ritmo da vida.

A trajetória de desenvolvimento do capitalismo não é previsível em nenhum sentido comum, porque baseia-se na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de trabalho, que consistem em etapas do desenvolvimento do trabalho social.

Para Harvey (1992), tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para esta produção de mercadorias.

Marx (1999b) chama este processo de produção social, ao articular produção, distribuição, troca e consumo.

Marx afirma que a produção não produz unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não produz apenas objetivamente, mas também subjetivamente. A produção não cria somente um objeto para o sujeito, cria também um sujeito para o objeto. A produção cria o consumidor e, desse modo, não se limita a fornecer um objeto material à necessidade humana, fornece também uma necessidade ao objeto material.

Por outro lado, o próprio ato de produção é também ato de consumo, posto que o consumo cria a necessidade de uma nova produção, cria o impulso da produção. O consumo reproduz a necessidade e sem necessidade não há produção. De modo que a produção, a distribuição, a troca e o consumo passam a constituir uma unidade devido a suas interdependências.

Milton Santos (1985) passa das instâncias da produção ao espaço, e aborda a sociedade por meio desta categoria. Afirma que a economia está no espaço e o espaço está na economia.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. O processo de vida, para o homem, é portanto um processo de criação do espaço geográfico (Santos, 1997).

A sociedade, para Santos (1985), só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história. A história dos processos produtivos.

O conceito de formação sócio-espacial explicita que uma sociedade só se torna concreta por meio de seu espaço, dos espaços que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível por meio da sociedade.

E assim, a formação do espaço se dá de acordo com o modo de produção existente na sociedade. O capital determina a configuração espacial segundo o grau de desenvolvimento do capital privado para o capital social.

Neste sentido, a busca dos diferentes elementos que constituíram e hoje constituem as relações de produção na área de estudo – a área atingida pelo reservatório da usina de Itá –, foram investigados na ótica da expansão capitalista e o espaço foi analisado como a materialização destas transformações ocorridas ao longo do tempo.

Tais transformações podem ser identificadas na evolução dos pequenos lotes coloniais para unidades produtivas equipadas tecnologicamente pela agroindústria, enquanto outras são excluídas do processo produtivo; na própria implantação da usina hidrelétrica e nos lotes por ela alagados e, no estágio atual, nos remanescentes rurais transformados em áreas de turismo e de lazer.

Evidenciando como o capital tanto pode destruir o existente, como moldá-lo às suas necessidades, ou mesmo criar novas formas, que devem ser vistas como materialização do capital e de seu processo de desenvolvimento, e não apenas como conseqüências de estratégias empresariais ou de políticas públicas.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

A importância de se realizar um levantamento histórico da ocupação na área de estudo e do surgimento da agroindústria, reside em compreender as diferentes ações que foram sendo processadas através do tempo e deixaram sua marca no espaço.

Para Santos (1990), a Geografia deve pesquisar como o tempo se torna espaço e como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual.

Investiga-se de que materialidade o espaço foi sendo construído, como os objetos geográficos tomaram novas formas e novos significados, ou mesmo como foram substituídos por novos objetos, mais adequados às mudanças em curso. Mudanças e materialidade forjadas pelas forças contraditórias que constituem o modo de produção capitalista, o todo desta particularidade investigada.

Em que pesem as ocupações anteriores, principalmente dos índios Kaingáng e Xoklém, posteriormente dos bandeirantes paulistas que transportavam tropas de gado pela região e dos que se tornaram posseiros e criadores de gado (Goulart, 1997), – o processo histórico de interesse, para este estudo, é o que marca a ocupação espacial promovida pela colonização, onde se encontram as bases para formação das forças produtivas que deram origem à agroindústria no oeste catarinense. E, posteriormente, o processo que caracteriza a implantação da usina hidrelétrica.

2.1 A Conformação Espacial

A localização geográfica das atividades industriais relaciona-se com as condições de reprodução e circulação do capital. A agroindústria catarinense desenvolveu-se nas áreas fornecedoras de matéria prima e está intimamente ligada ao processo de ocupação destas áreas.

No Alto Uruguai, este processo intensificou-se após a Guerra do Contestado, de 1912-16: conflito armado de caráter social, religioso e econômico, no qual estavam em questão os limites entre Paraná e Santa Catarina.

Para compreendê-lo é preciso retroceder a 1889, ano em que se autoriza a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. O governo brasileiro, movido pela disputa fronteiriça com a Argentina, além de procurar acelerar o povoamento da área, visa também abastecer os núcleos urbanos da região cafeeicultora do país com produtos agropecuários, exportar erva-mate para os países do Prata e ter condições de, eventualmente, transportar tropas.

Um significativo atraso nas obras fez com que a concessão da ferrovia passasse para a Brazil Railway Company, em 1906, empresa que tinha por objetivo interligar todo o sul do Brasil, para fins de colonização, desenvolvimento da agricultura comercial e exportação de madeira.

Para atender à imposição dos prazos, foi deslocado para o local um grande contingente de mão-de-obra³ recrutado em distantes centros urbanos do país. Demitidos tão logo terminaram a ferrovia, em 1910, esses trabalhadores passaram à condição de posseiros, vivendo ao longo dos trilhos recém construídos.

Como era de praxe naquela época, a empresa construtora da via férrea foi paga em terras. No caso, o governo brasileiro concedeu o direito de propriedade de 15 km de cada lado dos trilhos, sem levar em consideração qualquer posse anterior, legalizada ou não.

Por volta de 1911, para usufruir da comercialização dessas terras, tornadas suas por concessão do governo, a Brazil Railway Company passou a empregar um corpo de segurança para expulsar, de forma violenta, seus ex-empregados, que se juntaram aos posseiros, aos agregados ou peões das grandes propriedades rurais, aos pequenos ervateiros e a alguns coronéis, que haviam perdido suas terras para a empresa ou haviam perdido sua principal fonte de renda com a crise do mercado de erva-mate.

O potencial de revolta de todo esse grande grupo foi canalizado para uma religiosidade popular de caráter messiânico. Reunidos em torno de um monge, passaram a perambular pelas redondezas.

Um episódio de deslocamento do monge e seus seguidores, foi

³ Douglas Monteiro, Nilson Thomé e Vinhas de Queiroz estimam esse contingente entre 4.000 e 8.000 homens, enquanto Oswaldo Cabral e Aujor Luz calculam-no em 10.000 (Auras, 1997p.38).

interpretado pelo governo paranaense como uma possível manobra dos catarinenses para justificar o policiamento da área contestada. Tropas paranaenses foram enviadas para reprimir o monge e acabaram por desencadear uma guerra, posteriormente movida pelo governo da República contra os "fanáticos". Várias batalhas foram travadas durante quatro anos, chegando a deslocar cerca de 6 mil soldados do exército nacional, a metade de todo o seu efetivo na época, para destruir os redutos rebeldes (Auras, 1997).

Com a derrota dos levantados, a empresa ferroviária iniciou a venda de terras para colonização, já que também era seu objetivo transformar a área em produtora de alimentos, a serem transportados por sua ferrovia para a região cafeeicultora de São Paulo.

Desse modo, os índios e posseiros, que antes desenvolviam relações de produção primitivas, não mais cabiam na nova ordem espacial e foram sendo expulsos ou gradativamente excluídos.

A nova ocupação era promovida por diferentes empresas colonizadoras privadas, que introduziram colonos de origem italiana e alemã e, em menor escala, polonesa e russa.

A maioria das famílias foi assentada primeiramente no Rio Grande do Sul, nas hoje denominadas "Colônias Velhas". Com o esgotamento dessas terras e crescimento das famílias, os descendentes de imigrantes dirigiram-se para o noroeste e para o planalto norte do Rio Grande do Sul e, posteriormente, formou-se um novo fluxo migratório (1910 a 1950), da "Colônia Velha" para a "Colônia Nova", em terras catarinenses. (*figuras 3 e 4*)

O oeste de Santa Catarina foi sendo ocupado, num primeiro momento, pela colonização do Vale do Rio do Peixe, avançando posteriormente em direção ao extremo oeste.

Os descendentes de imigrantes europeus, excedente populacional do Rio Grande do Sul, foram impulsionados pelas empresas colonizadoras a se deslocarem para a região oeste catarinense, motivados pela oportunidade de tornarem-se proprietários dos meios de produção em decorrência do baixo preço da terra, e, por conseguinte, pela possibilidade de ascenderem socialmente (Espíndola, 1999).

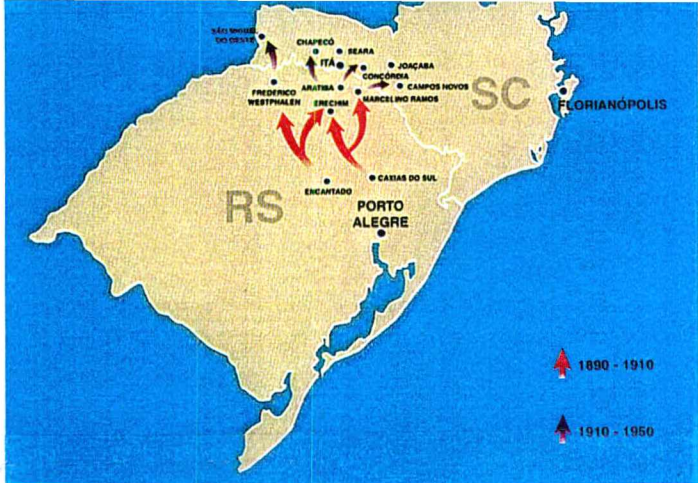


Figura 3 – FLUXO DA COLONIZAÇÃO

FONTE: GERASUL/ITASA, 2000

**EMPRESA COLONIZADORA
LUCE, ROSA & CIA. LTDA.**

Hauptbüro: RIO NOVO,
Bahnhöfen Boa Vista de Erechim und Barra,
Kontor: PORTO ALEGRE,
Rua Sete de Setembro Nr. 721

KOLONIEN: Barra Grande, Irany, Uvá, Nova Santa Cruz, Poco Rico, mit den
Stadtplätzen: Nova Teutonia, Irany, São Raphael, Santo Antonio do Cacador und Itá, dem Sitz der Subintendanz, der Collectoren und des Schreibers.

FONTE: GERASUL/ITASA, 2000

COLONIA CONCORDIA

2.000 Colonie di fertilissime Terra in Vendita

La mostra fiorente colonia di 4800 lotti misurati e tracciati coperti di legname di alto valore e adatti alla cultura di miglio, fagioli, frumento, fumo, alfafa, canna di zucchero, vigneti, assicura un prospero avvenire.

Le colonie sono provviste di acqua abbondante godono un clima saluberrimo, mentre bellissime strade facilitano il trasporto dei prodotti alle stazioni demarbo con poca spesa.

Oltre la progredita Villa Concordia, sede di Municipio, COMARCA e PARROCCHIA con PARROCO PERMANENTE, AGENZIA POSTALE SCUOLE GOVERNATIVE E FORTI CASE DI NEGOZIO comoratrici di qualunque prodotto coloniale, esistono nella colonia altre cinque sedi denominate - ALTO ALEGRE, TRES DE OUTUBRO, NOVA GERMANIA, HARMONIA, NOVA, ESTRELLA.

La nostra colonia servita dalle due stazioni - MARCELINO RAMO e VOLTA GRANDE.

Alla stazione di Volta Grande sbocca la strada maestra di Concordia con vantaggio per l'imbarco dei prodotti della colonia risparmiando così l'imposto di esportazione e godono pure riduzioni di trasporto ferroviario per São Paulo. Nella stagione Volta Grande vendiano magnifici terreni urbani (lotti e chacaras) a prezzi vantaggiosi.

Acquistando terreni in Concordia e Volta Grande in poca tempo avrete duplicato il vostro Capitale. La villa Concordia Trovasi a 35 Km. dalla stazione di Volta Grande. Nella nostra colonia esistono a più di 1200 famiglie quasi tutte italiane, e colla recente installazione del municipio e Comarca queste vengono aumentando rapidamente.

Questo fatto prova che nelle nostre terre il colono può stabilirsi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perché con tutta facilità la vende ed ottiene prezzi uguali omigioni della piazza di P. Alegre per motivo di trovarsi più prossimo al mercato di São Paulo.

La nostra società dispone pure di circa 400 colonie di fertilissime terre nei progrediti centri di HERVAL e BOM RETIRO e molto vicine a queste stazioni, che vende a condizioni e prezzi vantaggiosi.

Condizioni di pagamento: In prestazioni a lungo prazo e senza juro. Pagando anticipatamente si concede lo sconto proporzionale del 12% all'anno. Per i compratori che si stabiliscono dentro di 6 mesi nelle terre comprate si concede ancora maggior vantaggi.

Il mercoledì ogni settimana parte da Caxias (Hotel Bigarella) l'auto omnibus per Marcelino Ramos passando per Nova Trento, Antonio Prado, Alfredo Chaves, Prata, Lagoa Vermelha, Sananduva, Forquilha e Pinhal.

Per Ferrovia biglietti devono essere comorali diretti a Marcelino Ramos e Herval - dove abbiamo scritto a carico del soci gerente João e Leonel Mosele come pure persone pratiche e mezzi di conduzione per visitare le terre senza spesa alcuna per i compratori.

Per migliori chiarimenti e informazioni dirigersi a:
Mosele, Eberte Alrons & C. - MARCELINO RAMOS
Mosele Eberte Ghilardi & C. - HERVALE (S. Cath.)
Eberte Luwig & C. CAXIAS

Fonte: Giornale dell'Agricoltura, 5/1/1936 (XIV), N° 9, p. 2

(GOULART, 1997)

Figura 4 - PROPAGANDA DE EMPRESAS COLONIZADORAS

A primeira colonização na área de estudo, seguindo os padrões que marcaram todo o processo colonizador, foi implementada nos atuais municípios de Concórdia, Itá e Seara.

A colonização inaugurou um novo padrão de arranjo espacial, próprio das comunidades camponesas familiares autônomas, nas quais os laços de parentesco e vizinhança⁴ definem as relações sociais, as relações de produção e as relações espaciais, bastante diferenciado do padrão agrícola do latifúndio, do espaço escravista do resto do país.

Os loteamentos onde as famílias foram assentadas, ocupando principalmente os caminhos junto aos leitos dos rios, incluíam o traçado das estradas destinadas ao escoamento da produção, por serem geralmente afastados dos centros mais povoados. Esses lotes, em sua maior parte, mediam em torno de 20 a 29 ha (10 e 12 alqueires).

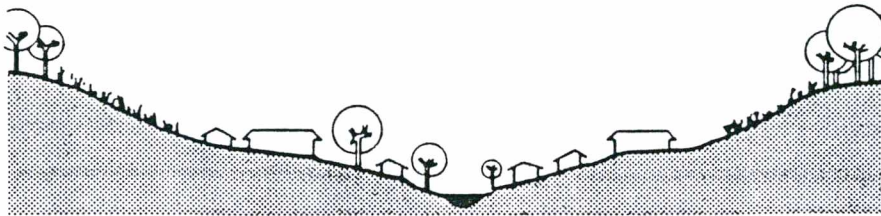
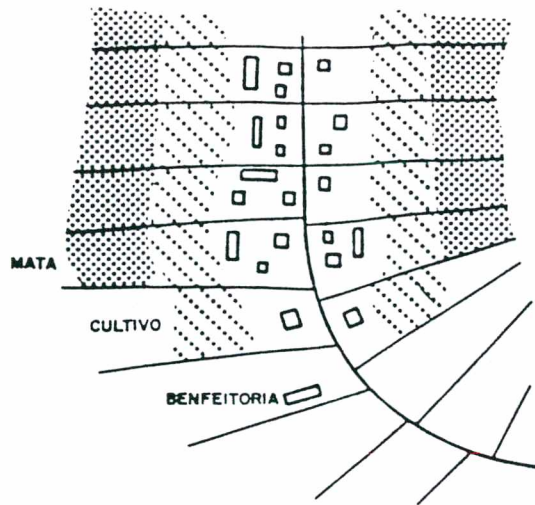
Em seu lote, a família organizava a produção utilizando técnicas agrícolas de uso intensivo da terra, substituindo a mata pela policultura de subsistência: feijão, mandioca, batata e milho, este último para nutrir a criação de aves e suínos.

Os lotes eram limitados e organizados lado a lado pelas estradas, que geralmente seguiam uma curva de nível, no fundo dos vales ou no alto dos espigões. Nestas propriedades, nas áreas menos acidentadas e próximas às picadas ou estradas, eram instaladas as benfeitorias: casa, paiol, chiqueiro, galinheiro etc. O pequeno tamanho dos lotes e a sua proximidade facilitaram a formação de pequenas aglomerações onde, pouco a pouco, surgiram a escola, a igreja e a venda. (*fig. 5*)

Esse conjunto de lotes ou parcelas vinculadas entre si por uma mesma estrada de acesso, por um mesmo ramal de estrada ou por uma mesma estrada vicinal configuravam a "linha" (Assumpção, 1996).

⁴ Até hoje é comum que vizinhos auxiliem-se nas tarefas de preparo da terra, plantio, colheita ou no cuidado das crianças.

LOTEAMENTO COLONIAL TÍPICO

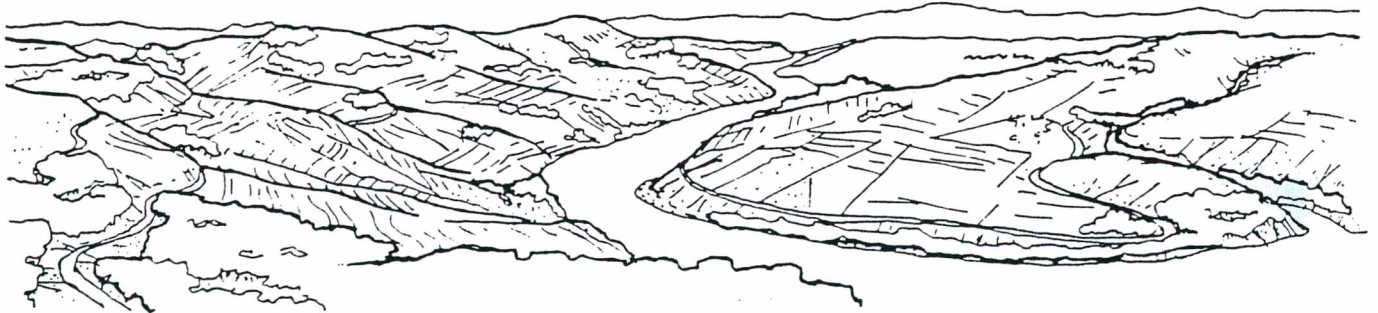


FUNDO DE VALE



ESPIGÃO

VISTA - PERSPECTIVA



CORTE ESQUEMÁTICO

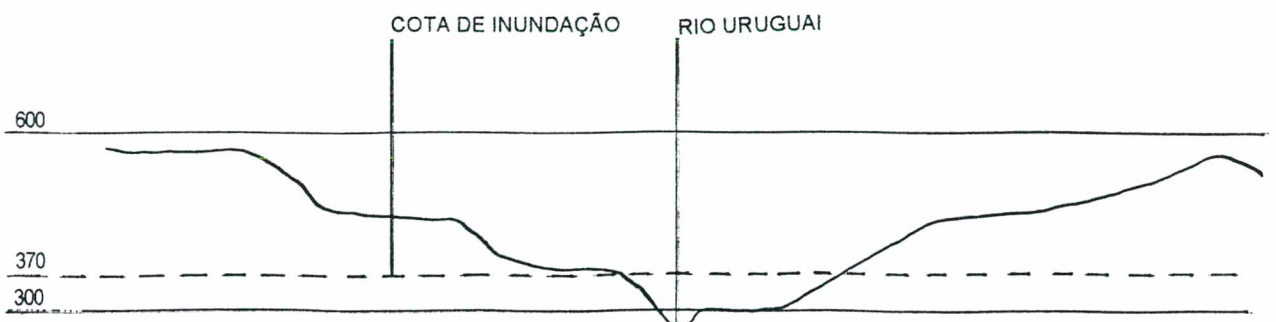


Figura 5

As famílias industrializavam caseiramente as sobras e comerciantes ambulantes trocavam os produtos dos agricultores por utensílios. A densificação destas relações ampliou a rede de estradas e de trocas e fixou alguns comerciantes nos cruzamentos da rede, criando pontos de referência.

O ponto onde se concentram os comerciantes e os equipamentos de uso público e comunitário, como igreja, clube e escola; constituía o núcleo rural, local dos encontros e provedor das primeiras necessidades, dinamizando a vida da população a ele vinculada. Até hoje esses núcleos de “linhas” promovem as relações sociais na área rural.

A rede de núcleos rurais é distribuída homoganeamente pelo território regional, e polarizada pelas sedes municipais e, estas, pelos pólos regionais, no caso da área de estudo, a cidade de Concórdia. Entretanto, o desenvolvimento da integração da unidade espacial das áreas de colonização pouco extrapolou a escala local-regional, mantendo um característico isolamento (Moreira, 1989).

Pode-se observar, em relação à formação espacial, que os agricultores estabeleceram um tipo de propriedade e de produção adaptado às normas e exigências do capital da época: compra e venda da terra, regularização legal da propriedade privada, produção de subsistência e também voltada para o comércio local, com a venda de madeira, erva-mate e produtos agropecuários, possibilitando o surgimento do capital comercial.

Assim, a acumulação do capital progride, num primeiro momento, vinculada à organização espacial herdada do pequeno proprietário familiar. A terra passa a ser um meio para produzir renda, produzir capital.

Esta formação espacial atendia às demandas das novas relações de produção, desenvolvidas com a comercialização de produtos agrícolas. Tais relações possibilitaram a acumulação e concentração do capital nas mãos de alguns comerciantes, capital necessário para a posterior implantação da agroindústria.

2.2 O Desenvolvimento da Agroindústria

É importante destacar que a colonização do oeste catarinense já ocorreu no tempo do capital, ou seja, o capital já se apresentava em sua forma madura. Desse modo, a região é, nesse sentido, apenas o receptáculo de novas relações de produção. Novas para a região, mas não para o capital, eram relações que buscavam a expansão para novos espaços que pudessem dar continuidade à acumulação capitalista. O modo de produção capitalista já havia estabelecido relações de dominação das unidades produtivas em outros locais do país e do mundo (Alba, 1998).

Portanto, no primeiro momento da colonização, a produção foi organizada essencialmente segundo os interesses das empresas colonizadoras. As funções exercidas não eram apenas locais, muito da produção era vendido para outros mercados.

A criação de suínos, em Santa Catarina, remontava aos povoadores paulistas como alternativa à criação de grandes animais devido à falta de acesso e meios de transporte e à adaptabilidade dessa espécie animal às características de relevo, constituído de encostas íngremes e declividades acentuadas. Entretanto, a consolidação desta atividade deu-se com a chegada dos colonos, que a partir da década de 20, recebiam reprodutores suínos da própria empresa colonizadora.

Os descendentes de imigrantes europeus trouxeram das suas áreas de procedência o hábito de fazer o provisionamento de carnes na forma de embutidos e de frutas e verduras em conserva.

Estas práticas culturais transferiram-se para as novas áreas de colonização. O abate de suínos, para alimentação, preparo de embutidos e obtenção de gordura, era também uma necessidade em propriedades agrícolas isoladas. A banha de porco era de fundamental importância para o preparo dos demais alimentos, pois não existiam ainda os óleos vegetais. Quando havia excedente na produção caseira, este era vendido ou trocado nas *vendas*.

A atividade frigorífica difundiu-se rapidamente, com o transporte de suínos por trem para serem vendidos em São Paulo. Em 1925, surgiram as primeiras organizações industriais e, posteriormente, a incorporação da atividade de abate

e processamento de carnes constituiu-se num atrativo para produtores e comerciantes (Goulart, 1997).

Desse modo, a industrialização cresceu e superou o limite caseiro, tornou-se o caminho para inserção da produção do oeste catarinense em mercados mais amplos. O excedente da produção das pequenas colônias pode ser regularmente comercializado, levando à consolidação de uma estrutura dinâmica de pequena produção mercantil na região (Pimenta, L. 1999).

Criou-se um novo ramo com os capitais vindos da acumulação mercantil ou de cooperativas, fundando na divisão do trabalho e instaurando um novo patamar na relação cidade-campo (Moreira, 1989).

Em 1949, foi lançado um programa de fomento⁵ com a participação de 18 suinocultores, o qual seria o embrião do atual modelo agroindustrial catarinense (Bueno, 1995; Pizzolati, 1984 e Lago, 1974 apud Votto, 1999).

Uma das características básicas deste modelo é o sistema de integração com o pequeno produtor rural - a articulação entre a produção industrial e a aquisição de matéria prima.

Tal sistema consiste numa relação que se estabelece entre produtores rurais e indústrias ou cooperativas, envolvendo fornecimento de insumos, comercialização de produtos agropecuários e a produção destes, destinados diretamente à transformação ou beneficiamento industrial. Nesta relação, o produtor obriga-se a adquirir insumos da indústria, a produzir segundo orientação de sua assistência técnica e a vender as crias em condições de abate de seus animais cadastrados, por preços de compra determinados pelas indústrias (CNEC, 1989).

Estabelece-se um vínculo a montante (oferta de insumos industriais) e a jusante (demanda de insumos agrícolas) fundindo a pequena produção agrícola e a grande indústria num único complexo, o agroindustrial.

Nesta relação, para Moreira (1989), a grande indústria subjuga a pequena produção agrícola, expropriando-lhe a renda, impedindo-a de acumular, transformando o que seria o lucro camponês num mero equivalente do salário

⁵ Este programa foi implementado pela empresa Sadia, fundada em 1944.

familiar urbano.

Desnudando a aparência, a essência do pequeno produtor rural é a de um trabalhador domiciliado, um trabalhador externo a serviço dos ditames do capital e com sua situação dissimulada pela condição de proprietário (Pizzolatti, 1996).

A experiência de integração desenvolvida com suínos, estendeu-se também para o setor de aves, a partir de 1960, época em que as agroindústrias consolidaram-se e dinamizaram a economia regional, tornando-se conglomerados expressivos no mercado nacional de alimentos (Espíndola, 1999).

Os governos nacional e o estadual procuraram, a partir de 60, instaurar uma política de desenvolvimento para colocar as agroindústrias brasileiras num patamar de competitividade mundial, baseada em incentivos fiscais, linhas de crédito, isenção de impostos, créditos-prêmio etc. (Espíndola, 1999).

Durante a década de 70, com a chamada Revolução Verde, cujo objetivo era a modernização do campo em bases tecnológicas, novos objetos passaram a configurar o espaço agrícola, com mecanização e melhoramento genético. As agroindústrias catarinenses receberam também um significativo apoio financeiro do governo federal (Guivant, 1997 apud Votto, 1999).

Nos anos 80, ocorre um acelerado processo de centralização de capitais no setor agro-industrial, no qual os grandes grupos regionais consolidados incorporam empresas menores, ou implantam novas filiais na região.

Hoje, o oeste de Santa Catarina possui um dos maiores parques agroindustriais produtores de carnes suínas e aves da América Latina, onde estão localizadas grandes empresas e cooperativas (Aurora, Ceval, Chapecó, Cooperdia, Perdigão, Seara, Sadia), que atuam em mercados de todo o território nacional e em vários países da América, Ásia e Europa (Alba, 1998).

Entretanto, no cenário nacional, a conjunção de condições que permitiu este rápido processo de industrialização começou a extenuar ainda na década de 70, resultando na chamada “crise” dos anos 80. Alguns fatores conjunturais⁶ podem fornecer um esboço da situação que então se conformou.

⁶ Tais fatores são também esclarecedores para a compreensão dos problemas enfrentados pelo setor elétrico brasileiro.

A agricultura, por meio da hegemonia da agroindústria, foi submetida a mais uma etapa de internacionalização do capital, que estabeleceu novas relações de produção e novas leis de mercado.

No final dos anos 70, a política monetária norte-americana triplicou a taxa de juros internacionais, reduzindo drasticamente a disponibilidade de empréstimos. O modelo de política agrícola implantado na década de 70, que havia sido viabilizado por meio de um grande aporte de capitais externos, entrou em crise, diminuindo os investimentos. O governo brasileiro promoveu uma grande redução da disponibilidade total do crédito rural, principalmente de investimentos, bem como uma redução progressiva dos subsídios (Magalhães, 1997).

Os fortes subsídios, especialmente os do crédito rural, passaram a ser vistos como um dos principais responsáveis pelos crescentes déficits orçamentários, os quais, por sua vez, eram apontados como uma das causas da aceleração inflacionária. E a própria eficácia do sistema de subsídio passou a ser questionada.

(INCRA, 1994, p.4)

Os efeitos do segundo *choque do petróleo* (1979) e o recuo das cotações internacionais dos principais produtos brasileiros de exportação foram alguns dos fatores responsáveis pelo agravamento da crise e pela forte recessão na economia interna.

A partir de 1985, o governo brasileiro iniciou um processo de liberalização da economia e abertura de mercados que, com a política de garantia de preços mínimos adotada, provocou uma trajetória de declínio constante dos preços. A perda de renda e a exclusão dos agricultores familiares nesse período foi crescente (Magalhães, 1997).

Na década de 90, estabeleceram-se mudanças profundas no quadro macroeconômico. Intensificou-se o processo de abertura comercial, de liberalização e de estabilização econômica e conformou-se um grande mercado financeiro internacional com o surgimento de áreas de livre comércio.

A busca da estabilização econômica e da maior inserção do Brasil no mercado internacional gerou graves conseqüências para a agricultura, de uma maneira geral, pois a estabilização monetária foi garantida pela redução dos preços reais dos produtos agrícolas, aumento dos juros e incentivos à importação, o que provocou queda na renda global. Além disso, a adoção de políticas restritivas de crédito e consumo teve, como uma das suas conseqüências, uma queda bastante acentuada do preço da terra.

A conjunção desses fatores, contribuiu para que cada vez menos agricultores mantivessem condições de competitividade no mercado. O quadro de crise econômica agravou-se, resultando em grande perda de renda e em crescente dificuldade de viabilizar economicamente uma boa parcela das unidades produtivas agrícolas (CEPA, 1999).

Para enfrentar a crise econômica dos anos 90 e a concorrência das empresas internacionais, que passaram a atuar no Brasil com a abertura do mercado, o grupamento agroindustrial catarinense passou a diversificar sua produção, melhorando matérias primas, incrementando a base tecnológica e automatizando suas unidades produtivas.

Essa estratégia de aumento de competitividade acarretou também em mudanças significativas para os pequenos produtores rurais, fornecedores exclusivos de matérias primas animais e vegetais da região (Pimenta, L. 1999).

As empresas agroindustriais passaram a exigir, desde o final dos anos 70, modernização tecnológica e genética nas criações, para melhoramento da qualidade dos animais reprodutores e aumento da produtividade, o que implicou em maiores investimentos por parte dos produtores integrados, eliminando os agricultores que não tinham condições de acompanhar os avanços.

O aumento da produtividade permitiu que as empresas trabalhassem com menor número de produtores integrados, os mais capitalizados, com melhor infraestrutura e tecnologia (Pimenta, L. 1999).

O sucesso dessa “modernização da agricultura” no aumento da produção e da produtividade agrícola foi acompanhado de impactos negativos do ponto de vista social. Ao privilegiar os agricultores mais capitalizados, associou-se o aumento de desigualdade distributiva, relacionada com o aumento das

disparidades de renda, com a intensificação do êxodo rural e com a queda da qualidade de vida da população trabalhadora do campo (Hoffmann, 1989).

Essa reestruturação produtiva tem inviabilizado pequenos produtores rurais, que tendem a abandonar suas propriedades. A suinocultura, uma das principais fontes de renda da região, contava, em 1980, com 67 mil suinocultores, já em 1995 reduziu-se a 20 mil suinocultores. Um processo semelhante ocorre com a avicultura (Alba, 1998).

Desse modo, o êxodo rural no sul do país e sua intensificação, estão intrinsecamente relacionados à chamada modernização da agricultura, sendo considerado como um dos “efeitos perversos” de um desenvolvimento agrícola assentado na especialização e centralização da produção e na produção intensiva (Mattei, 1998).

“Talvez esta exclusão em curso seja a mais profunda até então ocorrida dentro do sistema integrado, podendo causar forte impacto social” (Pizzolatti, 1996 p.93).

Entretanto, considerar apenas a introdução de novas tecnologias como razão da exclusão de produtores é um equívoco, possivelmente decorrente da superestimação da ciência e da tecnologia. Esse fenômeno é resultado das relações de produção existentes num dado momento histórico e numa certa porção do espaço.

Para Graziano da Silva (1993, apud Votto, 1999), a tecnologia adotada num determinado momento histórico concreto é a expressão das relações de produção existentes. Portanto, as tecnologias em si mesmas são socialmente determinadas e sua utilização, obviamente, também o é.

O processo de transformação tecnológica na suinocultura envolve a participação do capital industrial, do Estado e dos médios produtores rurais (Miranda, 1995 apud Votto, 1999).

Mesmo considerando as mudanças tecnológicas como um processo dialético em que as condições de desenvolvimento social geram novas tecnologias e estas, por sua vez, influenciam transformando as relações sociais, no caso da suinocultura catarinense é a própria relação de *integração* a responsável pela exclusão e não somente as novas condicionantes tecnológicas

e econômicas.

Pode-se concluir que essa exclusão é, na verdade, o recrudescimento de uma exclusão já presente nas fases iniciais da consolidação do sistema, desde a época em que se introduziram os critérios de cadastramento de produtores, tais como: a condição de proprietário das terras ou ser filho de proprietário avalizado pelo pai, a necessidade de existência de bens na propriedade, não ter registros de inadimplência etc. (CNEC, 1989).

A expulsão do agricultor é decorrência direta do aprofundamento da divisão interna do trabalho, forçando a especialização produtiva na agricultura, o que implica em sua necessária capitalização, este aprofundamento alija a grande parte dos trabalhadores do meio rural.

Nasce desse processo a proletarianização do agricultor, e dela a *mobilidade territorial* do trabalho, que na área de estudo exprime-se no êxodo rural (Moreira, 1989).



1992

UNIDADES RURAIS ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI

Figura 6

2.3 A Atuação do Estado na Transformação do Espaço Geográfico

Durante mais de três séculos, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho próprio e concreto do homem, mais do que pela incorporação de técnicas, na forma de capital, à natureza. Da metade do século XIX à metade do século XX, algumas áreas conheceram a implantação de um meio técnico, que alterou a definição do espaço e modificou as condições do seu uso.

No último quartel do século XX, uma grande transformação é definida pela soma considerável de capital fixo adicionado ao território, na condução da produção cada vez mais pelo capital (Santos, 1994).

O Estado é um agente presente e atuante nessa configuração sócio-espacial. A vida social e econômica e, portanto, espacial é em grande parte ditada, viabilizada e mediada pela via política, por meio do Estado, que Lojkin (1997) identifica como “o aparelho territorial e o agente da socialização das relações de produção”.

Com o capitalismo, a hegemonia burguesa se impôs não apenas na produção material, mas também nas representações ideológicas e nas relações sociais. A ação do Estado reproduz essas relações, por meio de suas instituições, que vão além da base econômica, são de natureza política.

No Brasil, num esforço nacional para a superação do subdesenvolvimento, verificou-se, especialmente a partir dos anos 30, a participação direta do Estado na economia, seja como gestor do desenvolvimento ou como produtor direto. Num quadro em que o capital privado nacional era débil e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir no país, o Estado assumiu funções no intuito de assegurar as condições econômicas de produção.

Devido à industrialização tardia do país, o Estado brasileiro, a partir da década de 50, não se limitou a garantir as condições políticas e sociais necessárias à produção capitalista, mas atuou internamente no sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização, seja como produtor direto ou por meio de investimentos

em condições gerais do processo de produção social.

O Estado antecipou-se ao capital e atuou em diferentes ramos da economia, como na infra-estrutura para a produção de energia, transporte, comunicações, na indústria de base e de seus intermediários, bem como na pesquisa e divulgação de novas formas de produção (como no caso da agricultura).

A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do *Brasil potência* justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder se equipar mais depressa e melhor.

Delineava-se um rumo, em que se acreditava que os países em desenvolvimento compunham com os países avançados uma unidade contraditória, mas da qual poderiam em princípio beneficiar-se na direção, talvez, de algum outro modelo de desenvolvimento.

Legitimada, então, pela ideologia do crescimento, a prática da modernização no Brasil conduziu o país a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais. O conjunto formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais criou as condições para a implantação de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, de modo direto ou por intermédio do poder público.

O regime militar tomou como bloco, e tratou como bloco, o território nacional, que assim ainda mais se prestava aos interesse das empresas maiores, as únicas capazes de utilizá-lo inteiramente. O território não é apenas o teatro do jogo econômico, mas a forma como ele organizou-se para a modernidade, foi sobretudo favorável às corporações.

O Estado implantou a infra-estrutura de grande escala, como transporte e energia (capital fixo espacializado), desempenhando um papel decisivo. A concentração dos recursos fiscais em mãos do governo federal, permitiu que pudesse escolher a geografização dos equipamentos coletivos. De um lado, houve a premeditada escolha das infra-estruturas a instalar e sua localização, com a criação de equipamentos do interesse específico de certas atividades. De outro, facilitou-se o intercâmbio internacional e interno, mediante a várias formas

de incentivos.

Antes da década de 30, havia 17 empresas estatais no Brasil, de 1930 a 1945 foram criadas 30 estatais. Nas décadas de 50 e 60, mais 63 e no final dos anos 70, havia 582 empresas estatais (Lima, 1998, apud Alba, 1998).

A criação das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, em 1961 e de sua subsidiária, Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, em 1969⁷, justifica-se pela industrialização e seu significativo aumento da demanda de energia.

Entretanto, a década de 80 foi marcada pelo fim do modelo desenvolvimentista adotado no Brasil a partir de 1930. A crise da dívida externa fez com que o Estado aceitasse as imposições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e acabasse por perder sua capacidade de investimentos, levando o país a internacionalizar, cada vez mais, sua economia numa dependência crescente ao sistema bancário internacional privado, por meio do endividamento, culminando com a intensa onda de privatizações que caracterizaram os anos 90.

A ELETROSUL passou a atuar em parceria com a iniciativa privada a partir de 1995 e a foi parcialmente privatizada em 1998. (*Ver item 4.2*)

O Estado passou a contar com menos recursos para as funções sociais, o que não significa que se ausentou ou que se tornou menor. Sua participação segue adequando-se às transformações do processo de acumulação capitalista, sua atuação continua a desempenhar um papel fundamental, seja na organização administrativa de readaptação do país às necessidades das grandes oligarquias financeiras ou para mediar a ação dos grupos estrangeiros inseridos na produção nacional.

Apesar de apresentar-se como se estivesse acima das classes sociais ou, por vezes, como representante de toda a sociedade, o Estado não é independente, nem autônomo. É disciplinado por forças internas, nas quais se baseia seu poder, e por condições externas – competição na economia, taxas de câmbio, movimentos de capital e, às vezes, intervenções políticas diretas de

⁷ A ELETROBRÁS em 25/04/61 pela Lei 3.890-A, e a ELETROSUL em 23/04/1969, pelo Decreto n° 64.395 (Lima, 1995).

potências superiores. Assim, a relação entre o desenvolvimento capitalista e o Estado deve ser vista como mutuamente determinante e não unilateral (Harvey, 1992).

A partir dessa visão do papel exercido pelo Estado é que se deve compreender a implantação da Usina Hidrelétrica de Itá no território regional oeste catarinense. A demanda de energia do parque industrial, especialmente do sudeste do país, determina sua construção, em detrimento às necessidades dos pequenos produtores rurais, cada vez menos importantes para a agroindústria.

3 A USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

3.1 Uma Nova Paisagem

A implantação de uma usina hidrelétrica de grande porte⁸, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Itá, tem provocado significativas interferências no meio ambiente. Meio ambiente, no âmbito deste trabalho, deve ser entendido como um sistema dinâmico de relações e interferências recíprocas, considerando aspectos naturais, sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos (Vieira, 1995).

Para a geração de energia elétrica a partir do aproveitamento hídrico do rio Uruguai, foi necessário barrar seu curso e represar suas águas. Transformando um trecho do rio em lago. (figs. 7 e 8)

O lago formado tem um volume da ordem de 5.100 milhões de m³, 760Km de perímetro e uma área total de 141km², dos quais 52,4km² em Santa Catarina (CNEC, 1990), alagando áreas marginais dos rios Uruguai, do Peixe, Jacutinga, Dourado e outros afluentes menores. O início do enchimento do reservatório deu-se em dezembro de 1999 e completou-se em junho de 2000.

A área inundada abrange um total de onze municípios, sete em Santa Catarina: Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba e Piratuba; e quatro no Rio Grande do Sul: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos. (fig. 9)

TABELA 3.1 - MUNICÍPIOS CATARINENSES ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO

MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL		ÁREA ALAGADA	
	km ²	km ²	km ²	%
Alto Bela Vista	104	8.9	8.9	8.6
Arabutã	131	0.4	0.4	0.3
Concórdia	808	28.9	28.9	3.6
Ipira	136	0.4	0.4	0.3
Itá	203	12.4	12.4	6.1
Peritiba	66	0.1	0.1	0.1
Piratuba	156	0.3	0.3	0.2

Fonte: ELETROSUL

⁸ A Usina Hidrelétrica de Itá tem 1450 MW de potência instalada. As usinas de pequeno porte têm até 40MW e as de médio porte entre 40 e 500MW (Fonte: ANEEL).

Na alteração da paisagem destaca-se o desaparecimento do Estreito Augusto Cesar, particular formação rochosa onde o rio atravessava um *canion*.

A sede municipal de Itá, totalmente atingida pelas águas, foi relocada para cerca de quatro quilômetros de distância, num sítio mais elevado. (*figs. 10 e 11*) Marcelino Ramos (RS) teve a área urbana parcialmente alagada. Além disso foram atingidas e relocadas quatro sedes distritais (sendo duas catarinenses), 32 núcleos rurais (13 em Santa Catarina), 15 equipamentos isolados, como escolas, igrejas, cemitérios (seis em Santa Catarina), e extensa rede de infra-estrutura viária, elétrica e telefônica, causando significativas transformações na complexa trama urbana e rural. (*fig. 12*)

Além da perda da relação da população com o rio, dentre as maiores interferências, no âmbito das relações sócio-espaciais, destacam-se as promovidas pela quebra de relações sociais e alterações nas formas de organização territorial. O enchimento de um afluente ou de um córrego, muitas vezes interpôs o lago entre duas partes de uma mesma comunidade, que ficaram incomunicáveis.

Houve também mudanças de distâncias e de percursos, alterando a polarização e hierarquia em relação aos núcleos rurais anteriores. A relocação de um núcleo para uma nova posição por vezes induziu a população a utilizar os equipamentos de educação, comércio, religião e lazer de outro núcleo mais próximo.

As transformações espaciais fragilizaram as comunidades estruturadas por relações de parentesco, vizinhança e amizade, principalmente por serem estas também as relações em que se baseia a produção, a qual apresenta um crescente quadro de desestruturação.

Todo esse processo de alterações já incorpora o *novo* como seu motor, de modo que esta fragmentação, paradoxalmente, somada às mudanças econômicas e culturais que acompanharam a implantação da usina, contribuiu para a aceitação da nova paisagem como sinal de modernidade e, portanto, ontologicamente positiva (*Ver item 6.4*).

Essa visão corrobora a expansão dos limites urbanos e os investimentos para a promoção do turismo e lazer.

VOLTA DO UVÁ – VISTA AÉREA



1996



2000



FOTOS GABIATTI

2000

O RIO URLIGUA: FOI BARRADO EM DEZEMBRO DE 1999
O ENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO COMPLETOU-SE EM JUNHO DE 2000

Figura 7 - FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA

TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM



FOTO: GABIATTI

RIO URUGUAI

NOVEMBRO 1999



FOTO: GABIATTI

ENCHIMENTO

JANEIRO 2000



FOTO: AUTORA

LAGO

JANEIRO 2001

Figura 8

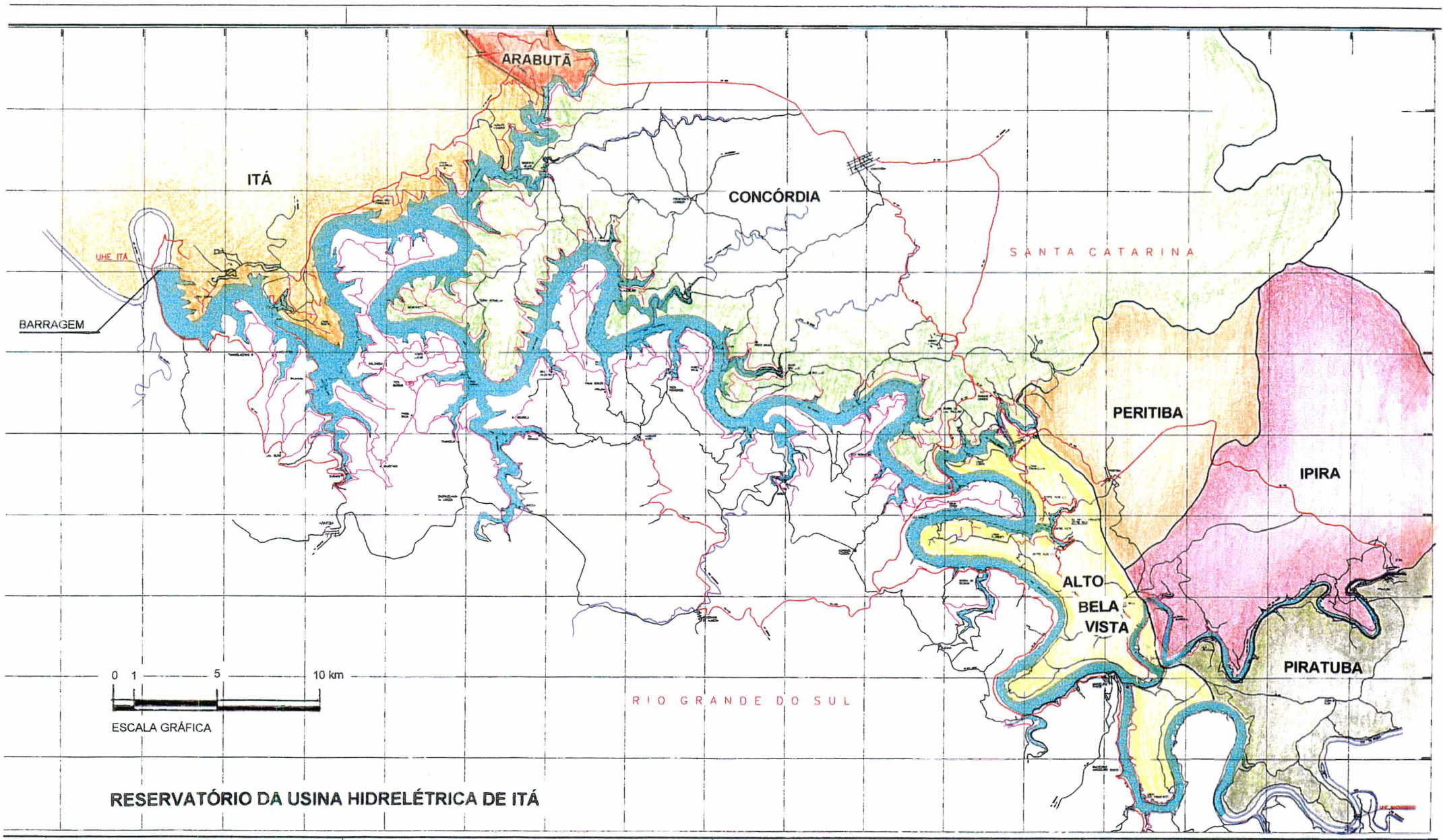


Figura 9 - MUNICÍPIOS CATARINENSES ATINGIDOS



FOTO: ELETROSUL

1984



FOTO: DC

TORRES DA IGREJA

2000

Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos, mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília.

(CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis. 1990, p. 30)

Figura 10 - ITÁ – CIDADE VELHA – TOTALMENTE INUNDADA

CIDADE DE ITÁ – VISTA AÉREA



FOTO: GABIATTI

NOVEMBRO 1999



FOTO: GABIATTI

MAIO 2000

Figura 11



FOTO: CNEC

Figura 12 - NÚCLEO RURAL ATINGIDO

3.2 O Empreendimento

A Usina Hidrelétrica de Itá passou a fazer parte da vida da população que habitava as margens do rio Uruguai no final da década de 70, quando foram divulgados os Estudos de Inventário pela ELETROSUL⁹. Estes estudos identificaram 22 usinas hidrelétricas distribuídas pela bacia do rio Uruguai.

Foram iniciados os levantamentos necessários para a implantação das usinas de Machadinho e Itá, entretanto, houve mudanças nos planos para a construção da primeira usina e Itá passou a ser prioritária, por suas características técnicas e econômicas.

Atualmente, estão previstas para a região oeste catarinense, mais duas hidrelétricas, a usina de Machadinho deve entrar em operação comercial no ano 2002 e a usina de Foz do Chapecó em 2005. (*fig. 13*)

A divulgação dos estudos de inventário desencadeou um processo de incertezas, inseguranças e instabilidades, que se estendeu até o ano 2000, quando finalmente foram inundadas as áreas necessárias para a formação do reservatório de Itá.

Durante 20 anos, portanto, toda a área afetada pelo empreendimento foi convulsionada por conflitos, pressões, boatos, negociações, invasões, acordos, relocações, indenizações; por obras iniciadas e interrompidas ao sabor das várias mudanças políticas e econômicas que o país enfrentou nesse período, as quais constantemente alteravam os rumos e os interlocutores do setor energético.

Neste contexto emergiu a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB¹⁰, responsável pela organização popular contra a construção de usinas em terras agrícolas e, posteriormente, como representante dos agricultores na negociação de seus direitos¹¹ perante o setor elétrico brasileiro e na organização dos reassentamentos coletivos (*fig. 14*). (*Anexo 1*)

⁹ Os Estudos de Inventário da bacia do rio Uruguai foram elaborados pela ELETROBRÁS entre 1966 e 1969, e posteriormente desenvolvidos pela sua subsidiária ELETROSUL.

¹⁰ Criada em 1979. Hoje denominado Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

¹¹ Os direitos da população atingida foram consolidados em um acordo celebrado entre CRAB e ELETROSUL, em 1988, quando iniciou o processo de negociação das terras e a relocação da população.

A Comissão dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Itá que construíram casas após 1983, e que não tem direito à relocação, resolveram por maioria designar o Senhor: GERALDO LUIZ SIMON, que faz parte desta, para acompanhar um Técnico da ELETROSUL a fim de revisar os trabalhos de levantamento de benfeitorias não reprodutivas, realizados a partir de 08.12.87, conforme entendimentos acordados em reunião efetuada com a ELETROSUL, Prefeitura Municipal de Itá, Câmara de Vereadores e Comissão dos atingidos após data base. O designado tem amplos poderes para reivindicar total ou parcial mudanças nos levantamentos assim como assinar com o intuito de resguardar os direitos do proprietário ou beneficiário. E para que surta os efeitos necessários de direito, passamos a presente que vai assinada pela maioria da Comissão constituída para os devidos fins.

Itá, 19 de Dezembro de 1989.

Osma Hugo
 OSMAR HUGO
Nelson Schiavini
 NÉLSON SCHIAVINI
Dalcy Martini
 DALCY MARTINI
Walmor Araldi
 WALMOR ARALDI
Geraldo Luiz Simon
 GERALDO LUIZ SIMON
Walmir String
 WALMIR STRING

RECONHECIMENTO
 do Sr. *Osma Hugo*
Walmor Araldi
Walmir String
Dalcy Martini
Nelson Schiavini
Geraldo Luiz Simon

Geraldo Luiz Simon
Walmor Araldi
Walmir String
 20 de Dezembro de 1989
Osma Hugo

Figura 14 - DOCUMENTO DA CRAB

As primeiras iniciativas concretas de construção da usina de Itá datam de 1984, quando a previsão para a sua operação era o ano de 1992, data freqüentemente postergada devido aos problemas econômicos enfrentados pelo governo brasileiro (*Ver item 2.3*). Em 1984, iniciaram-se as obras de relocação da cidade de Itá, a única sede municipal totalmente alagada.

A partir de 1988, iniciou-se a remoção da população rural atingida, cerca de 3.500 famílias. Além da indenização aos proprietários de terras alagadas, os agricultores, proprietários ou não, podiam optar pelos reassentamentos rurais coletivos, por reassentamentos individuais (Cartas de Crédito) ou por permanecer nas áreas remanescentes de suas propriedades, quando viável¹².

No decorrer desses 10 anos, foram executadas apenas algumas obras preliminares da usina, a retomada definitiva ocorreu quando se deu a reestruturação do Estado, com o processo de privatização do setor elétrico brasileiro.

Assim, só em 1995, é iniciada a construção da barragem, viabilizada pela parceria entre a ELETROSUL e a iniciativa privada (num consórcio formado pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A.).

Em 1997, ocorreu a cisão da ELETROSUL em duas empresas, quando foi criada a GERASUL (Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.), responsável pela geração de energia elétrica, atividade destinada à privatização (a transmissão de energia elétrica permaneceu com a ELETROSUL). Em 1998, a GERASUL foi privatizada, em leilão vencido pelo grupo belga Tractebel Electricity & Gas International.

¹² 730 famílias optaram pelos reassentamentos rurais coletivos, implantados em sete áreas: Mangueirinha - PR, Chopinzinho - PR, Marmeleiro - PR, Honório Serpa - PR, Campo Erê - SC, Campos Novos - SC, e Chiapetta - RS. Foram reassentadas 375 famílias por meio de Carta de Crédito e 54 em áreas remanescentes.

3.3 A População Atingida

No âmbito das alterações sócio-espaciais a partir do enchimento do lago da usina, a saída das chamadas famílias de agricultores atingidos, ou seja, famílias que tiveram suas propriedades, total ou parcialmente, atingidas pelo alagamento (*fig. 15, 16 e 17*), destacam-se dentre as complexas conseqüências ambientais advindas da implantação da Usina.

A formação do reservatório alagou terras, aproximadamente 6.600ha (72% de sua superfície em área rural), afetando cerca de 1200 unidades produtivas em Santa Catarina, onde as famílias não tiveram mais condições de manter a exploração agropecuária. Com isso, extinguíram-se 800 postos de trabalho agrícola, que somados aos demais postos referentes às atividades comerciais, industriais e de serviços, totalizaram aproximadamente 1200 postos de trabalho renunciados (GERASUL, 2000a).

Desse modo, diminuíram as oportunidades de trabalho vinculadas à terra e a população rural tende a buscar outras alternativas de subsistência.

Segundo Vainer (1990), há a expectativa, por parte dos agricultores, de que as indenizações ou venda das terras lhes possibilitará recomeçar a vida na cidade, em condições mais favoráveis do que no campo. Estas alterações, portanto, agravaram o crescente despovoamento da área e incrementaram o movimento de êxodo rural.

As características particulares desse empreendimento expressas no prolongado tempo decorrido desde o início das atividades de remanejamento da população até o fechamento das comportas da barragem e enchimento do reservatório (1984 a 2000), devido às alterações nos centros de decisões relacionados ao setor elétrico, à crise fiscal do setor público e às mudanças no paradigma nacional das relações entre Estado e sociedade, em especial pelo processo de privatização, conduziu ao arrefecimento dos organismos relacionados a fornecer apoio social às populações atingidas, especialmente em relação aos rumos de seu futuro.

Se houve um momento em que o poder público, via ELETROSUL, e a sociedade civil organizada, especialmente o MAB, empreenderam esforços para a manutenção das famílias de agricultores vinculadas à terra, por meio dos

reassentamentos rurais coletivos, na fase de transição para a privatização, o esgotamento de tais iniciativas deixou a população agrícola remanescente exposta à especulação imobiliária e às promessas de desenvolvimento via turismo.

Como resultado, observa-se as novas configurações físico-espaciais que começam a se delinear. Surge, atualmente, um novo uso do solo nas áreas marginais ao lago da usina, fruto da pressão do capital imobiliário para transformar as áreas agrícolas em lotes destinados a atividades de turismo e lazer, para tanto as áreas rurais devem se transformar em áreas urbanas.



Figura 15

A Eletrosul será responsável pelo reassentamento de todos. A garantia é do Governo Federal.

**As indenizações
serão rápidas**

Não vamos comprar terras antes de 1986.

As indenizações serão individuais. Sempre que a documentação estiver regularizada, o pagamento será feito em 30 dias.

Haverá uma seqüência. Vamos comprar primeiro as áreas destinadas ao canteiro de obras e vila de operários, antes do início da construção de cada usina. As áreas do reservatório — em todos os casos as mais significativas — serão adquiridas, na pior das hipóteses,

dois anos antes do enchimento do mesmo.

Uma vantagem adicional: mesmo depois de ter vendido sua terra e ter escolhido outra, o proprietário poderá continuar plantando na área até seis meses antes do enchimento do reservatório, através de um contrato de comodato.

Há garantias neste processo de indenizações: o Governo Federal (e nunca é demais repetir que a Eletrosul é uma empresa estatal, diretamente controlada pelo Ministério das Minas e Energia), somente autorizará o início das obras depois de garantir o dinheiro necessário às indenizações. Quanto ao processo em si, a Eletrosul já tem bastante experiência, de usinas que construiu no Paraná e Rio Grande do Sul.

FONTE: A VERDADE SOBRE BARRAGENS (ELETROSUL, 1984)
CARTILHA DIRIGIDA À POPULAÇÃO ATINGIDA PELAS USINAS
DE ITÁ E MACHADINHO

**O reassentamento, como
será a indenização
terra por terra**

A Eletrosul será responsável pelos planos de reassentamento, que darão condições aos envolvidos de conhecer, avaliar, examinar e definir-se quanto à proposta que lhe será submetida, o que deverá ocorrer, no mais tardar, dois anos antes do enchimento do reservatório.

Os planos de reassentamento são elaborados somente após identificada toda extensão do problema, o que é feito a partir de uma pesquisa na região, quando são identificadas as classes sociais atingidas, o número dos que preferem a solução "terra por terra", suas ocupações, dificuldades e preferências aos novos locais. Essa pesquisa é realizada apenas quando se tem certeza da data de início da construção da usina.



00066

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. — ELETROSUL

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, s/nº - Pantanal - Florianópolis - SC

Florianópolis, de de 198

Ilmo(a) Sr.(a)

Prezado(a) Senhor(a),

Cumpre-nos informar-lhe que a Divisão de Avaliações do Departamento do Patrimônio Imobiliário desta Companhia, concluiu seus trabalhos objetivando aquisição de sua propriedade situada no lugar denominado *COTONIA LUPA*, município de *FLORIANÓPOLIS*, necessária à Bacia de Acumulação da UH *FLORIANÓPOLIS*, avaliando em Cz\$ *1.218.153,00* (um milhão duzentos e oitenta e oito mil e cento e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

2. Esclarecemos, ainda, que os valores referentes as benfextorias porventura existentes na área, foram atribuídas considerando que as mesmas serão removidas para outro local, a critério único e exclusivo de V.Sa., devendo tal remoção, entretanto, ser processada no prazo a ser fixado pela ELETROSUL.

Atenciosamente,

p/ Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL.

Declaro estar de pleno acordo com os valores atribuídos, comprometendo-me a recebê-lo desde que por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Em 11/02/89

Proprietário

Cônjuge

Francisco Luiz Antunes

Rosa Fontinelli

CORRESPONDÊNCIA PARA AGRICULTORES

Figura 16 - DOCUMENTOS DA ELETROSUL



COM O ALAGAMENTO DAS TERRAS,
AS FAMÍLIAS TÊM QUE SE MUDAR.

RELOCAÇÃO DE RESIDÊNCIAS

Figura 17

4 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

4.1 Localização

A mesorregião oeste catarinense, segundo a nova regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por vezes referida apenas como região oeste, é formada por cinco microrregiões geográficas: Microrregião de Chapecó, Microrregião de Concórdia, Microrregião de Joaçaba, Microrregião de São Miguel do Oeste e Microrregião de Xanxerê.

A Microrregião Geográfica de Concórdia, onde se situa a Usina Hidrelétrica de Itá, abrange os municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina.

Os novos municípios são Arabutã, instalado em 1993, Alto Bela Vista e Paial, instalados em 1997.

São atingidos pelo reservatório, em Santa Catarina: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Itá, Peritiba e Piratuba. (*fig. 19*)

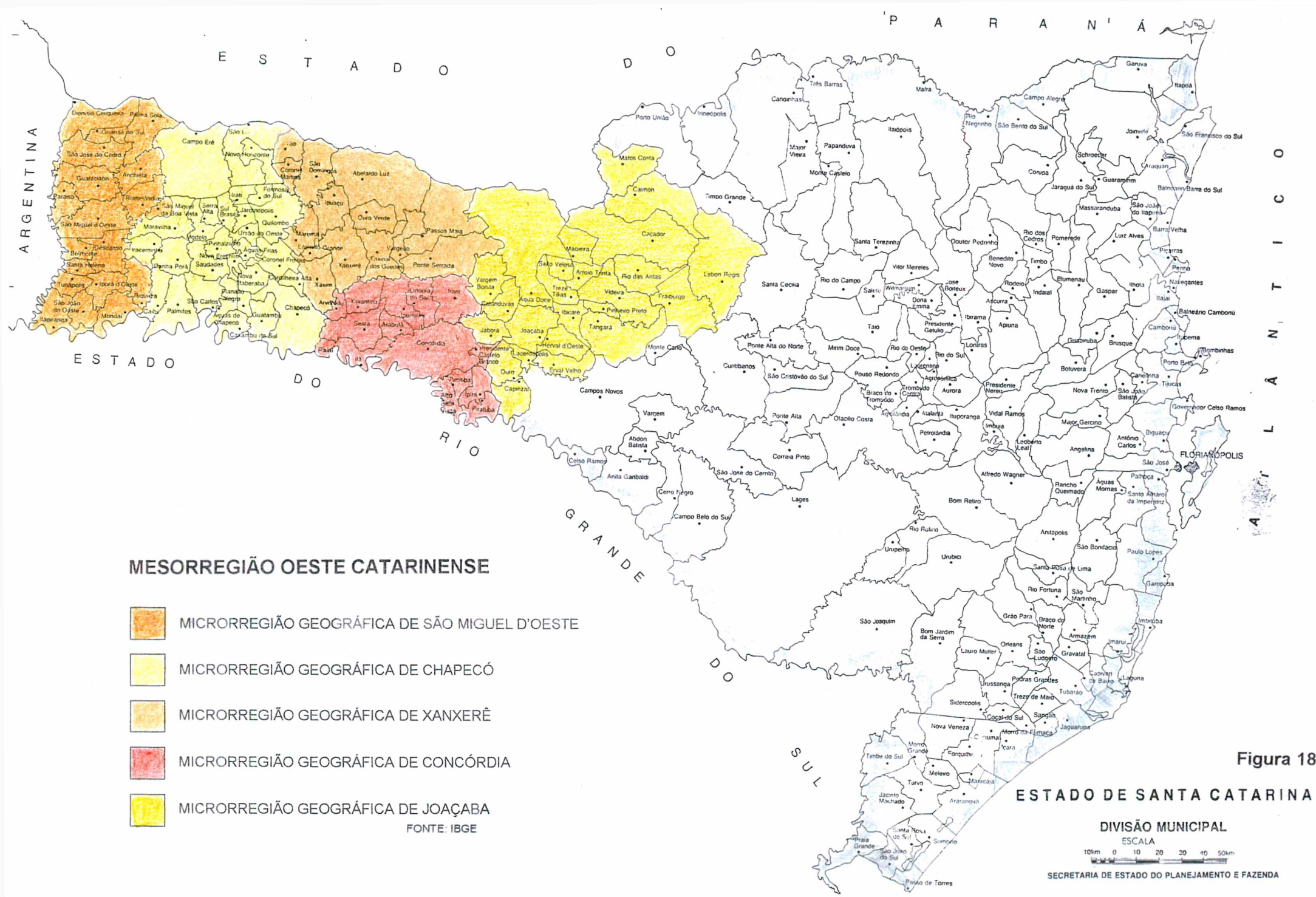


Figura 18



Figura 19

4.2 Dinâmica Populacional

A população da mesorregião oeste de Santa Catarina, apesar da intensa urbanização ocorrida nos últimos anos, ainda se caracteriza por ser uma das mais acentuadamente rurais do país. Na contagem populacional de 1996, realizada pelo IBGE, a população rural da região representava 43,7% da sua população total, contra 26,9% em Santa Catarina e 21,6% no Brasil, que na sinopse preliminar do censo de 2000, ainda sem os dados regionais, passaram para 21,3% e 18,7%, respectivamente (Tabela 4.1).

TABELA 4.1 - EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE, SANTA CATARINA E BRASIL 1980, 1991, 1996 E 2000

DENOMINAÇÃO	1980	1991	1996	2000
POPULAÇÃO RURAL				
Mesorregião Oeste	63,44	49,29	43,73	
Santa Catarina	40,62	29,36	26,87	21,27
Brasil	32,30	24,53	21,64	18,77
POPULAÇÃO URBANA				
Mesorregião Oeste	36,56	50,71	56,27	
Santa Catarina	59,38	70,64	73,13	78,73
Brasil	67,70	75,47	78,36	81,23

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991, Contagem Populacional de 1996 e Sinopse Preliminar do Censo 2000

A tabela 4.2 mostra a evolução e as taxas de crescimento da população por situação de domicílio. A população urbana da região só suplantou a população rural durante a década de 80, enquanto no Estado esse fenômeno ocorreu já na década de 70. Na microrregião de Concórdia predomina a população rural sobre a urbana.

TABELA 4.2 - POPULAÇÃO RESIDENTE E A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1980, 1991, 1996 E 2000

LOCAL	POPULAÇÃO RESIDENTE				TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL		
	1980	1991	1996	2000	1980 a 1991	1980 a 1996	1991 a 1996
POPULAÇÃO TOTAL							
M. Concórdia	116.147	130.608	128.072		1,07	0,61	-0,39
Região Oeste	931.230	1.051.083	1.077.901		1,11	0,92	0,51
Santa Catarina	3.627.933	4.541.994	4.875.244	5.349.580	2,06	1,86	1,43
Brasil	121.150.573	146.917.459	157.079.573	169.590.693	1,77	1,64	1,35
POPULAÇÃO RURAL							
M. Concórdia	86.324	73.640	66.283		-1,43	-1,64	-2,08
Região Oeste	590.776	518.124	471.372		-1,19	-1,40	-1,87
Santa Catarina	1.473.695	1.333.457	1.310.114	1.137.601	-0,90	-0,73	-0,35
Brasil	39.137.198	36.041.633	33.997.406	31.835.143	-0,75	-0,88	-1,16
POPULAÇÃO URBANA							
M. Concórdia	29.823	56.968	61.789		6,06	4,66	1,64
Região Oeste	340.454	532.959	606.529		4,16	3,68	2,62
Santa Catarina	2.154.238	3.208.537	3.565.130	4.211.979	3,69	3,20	2,13
Brasil	82.013.375	110.875.826	123.082.167	137.755.550	2,78	2,57	2,11

FONTE: IBGE Censos Demográficos de 1980 e 1991, Contagem Populacional de 1996 e Preliminar do Censo 2000

Os dados revelam a aceleração do processo de esvaziamento populacional relativo da região oeste catarinense nos últimos anos, com a redução absoluta da população residente em muitos dos seus municípios. Na microrregião de Concórdia a perda de população rural foi maior que o acréscimo da população urbana.

A população urbana da microrregião de Concórdia e da região oeste cresceu de forma exacerbada no período 1980-1991, a taxa de crescimento anual atingiu 6,06% e 4,16%, respectivamente, resultando num crescimento de 56,5% da população urbana regional no período.

A baixa taxa de crescimento da população total da região e da microrregião em relação ao Estado como um todo, atesta o movimento de "esvaziamento demográfico" relativo da região, quando, já a partir dos anos 80, houve um intenso processo de êxodo rural.

A comparação dos dados do censo demográfico de 1991 com a contagem populacional de 1996 revela que na microrregião de Concórdia a maioria dos municípios apresentaram perda absoluta da população total, com exceção dos municípios de Seara, Irani, Itá, Presidente Castelo Branco (Tabela 4.3).

E, por outro lado, todos os municípios, sem exceção, apresentaram aumento de suas populações urbanas, o que evidencia o processo de desruralização¹³. Sendo que em Concórdia, Seara e Itá deve ser considerado o contingente populacional atraído pela construção da usina hidrelétrica.

TABELA 4.3 - POPULAÇÃO ABSOLUTA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS-1980,1991 E 1996

MUNICÍPIO	TOTAL			RURAL			URBANA		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996	1980	1991	1996
Alto Bela Vista									375*
Arabutã	4.364	4.319	3.848	3.990	3.859	3.212	374	460	636
Arvoredo	3.065	2.730	2.451	2.811	2.497	2.061	254	233	390
Concórdia	49.979	60.019	58.502	31.419	24.208	21.778	18.560	35.811	36.724
Ipira	4.892	4.765	4.565	4.066	3.554	3.276	826	1.211	1.289
Ipumirim	7.108	7.253	6.869	6.005	5.453	4.978	1.103	1.800	1.891
Irani	6.268	7.600	7.943	5.707	4.309	4.085	561	3.291	3.858
Itá	7.808	8.426	8.548	6.740	6.504	6.336	1.068	1.922	2.212
Lindóia do Sul	5.084	5.278	4.930	4.445	4.106	3.637	639	1.172	1.293
Paial									
Perituba	2.736	3.189	3.178	2.231	2.137	2.047	505	1.052	1.131
Piratuba	4.805	4.909	4.342	3.578	3.571	2.970	1.227	1.338	1.372
Presidente Castelo Branco	1.726	1.796	1.856	1.383	1.334	1.337	343	462	519
Seara	12.938	15.363	16.270	9.285	8.031	6.826	3.653	7.332	9.444
Xavantina	5.374	4.961	4.770	4.664	4.077	3.740	710	884	1.030
MICRORREGIÃO CONCÓRDIA	116.147	130.608	128.072	86.324	73.640	66.283	29.823	56.968	61.789

FONTE: IBGE Censo demográfico- 1980 e 1991; Contagem populacional-1996

Obs.: O município de Concórdia cedeu população para os novos municípios de Alto Bela Vista, instalado em 1997 e Arabutã, instalado em 1993, cujos dados relativos a 1980 são na condição de distrito. Itá cedeu população para Paial, instalado em 1997.

* População estimada

A mesorregião oeste, da mesma forma que o restante do Estado, presenciou a elevação absoluta de seu contingente de Pessoal Ocupado (PO) até 1985. Essa evolução foi fortemente positiva na década de 1970 (24%), fraca de 1980 a 1985 (4%) e fortemente negativa entre 1985 e 1995/96 (-16%), acompanhando a dinâmica populacional do período.

¹³ Os termos "ruralização", ou "desruralização", (assim como "urbanização") utilizados na interpretação dos dados estatísticos, referem-se particularmente à predominância da população rural sobre a urbana, ou vice-versa.

A população urbana da região oeste continuou concentrada nos municípios que já se encontravam mais populosos nos períodos anteriores, acentuando o processo de polarização demográfica. A concentração demográfica vem acompanhando as tendências de polarização econômica, com concentração dos investimentos industriais nas cidades-pólo, atraindo os contingentes populacionais que se movimentam em busca de novas oportunidades de emprego. Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina mostram que, em 1996, 75% dos empregos oferecidos por empresas do setor primário e secundário da região oeste concentravam-se em 14 municípios¹⁴. Do total de 116 municípios existentes em 1996, apenas 19 apresentaram aumento da população rural.

Como resultado deste intenso movimento migratório, a região oeste perdeu, no período 1980 a 1996, 119.404 pessoas do meio rural, ou seja, 20,2% (Tabela 4.4).

TABELA 4.4 - DIFERENÇA ABSOLUTA DA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - 1980, 1991 E 1996

MICRORREGIÃO	PERDA ABSOLUTA			PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PERDA		
	1991-1980	1996-1980	1996-1991	1991-1980	1996-1980	1996-1991
São Miguel D'oeste	-9.546	-25.855	-16.309	13,14	21,65	34,88
Chapecó	-25.254	-43.245	-17.991	34,76	36,22	38,48
Xanxerê	-11.183	-13.844	-2.661	15,39	11,59	5,69
Concórdia	-12.684	-20.041	-7.357	17,46	16,78	15,74
Joaçaba	-13.985	-16.419	-2.434	19,25	13,75	5,21
REGIÃO OESTE	-72.652	-119.404	-46.752	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE Censo Demográfico- 1980 e 1991; Contagem Populacional-1996

As tabelas 4.4 e 4.5 mostram a evolução da população rural na região oeste, entre 1980 e 1996, neste período, a microrregião de Concórdia perdeu 20.041 pessoas do meio rural, mantendo-se sempre acima das médias regionais.

¹⁴ Chapecó, Caçador, Concórdia, Fraiburgo, Videira, Capinzal, Xaxim, Seara, Xanxerê, São Lourenço D'Oeste, São Miguel D'Oeste, Joaçaba, Faxinal dos Guedes e Maravilha.

TABELA 4.5 - POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E PERDA RELATIVA POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - 1980, 1991 E 1996

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO RURAL ABSOLUTA			PERDA RELATIVA MICRORREGIONAL		
	1980	1991	1996	1991/1980	1996/1980	1996/1991
São Miguel D'oeste	129.912	120.366	104.057	-7,35	-19,90	-13,55
Chapecó	193.510	1682.56	150.265	-13,05	-22,35	-10,69
Xanxerê	75.700	64.517	61.856	-14,77	-18,29	-4,12
Concórdia	86.324	73.640	66.283	-14,69	-23,22	-9,99
Joaçaba	105.330	91.345	88.911	-13,28	-15,59	-2,66
REGIÃO OESTE	590.776	518.124	471.372	-12,30	-20,21	-9,02

FONTE: IBGE Censo demográfico 1980 e 1991; Contagem populacional/1996

4.3 Produção Agrícola

As análises do setor agrícola catarinense, a partir do enfoque econômico, remetem as conclusões para um quadro que apresenta uma agricultura pujante, cujo crescimento é inquestionável. Entretanto, o enfoque social apresenta uma realidade preocupante para uma parcela significativa da população rural, a qual não dispõe de renda suficiente para sua sobrevivência no meio em que vive.

O produto interno bruto de Santa Catarina, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, evoluiu de 8,608 bilhões de dólares em 1986 para 29,891 bilhões de dólares em 1996, representando um crescimento de 247,3% no período. A participação do setor primário (agricultura, pecuária e industrialização caseira), nestes 10 anos, alcançou seu ponto máximo em 1992, atingindo a marca de 18,79%. Ao longo do período a performance do setor primário foi positiva, mantendo sua participação relativa sempre acima dos índices registrados em meados da década de 1980 (Tabela 4.6).

Entretanto, os resultados positivos observados no cálculo do produto interno bruto agrícola são parcialmente anulados pelo tamanho da dívida acumulada pelo setor¹⁵, principalmente, após a implantação do Plano Real (1994) e do processo de globalização da economia.

¹⁵ O montante da dívida agrícola de Santa Catarina, estimado pela câmara setorial de crédito rural da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, era de aproximadamente 1,3 bilhão de reais, em 1998.

TABELA 4.6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES DA ECONOMIA NO PRODUTO INTERNO BRUTO DE SANTA CATARINA - 1986/96

ANOS	SETOR PRIMARIO (%)	SETOR SECUNDARIO (%)	SETOR TERCIARIO (%)
1986	12,98	45,89	41,13
1987	14,52	46,25	39,23
1988	14,98	43,51	41,50
1989	14,97	45,16	39,87
1990	16,55	43,40	40,05
1991	15,50	43,93	40,57
1992	18,79	41,57	39,64
1993	17,79	42,85	39,36
1994	17,93	42,90	39,18
1995	17,39	43,13	39,48
1996	16,71	43,07	40,22

FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico

A região oeste catarinense participou na safra de 1995/96, segundo o valor da produção do censo agropecuário, com aproximadamente 54,7% no valor da produção do Estado e a microrregião de Concórdia com 8,0%.

No ano agrícola 1995/96 o valor da produção oriunda da exploração animal representou 64,73% do valor da produção total da região, dos quais 29,95% foram obtidos com a exploração de animais de pequeno porte (aves); 26,57 % com animais de médio porte (suínos) e 8,21% com animais de grande porte (bovinos) (Tabela 4.7).

TABELA 4.7 - PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL NO ANO AGRÍCOLA 1995/96 POR GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

REGIÃO	PRODUÇÃO	ANIMAL			
		TOTAL	GRANDE PORTE	MÉDIO PORTE	PEQUENO PORTE
PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE ATIVIDADE NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO TOTAL (%)					
Região Oeste	100,00	64,73	8,21	26,57	29,95
M. Concórdia	100,00	81,38	7,73	46,41	27,24
PARTICIPAÇÃO DA MICRORREGIÃO NA PRODUÇÃO REGIONAL (%)					
Região Oeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M. Concórdia	16,4	20,7	15,5	28,7	15,0

FONTE: Instituto Cepa/SC

Em termos econômicos, é o grupo da pecuária que possui a melhor performance financeira, agregando mais valor à produção. Na microrregião de Concórdia a produção de suínos é a atividade econômica mais importante,

representando 63,74% da participação econômica em relação às outras atividades agrícolas e 28,7% em relação à produção regional (IBGE).

Do ponto de vista social, entretanto, o processo de êxodo rural associa-se aos baixos níveis de renda da atividade agrícola.

A comparação entre o rendimento médio mensal obtido pela população urbana e pela população rural de Santa Catarina, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), efetuada em 1995 e interpretada pelo Instituto CEPA/SC, é significativamente desfavorável aos que vivem na zona rural. Nas faixas de remuneração mensal, a participação dos que são domiciliados no meio rural é mais elevada, atingindo nas classes de renda de até 1 salário mínimo 5,4 pontos percentuais acima da registrada no meio urbano. Entretanto, o que chama mais a atenção é o elevado número de pessoas que, apesar de economicamente ativas, não possuem nenhuma remuneração. Este contingente alcança no meio rural 39,8% da população, contra apenas 10,3% na área urbana (Tabela 4.8).

O desequilíbrio acentua-se ainda mais quando se observa as maiores faixas salariais. Para os rendimentos com faixas de remuneração superior a dois salários mínimos o número relativo das pessoas com idade superior a 10 anos e economicamente ativas, alcança 35,5 pontos percentuais em favor da população urbana.

TABELA 4.8 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, EM SC - 1995

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SM)	URBANA (Pessoas)	%	RURAL (Pessoas)	%
Até 1/2 sm	32.583	1,8	24.585	2,9
Mais de 1/2 até 1 sm	128.634	7,3	99.475	11,6
Mais de 1 até 2 sm	292.717	16,5	146.360	17,0
Mais de 2 até 3 sm	301.892	17,0	99.485	11,6
Mais de 3 até 5 sm	336.752	19,0	86.905	10,1
Mais de 5 até 10 sm	295.024	16,6	40.022	4,7
Mais de 10 até 20 sm	135.499	7,6	9.720	1,1
Mais de 20	54.319	3,1	2.288	0,3
Sem rendimento	182.366	10,3	341.915	39,8
Sem declaração	12.581	0,7	9.143	1,1
TOTAL	1.772.367	100,0	859.898	100,0

FONTE : IBGE / PNAD, SANTA CATARINA, 1995

O valor agregado médio das atividades agrícolas na mesorregião oeste catarinense, na safra 1995/96, segundo o IBGE, foi de cerca de 6,44 salários mínimos mensais por família e na microrregião de Concórdia foi de 6,14 salários, o que equivale a pouco mais de dois salários mínimos por pessoa ocupada/mês (Tabelas 4.9 e 4.10).

TABELA 4.9 - VALOR AGREGADO MÉDIO POR ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA NA MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE E NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA, NO ANO AGRÍCOLA 1995/96 SEGUNDO OS GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MESORREGIÃO OESTE	MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA
GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (salário mínimo/família)		
Lavoura temporária	4,55	3,26
Lavoura permanente	13,96	2,39
Pecuária	11,17	10,20
Produção mista (lavoura e pecuária)	4,68	3,96
Outros	15,63	3,22
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) (salário mínimo/família)		
Menos de 10	2,88	3,05
10 a menos de 20	5,12	5,50
20 a menos de 50	8,76	8,43
50 a menos de 100	13,94	16,32
Mais de 100	43,94	15,17

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1995/1996

NOTA: O valor agregado anual foi dividido em 12 meses. O Salário Mínimo vigente na época era de R\$ 100,00 (equivalente a US\$ 96,00).

TABELA 4.10 - VALOR AGREGADO MÉDIO POR PESSOA OCUPADA NA AGRICULTURA DO OESTE CATARINENSE E NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA, NO ANO AGRÍCOLA 1995/96, SEGUNDO GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MESORREGIÃO OESTE	MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA
GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (salário mínimo/pessoa ocupada)		
Lavoura temporária	1,43	1,00
Lavoura permanente	5,26	1,11
Pecuária	3,44	2,87
Produção mista (lavoura e pecuária)	1,42	1,14
Outros	6,34	1,26
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) (salário mínimo/pessoa ocupada)		
Menos de 10	1,01	1,01
10 a menos de 20	1,55	1,62
20 a menos de 50	2,46	2,25
50 a menos de 100	3,81	3,93
Mais de 100	16,40	4,86

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1995-1996

NOTA 1: Pessoa Ocupada, refere-se aos responsáveis e membros não remunerados da família.

NOTA 2: O valor agregado anual foi dividido em 12 meses. O Salário Mínimo vigente na época era de R\$ 100,00 (equivalente a US\$ 96,00).

A migração rural-urbana, está fortemente vinculada à menor capacidade de obtenção de renda na agricultura. De fato, na microrregião de Concórdia, onde o valor agregado por pessoa ocupada é menor, o esvaziamento rural é mais intenso.

O poder aquisitivo das famílias rurais é muito baixo. Em termos relativos, significa dizer que cerca de 15% dos 112.017 domicílios rurais existentes na região encontram-se em estado de extrema pobreza, obtendo um rendimento bruto familiar mensal equivalente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou menos¹⁶ (Tabelas 4.11 e 4.12). A preços de outubro de 1997, cada família nesta condição, supria suas necessidades básicas com no máximo R\$ 60,00/mês¹⁷.

¹⁶ É considerado "estado de pobreza" quando uma família encontra-se abaixo do limite de renda mínimo. Para o Instituto CEPA/SC este limite é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda monetária bruta mensal, por família. Sendo a renda monetária bruta é igual à receita monetária total, menos as despesas monetárias com a produção.

¹⁷ O salário mínimo na época era de R\$ 120,00, equivalente a US\$ 132,00.

O número estimado de famílias rurais das classes de renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos, representam 52,59% dos domicílios rescenceados pelo IBGE na região (Tabela 4.12). Este contingente está em fase de transição, podendo alcançar a consolidação econômica da propriedade ou a sua inviabilização total. A ascensão ou o descenso depende das políticas econômicas e sociais a serem adotadas.

TABELA 4.11 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL E O NÚMERO DE DOMICÍLIOS PERMANENTES

LOCAL	ATÉ 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	MAIS DE 2 SM	N.º DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
M. CONCÓRDIA	2.222	3.797	4.350	5.651	16.020
REGIÃO OESTE	16.879	24.700	34.211	36.225	112.015

FONTE: Pesquisa de Campo Instituto Cepa/SC e IBGE Contagem populacional 1996

TABELA 4.12 - PERCENTUAL MÉDIO DAS FAMÍLIAS RURAIS SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL, EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE DOMICÍLIOS EXISTENTES EM 1996 (%)

LOCAL	ATÉ 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	MAIS DE 2 SM	N.º DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
M. CONCÓRDIA	13,87	23,70	27,15	35,27	100,0
REGIÃO OESTE	15,07	22,05	30,54	32,34	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo Instituto Cepa/SC e IBGE Contagem populacional 1996

As famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal são tidas, pelo Instituto Cepa/SC, como potencialmente excluídas do campo e que provavelmente devem migrar para os centros urbanos.

Deste modo, o fator renda também é responsável pela atração que as cidades exercem, principalmente as de médio e grande porte. A causa apontada como mais atrativa ao homem do campo é a estrutura socioeconômica que oferece perspectiva de emprego, com trabalho mais "leve", carga horária pré-definida e renda mensal. O fato de dispor mensalmente de proventos para a manutenção da família é muito valorizado, pois a incerteza de obtenção de boas colheitas é uma constante na vida do agricultor. Além disso, muitas vezes sua remuneração só ocorre no final da safra. Desta forma, é perceptível que os

fatores de atração da cidade representem a outra face da realidade vivida na propriedade agrícola.

4.4 Situação Fundiária

A utilização das terras agrícolas na região oeste, no período 1970-1996, por estar intimamente vinculada à dinâmica populacional e ao processo de desenvolvimento tecnológico, alcançou níveis modestos de crescimento. Em outras palavras, apesar da pressão populacional sobre a terra ser relativamente forte, o emprego da tecnologia disponível encontra limitações tanto na renda da maioria dos agricultores quanto no relevo acidentado de parte substancial das terras do oeste catarinense. Em consequência, o aproveitamento agroeconômico das mesmas mostrou pequeno crescimento no período, passando de 79% para 86,5% (praticamente idêntico ao do conjunto do Estado) (Tabela 4.13).

O total de áreas agrícolas trabalhadas e exploradas¹⁸ na região oeste, no período 1970-1996, é de 38% e 43%, respectivamente. Este crescimento foi bem maior que o apresentado pelo Estado no mesmo período, 11% e 21%, respectivamente (Tabela 4.13).

TABELA 4.13 - CRESCIMENTO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS , EXPLORADAS E TRABALHADAS TOTAIS, EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS NA REGIÃO OESTE E NO ESTADO – 1960, 1970, 1980 e 1985

REGIÕES E CENSOS	EM VALORES ABSOLUTOS (ha)			EVOLUÇÃO (em %)			RELAÇÃO		
	Área Agrícola Total (A)	Área Explorada Total (B)	Área Trabalhada Total (C)	Censos	Área Agrícola Total	Área Explorada Total	Área Trabalha da Total	(B/A)	(C/A)
OESTE CATARINENSE									
1970	1.976.064	1.561.743	817.793	1970/80	16.3	16.7	44.6	79.0	41,4
1980	2.299.121	1.822.288	1.182.331	1980/85	-1.6	3.5	5.0	79.3	51,4
1985	2.263.480	1.885.825	1.241.827	1985/95	-4.4	-0.7	-9.3	83.3	54,8
1995/96	2.163.881	1.872.533	1.193.684	1970/95	37.8	43.3	148.6	86.5	55,2
SANTA CATARINA									
1970	7.025.326	5.551.214	1.839.312	1970/80	6.4	9.5	50.4	79.0	26,2
1980	7.473.778	6.076.153	2.765.670	1980/85	-1.0	2.9	7.3	81.3	37,0
1985	7.399.999	6.249.630	2.967.773	1985/95	-10.6	-6.4	-9.3	84.5	40,1
1995/96	6.612.846	5.879.494	2.692.084	1970/95	11.2	20.5	103.4	88.0	40,8

FONTE: IBGE. Censo Agrícola - Santa Catarina, 1960

IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1970, 1980, 1985 e 1995/96

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

¹⁸ Área agrícola explorada ou em exploração: área agrícola total - terras em descanso - terras produtivas não explorada - terras inaproveitáveis.

Da análise da evolução recente da estrutura fundiária da região oeste catarinense, pode-se constatar um processo de fracionamento dos pequenos e médios estabelecimentos, acompanhado de uma redução dos menores e dos maiores estabelecimentos agrícolas.

Os dados estatísticos revelam a tendência de uma aceleração do processo de redução do número de estabelecimentos agrícolas da região oeste para os próximos anos, com conseqüente aumento de concentração da posse da terra.

Essa tendência expressou-se no último censo realizado em 1995/96, por meio das perdas de área e do número de estabelecimentos em todas as classes de área em relação a 1985, com maior evidência nos extremos, nos menores estratos e nos com mais de 1.000 hectares.

Neste contexto ganharam força os movimentos migratórios e o conseqüente abandono de pequenas propriedades rurais.

O Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1995/1996 registrou, em relação ao censo de 1985, uma diminuição de cerca de 807 mil hectares do total de área agrícola e de 31.626 estabelecimentos rurais do estado de Santa Catarina, correspondendo a 11% menos em área e 13% menos em número de estabelecimentos.

A mesorregião oeste catarinense perdeu cerca de 228 mil hectares e 14 mil estabelecimentos. As maiores perdas relativas tanto no número quanto na área, segundo estratos de tamanho de área, ocorreram nas faixas de menos de 5 hectares, de 5 a 10 hectares e de mais de 1000 hectares. Processo semelhante ocorreu também em nível estadual, embora com intensidade relativamente menor (Tabela 4.14).

TABELA 4.14 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E DE SANTA CATARINA, 1985 E 1995/96

ESTRATO DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	Variação	1985	1996	Variação
ESTADO						
menos de 5	46.461	37.669	(18,92)	126.167	92.929	(26,34)
5 a menos de 10	45.422	37.793	(16,80)	322.814	271.744	(15,82)
10 a menos de 20	63.950	60.051	(6,10)	888.168	838.076	(5,64)
20 a menos de 50	56.245	49.865	(11,34)	1.673.455	1.484.570	(11,29)
50 a menos de 100	13.341	12.120	(9,15)	891.819	811.301	(9,03)
100 a menos de 200	4.897	4.585	(6,37)	660.163	617.638	(6,44)
200 a menos de 500	2.959	2.729	(7,77)	901.561	831.096	(7,82)
500 a menos de 1000	1.005	917	(8,76)	695.178	625.587	(10,01)
mais de 1000	571	508	(11,03)	1.260.210	1.042.904	(17,24)
TOTAL	234.973	203.347	(13,46)	7.419.543	6.612.846	(10,87)
REGIÃO OESTE						
menos de 5	17.657	11.844	(32,92)	51.188	36.364	(28,96)
5 a menos de 10	22.641	18.051	(20,27)	163.140	131.877	(19,16)
10 a menos de 20	33.025	32.229	(2,41)	455.210	449.644	(1,22)
20 a menos de 50	23.305	20.977	(9,99)	682.336	612.030	(10,30)
50 a menos de 100	3.680	3.482	(5,38)	245.307	230.967	(5,85)
100 a menos de 200	1.083	1.073	(0,92)	146.587	145.227	(0,93)
200 a menos de 500	625	573	(8,32)	191.114	177.567	(7,09)
500 a menos de 1000	191	183	(4,19)	134.056	123.473	(7,89)
mais de 1000	148	120	(18,92)	331.011	256.229	(22,59)
TOTAL	102.355	88.532	(13,50)	2.056.331	1.828.546	(11,08)

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1985 e 1995/96

A tabela 4.15 contém a evolução do número de estabelecimentos e da área entre os dois últimos censos agropecuários na microrregião de Concórdia, observa-se que a proporção entre a perda de área relativa foi bastante semelhante à redução do número de estabelecimentos.

TABELA 4.15 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA 1985 E 1996

ESTRATO DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	Variação	1985	1996	Variação
menos de 5	1.790	1.436	(19,78)	5.139	4.225	(17,78)
5 a menos de 10	2.724	2.364	(13,22)	19.903	16.282	(18,20)
10 a menos de 20	5.142	4.896	(4,78)	71.813	68.848	(4,13)
20 a menos de 50	4.259	3.777	(11,32)	124.504	109.748	(11,85)
50 a menos de 100	592	509	(14,02)	37.834	33.196	(12,26)
100 a menos de 200	92	73	(20,65)	12.120	9.249	(23,68)
200 a menos de 500	27	27	-	7.689	7.382	(3,99)
500 a menos de 1000	5	4	(20,00)	3.317	2.468	(25,58)
mais de 1000	3	3	-	5.878	5.512	(6,23)
TOTAL	14.634	13.089	(10,56)	288.197	256.910	(10,86)

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1985 e 1995/96

A região oeste apresenta uma intensidade de ocupação de mão-de-obra agrícola por unidade de área bem superior à média estadual, refletindo a maior pressão sobre a terra e a maior concentração de atividades com maior demanda por trabalho na região.

Enquanto no Estado, em 1996, empregava-se cerca de 110 pessoas por 1.000 hectares, no oeste este índice atingiu quase 150 e na microrregião de Concórdia mais de 185 (Tabela 4.16). A criação de pequenos animais e a relativa limitação de mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades do oeste explicam seu uso, que vem desintensificando nos últimos anos, devido a mudanças tecnológicas nas explorações agrícolas.

TABELA 4.16 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DO OESTE CATARINENSE POR 1.000 HECTARES DE ÁREA TOTAL 1980, 1985 E 1995/96

LOCAL	PESSOAS OCUPADAS POR 1.000 HECTARES		
	1980	1985	1995/96
Microrregião de Concórdia	200,9	188,5	185,8
Região Oeste	149,0	158,4	146,7
Santa Catarina	112,0	119,6	108,7

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980, 1985 E 1995/96

ELABORAÇÃO: Instituto Cepa/SC

Dentre as categorias de pessoal ocupado na agricultura regional em 1995/96, a mão-de-obra familiar representou 88% do total. Em 1985, a mão-de-obra familiar representava 91% e em 1970 correspondia a 95% do total de mão-de-obra agrícola regional. Em contrapartida, os empregados permanentes elevaram sua participação de 1,6% em 1970 para 6,3% em 1995/96. No mesmo período, os trabalhadores em regime temporário elevaram sua representatividade de 2,0% a 4,4% do pessoal ocupado na agricultura regional (Tabela 4.17 e 4.18).

TABELA 4.17 - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA OCUPADA
NA AGRICULTURA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - 1970 A 1995/96

ANO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL REGIONAL (%)				TOTAL
	Mão-de-obra familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros + outra condição	
1970	95.0	1.6	2.0	0.9	100.0
1980	91.1	3.7	4.4	0.7	100.0
1985	90.8	4.0	4.3	1.0	100.0
1995/96	88.1	6.3	4.4	1.2	100.0

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980

ELABORAÇÃO: Instituto Cepa/SC

TABELA 4.18 - PARTICIPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA OCUPADA NO TOTAL ESTADUAL
AGRICULTURA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - 1970 A 1995/96

ANO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL ESTADUAL (%)				TOTAL
	Mão-de-obra familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros + outra condição	
1970	38.1	39.3	25.3	19.5	39.0
1980	43.3	44.5	37.6	30.0	42.1
1985	42.4	44.3	35.6	24.8	37.1
1995/96	45.8	48.2	30.1	37.7	44.8

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980

ELABORAÇÃO: Instituto Cepa/SC

Da evolução recente na estrutura de ocupação da mão-de-obra agrícola, pode-se depreender que a agricultura da região oeste catarinense vem passando por um lento processo de substituição de sua mão-de-obra familiar por mão-de-obra contratada.

4.5 Êxodo Rural

A análise dos movimentos migratórios da mesorregião oeste mostra que a dinâmica populacional, na década de 80, foi marcada por uma intensa urbanização, enquanto nos anos 90 verificou-se um arrefecimento do crescimento urbano e uma intensificação da desruralização da região.

A microrregião de Concórdia apesar de ter apresentado a maior taxa média de crescimento da população urbana da região oeste, na década de 80, reduziu sobremaneira essa taxa no primeiro quinquênio da década de 90.

Se na década de 80 a perda de população rural era, de certa forma, compensada pelo aumento da população urbana (parte significativa da população rural que migrava era incorporada à população urbana da microrregião), no início da década de 90, manifesta-se um deslocamento populacional microrregional, especialmente da população rural, para outras regiões.

A dinâmica da economia regional é dada por não mais que 20 municípios, o que denota um crescimento econômico desigual. Esta constatação é corroborada pelo fato de que a intensidade de absorção de imigrantes é alta apenas em alguns dos municípios dessas microrregiões, sendo baixa na imensa maioria dos demais municípios, como mostra a tabela 4.19.

TABELA 4.19 - IMIGRAÇÃO
OCORRIDA NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE, NO PERÍODO DE 1991 A 1996

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO NATIVOS.	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO NATIVOS.(%)	% DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1991-96	INTENSIDADE DE ABSORÇÃO DE IMIGRANTES (1)
Chapecó	112.800	16.178	14,34	20,00	Muito forte
Caçador	50.762	3.744	7,38	4,63	A forte
Videira	35.922	3.642	10,14	4,50	A forte
São Miguel D'Oeste	36.855	3.417	9,27	4,23	A forte
Fraiburgo	26.649	3.281	12,31	4,06	A forte
Xanxerê	37.638	2.633	7,00	3,26	A forte
Concórdia	60.019	2.560	4,27	3,17	A forte
Joaçaba	28.139	2.488	8,84	3,08	A forte
São Lourenço Oeste	17.233	1.962	11,39	2,43	B media
Maravilha	21.852	1.346	6,16	1,66	B media
Seara	15.363	1.345	8,75	1,66	B media
Xaxim	20.126	1.309	6,50	1,62	B media
Capinzal	13.694	1.308	9,55	1,62	B media
Itá	8.426	1.253	14,87	1,55	B media
Dionísio Cerqueira	13.720	1.243	9,06	1,54	B media
Itapiranga	15.236	1.112	7,30	1,37	C fraca
Palmitos	17.749	1.019	5,74	1,26	C fraca
Herval D'Oeste	17.832	1.011	5,67	1,25	C fraca
Palma Sola	8.857	985	11,12	1,22	C fraca
Pinhalzinho	10.673	974	9,13	1,20	C fraca
Campo Erê	26.272	922	3,51	1,14	C fraca
Lebon Régis	10.804	911	8,43	1,13	C fraca
Abelardo Luz	13.563	884	6,52	1,09	C fraca
Passos Maia	3.693	865	23,42	1,07	C fraca
São José Do Cedro	17.673	843	4,77	1,04	C fraca
Água Doce	7.133	792	11,10	0,98	C fraca
Guarujá Do Sul	4.776	766	16,04	0,95	C fraca
Ponte Serrada	8.566	751	8,77	0,93	C fraca
Tangará	11.833	734	6,20	0,91	C fraca
Catanduvas	6.959	730	10,49	0,90	C fraca
Iporã Do Oeste	7.718	703	9,11	0,87	C fraca
Descanso	10.877	678	6,23	0,84	C fraca
Rio Das Antas	5.753	654	11,37	0,81	C fraca
Águas De Chapecó	6.443	637	9,89	0,79	C fraca
Quilombo	16.167	609	3,77	0,75	C fraca
Vargem Bonita	5.221	593	11,36	0,73	C fraca
São Domingos	11.454	558	4,87	0,69	C fraca
São Carlos	12.230	540	4,42	0,67	C fraca
Matos Costa	2.702	511	18,91	0,63	C fraca
Guaraciaba	12.434	493	3,96	0,61	C fraca
Galvão	7.069	492	6,96	0,61	C fraca
Caxambu Do Sul	5.895	487	8,26	0,60	C fraca
Cunha Porã	10.776	478	4,44	0,59	C fraca
Saito Veloso	3.510	459	13,08	0,57	C fraca
Coronel Freitas	9.927	412	4,15	0,51	C fraca
Calmon	2.293	409	17,84	0,51	C fraca
Mondai	10.158	409	4,03	0,51	C fraca

(continua)

(Conclusão)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO NATIVOS.	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO NATIVOS.(%)	% DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1991-96	INTENSIDADE DE ABSORÇÃO DE IMIGRANTES (1)
Treze Tílias	4.027	392	9,73	0,48	C fraca
Nova Erechim	3.114	385	12,36	0,48	C fraca
Anchieta	9.599	370	3,85	0,46	C fraca
São João Do Oeste	6.119	366	5,98	0,45	C fraca
Irani	7.600	364	4,79	0,45	C fraca
Saudades	9.072	337	3,71	0,42	C fraca
Piratuba	4.909	332	6,76	0,41	C fraca
Tunapolis	5.546	321	5,79	0,40	C fraca
Caibi	7.428	305	4,11	0,38	C fraca
Ibicare	3.936	303	7,70	0,37	C fraca
Belmonte	3.349	297	8,87	0,37	C fraca
Faxinaí dos Guedes	9.266	293	3,16	0,36	C fraca
Pinheiro Preto	2.374	292	12,30	0,36	C fraca
Jaborá	4.407	289	6,56	0,36	C fraca
Modelo	5.914	288	4,87	0,36	C fraca
Romelandia	9.419	287	3,05	0,35	C fraca
Guatambu	4.745	277	5,84	0,34	C fraca
Marema	6.644	274	4,12	0,34	C fraca
Planalto Alegre	2.637	271	10,28	0,34	C fraca
Nova Itaberaba	2.999	261	8,70	0,32	C fraca
Peritiba	3.189	251	7,87	0,31	C fraca
Ipuaçú	1.833	250	13,64	0,31	C fraca
Sul Brasil	3.884	248	6,39	0,31	C fraca
Arroio Trinta	3.335	242	7,26	0,30	C fraca
Riqueza	6.278	241	3,84	0,30	C fraca
Vargeão	2.784	241	8,66	0,30	C fraca
Iraceminha	5.727	238	4,16	0,29	C fraca
Santa Helena	2.802	237	8,46	0,29	C fraca
Xavantina	4.961	229	4,62	0,28	C fraca
União do Oeste	4.991	223	4,47	0,28	C fraca
Ouro	6.977	217	3,11	0,27	C fraca
Coronel Martins	2.639	185	7,01	0,23	C fraca
Serra Alta	3.861	158	4,09	0,20	C fraca
Ipumirim	7.253	154	2,12	0,19	C fraca
Ipirá	4.765	149	3,13	0,18	C fraca
Irati	3.195	144	4,51	0,18	C fraca
São Miguel Boa Vista	2.255	131	5,81	0,16	C fraca
Lindoia do Sul	5.278	125	2,37	0,15	C fraca
Pres. Castelo Branco	1.796	116	6,46	0,14	C fraca
Arabutã	4.319	108	2,50	0,13	C fraca
Arvoredo	2.730	106	3,88	0,13	C fraca
Jardinópolis	2.243	92	4,10	0,11	C fraca
Lacerdópolis	2.080	90	4,33	0,11	C fraca
Novo Horizonte	5.948	65	1,09	0,08	C fraca
Paraíso	5.387	59	1,10	0,07	C fraca
Cordilheira Alta	2.506	35	1,40	0,04	C fraca
Águas Frias	1.959	33	1,68	0,04	C fraca
Erval Velho	4.626	29	0,63	0,04	C fraca
Lajeado Grande	1.172	29	2,47	0,04	C fraca
Ouro Verde	3.840	11	0,29	0,01	C fraca
Macieira	1.922	5	0,26	0,01	C fraca
TOTAL	1.051.083	80.875	7,69		

FONTE: IBGE

- (1) Calculou-se a participação relativa de absorção de imigrantes de cada município, desconsiderando a participação do município de Chapecó, que devido a características próprias destaca-se muito dos demais municípios.
- (2) Absorção Forte: de 3,07% a 4,63% ; Absorção Média: de 1,53% a 3,06% ; Absorção Fraca: de 0,01% a 1,53%.

O percentual de absorção dos municípios da região oeste, destacam Chapecó como único classificado como muito forte, pois absorveu 20% das imigrações. Os municípios enquadrados na categoria de forte absorção representam 27%, os de média 12% e os de fraca 41%.

É importante assinalar que a perda relativa de população do oeste ocorreu principalmente pela saída de pessoas egressas do meio rural. Ou seja, embora parte das pessoas que deixaram o campo, no período 1980-1991, tenha migrado para as cidades da região, o maior contingente foi deslocado para outras regiões. Este processo foi mais intenso nos anos 90, quando as cidades do oeste catarinense deixaram de absorver o contingente de força de trabalho vindo do campo.

Embora considere-se que o período mais severo da desruralização brasileira foi a década de 80, a contagem populacional de 1996 revela que na região oeste de Santa Catarina o êxodo rural foi intensificado no início dos anos 90.

Segundo estimativas da pesquisa de campo do Instituto Cepa/SC, só no período nov/96-out/97, mais de 26.000 pessoas deixaram o campo na região oeste, dos quais cerca de 60% eram famílias (Tabela 4.20). Associando-se estas estimativas à população rural existente em 1996, deduz-se que o êxodo rural vem sofrendo uma forte intensificação com taxas de decréscimo da população rural superior a 5% ao ano (Tabela 4.21).

TABELA 4.20 - ESTIMATIVA DO ÊXODO RURAL NO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE NOVEMBRO/96 A OUTUBRO/97

MICRORREGIÃO	TOTAL	N.º DE INDIVÍDUOS QUE MIGRAM ISOLADAMENTE	Nº DE FAMÍLIAS	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA	Nº DE PESSOAS QUE MIGRAM COM A FAMÍLIA
São Miguel do Oeste	5.124	1.849	826	4,0	3.276
Chapecó	10.782	4.402	1.513	4,2	6.380
Xanxerê	3.605	1.139	599	4,1	2.466
Concórdia	3.710	1.483	571	3,9	2.227
Joaçaba	3.212	1.310	443	4,3	1.903
TOTAL	26.434	10.182	3.952	4,1	16.252

FONTE: Pesquisa de Campo Instituto Cepa/SC

TABELA 4.21 - ESTIMATIVA DO ÊXODO TOTAL
NO PERÍODO DE NOVEMBRO/96 A OUTUBRO/97, POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E PARTICIPAÇÃO DO
ÊXODO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE EM 1996

MICRORREGIÃO	ÊXODO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL	
	(A)	RESIDENTE (B)	% (A/B)
São Miguel do Oeste	5.124	104.057	4,9
Chapecó	10.782	151.165	7,1
Xanxerê	3.605	61.856	5,8
Concórdia	3.710	66.283	5,6
Joaçaba	3.212	88.911	3,6
TOTAL	26.434	472.272	5,6

FONTE: IBGE Contagem Populacional de 1996 e Pesquisa de Campo Instituto Cepa/SC

As estimativas dos saldos migratórios¹⁹ indicam que cerca de 15.500 pessoas migraram do oeste para outras regiões de Santa Catarina ou para outros Estados, no período 1980-1991 (Tabela 4.22). A migração da população do oeste para outras regiões continuou no período 1991 a 1996 de maneira igualmente intensa, aumentando consideravelmente na microrregião de Concórdia (Tabela 4.23). É importante destacar que, em grande maioria, as mais de 230.000 pessoas que saíram da região, no período 1980 a 1996, são oriundas do meio rural.

TABELA 4.22 - ESTIMATIVA DE SALDO MIGRATÓRIO
DA POPULAÇÃO CATARINENSE NO PERÍODO DE 1980 A 1991

LOCAL	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO ESPERADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	SALDO MIGRATÓRIO do período	%
	1980	1991	1991		
M. Concórdia	116.147	145.486	130.608	-14.878	-10,2
Região Oeste	931.230	1.206.531	1.051.083	-155.448	-12,9
Santa Catarina	3.627.933	4.629.182	4.541.994	-87.188	-1,9

FONTE: IBGE Estatísticas do Registro Civil, 1980-94

¹⁹ O saldo líquido migratório é a diferença entre a população total esperada, face ao crescimento vegetativo (natalidade menos a mortalidade) e a população encontrada no momento do recenseamento. Os dados fornecidos pelo registro civil do IBGE não consideram a situação de domicílio da população registrada, o que dificulta separar a situação urbana da rural.

TABELA 4.23 - ESTIMATIVA DO SALDO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO CATARINENSE NO PERÍODO DE 1991 A 1996

LOCAL	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO ESPERADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	SALDO MIGRATÓRIO do período	%
	1991	1996	1996		
M. Concórdia	130.608	141.032	128.072	-12.960	-9,2
Região Oeste	1.051.083	1.156.825	1.077.901	-78.924	-6,8
Santa Catarina	4.541.994	4.950.869	4.875.244	-75.625	-1,5

FONTE: IBGE Estatísticas do Registro Civil, 1980-94

Nota: O crescimento vegetativo dos anos de 1995 e 1996 foram estimados com base na média do período de 1991 a 1994.

TABELA 4.24 - CRESCIMENTO VEGETATIVO – 1980 A 1988 EM SANTA CATARINA, NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

LOCAL	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
M. Concórdia	3.310	3.117	2.964	2.762	2.632	2.697	2.827	2.645	2.694
Oeste Catarinense	29.214	26.888	30.167	24.824	25.033	26.377	27.518	24.214	25.913
Santa Catarina	98.669	97.873	108.012	90.801	88.022	92.471	93.300	87.226	93.510

FONTE: IBGE Estatísticas do Registro Civil, 1980-88

TABELA 4.25 – CRESCIMENTO VEGETATIVO – 1989 A 1996 EM SANTA CATARINA, NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

LOCAL	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (est.)	1996 (est.)
Concórdia	2.568	2.191	2.242	2.146	2.089	1.967	2.111	2.111
Oeste Catarinense	22.502	20.672	21.193	21.796	19.764	21.870	21.156	21.156
SC	85.943	80.867	83.224	82.222	79.020	83.600	82.017	82.017

FONTE: IBGE Estatísticas do Registro Civil, 1989-94

Nota: O crescimento vegetativo dos anos de 1995 e 1996 foram estimados com base na média do período de 1991 a 1994.

A pesquisa de campo indica que a migração de jovens é bem mais intensa em ambos os sexos (Tabela 4.26). Predomina a mão-de-obra familiar dos estratos de área entre 5 e 50 hectares (especialmente 5 a 10 hectares) no contingente de pessoas que deixa o campo. Em geral, tratam-se de agricultores descapitalizados, com pouca infra-estrutura de produção, que exploram produtos básicos e cuja produção agrega pouco valor. Os agricultores com pequena escala de produção, insuficiente para a manutenção da família, forçam muitas vezes a migração de seus filhos jovens, supostamente com maior potencial para competir no mercado de trabalho urbano.

TABELA 4.26 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO POR SEXO E GRUPOS DE FAIXA ETÁRIA SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO OESTE CATARINENSE

LOCAL	% MÉDIO DE MIGRAÇÃO POR SEXO		% MÉDIO DE MIGRAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA				
	Masc.	Fem.	16 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	+ de 51 anos
M. CONCORDIA	52	48	34	38	12	8	9
REGIÃO OESTE	51	49	38	32	14	9	8

FONTE: Instituto CEPA/SC

Pode-se depreender que a agricultura no oeste catarinense parece não proporcionar mais níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção.

Para Santos (1985, 1997), a migração pode ocorrer como resultado da adição de mais capital a um espaço e como conseqüência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou da incapacidade técnica de exercer novas funções.

As migrações aparecem, em primeiro lugar, como uma reação de defesa dos grupos cujo espaço original é ou foi invadido por técnicas que eles só parcialmente assimilaram, ou não assimilaram de todo. As migrações também podem ser vistas como portadoras dessas novas técnicas. Sua importância depende do tipo de tecnologia importada ou imposta e, portanto, das condições históricas de sua realização.

(Santos, 1985, p.30)

As inovações tecnológicas na suinocultura e ação conjunta de fatores estruturais, como a escassez de terras nobres, as pequenas propriedades e a alta densidade demográfica rural, geraram um quadro de descapitalização para significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na dificuldade de criar oportunidades de trabalho, na inviabilização da agricultura familiar e na intensificação do êxodo rural regional.

“A agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair” (Santos, 2000 p.89).

Nos estratos mais fragilizados, tem sido difícil garantir condições razoáveis às gerações seguintes, muitas vezes impossibilitando a permanência dos membros da família na condição de agricultor.

Assim, nas últimas décadas, o estado de Santa Catarina e a região oeste catarinense vêm apresentando um expressivo êxodo rural. O campo passa a se constituir na antecâmara da partida em direção às cidades.

O sentido da migração campo-cidade parece objetivar o acesso às condições mínimas de reprodução econômica, contando com as facilidades próprias da vida urbana. Mas este ideal já não vem se materializando, e a desruralização é agravada pela escassa capacidade de absorção da população migrante pela economia urbana regional, aumentando, desse modo, o contingente populacional marginalizado econômica e socialmente.

As dificuldades são agravadas ao se considerar que os que saem abandonam uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade criou-se através do tempo, e até mesmo por herança, e cuja existência tinha certa comunhão com as condições da área à qual estavam intimamente ligados e de onde se vêm, de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde têm grande dificuldade para desempenhar um papel novo (Santos, 1998).

Fato evidenciado por uma das conseqüências do êxodo rural, a chamada "migração de retorno". Um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em outubro de 97, mostra que 69,6% dos acampamentos de "sem terra" do Estado estão localizados no oeste de Santa Catarina, "abrigando" 2.413 famílias acampadas, ou seja, 75,7% do total no Estado.

Do total de famílias acampadas na região oeste, 73,2% são oriundas de Santa Catarina, destas cerca de 92% são da própria mesorregião oeste, segundo o Sistema de Informações e Projetos de Reforma Agrária do INCRA.

Dos 95 assentamentos implantados em Santa Catarina, nas últimas décadas, 68 estão localizados na mesorregião oeste, atendendo 80% das famílias assentadas (aproximadamente 10.760 pessoas). O Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, revela que 82,67% dos beneficiários dos projetos de

assentamento em Santa Catarina eram agricultores antes de serem assentados.

Se a grande parte dos assentados e acampados de Santa Catarina estão concentrados na mesorregião oeste, e seu contingente é majoritariamente constituído por ex-agricultores da própria região, pode-se concluir que a migração de retorno é muito mais resultado do processo de exclusão socioeconômica, tanto da cidade quanto do campo, do que um processo de inclusão.

5 O ESPAÇO UNIFICADO

5.1 Espaço Urbano e Espaço Agrícola

Para Marx (1999c), toda divisão de trabalho tem como base a separação cidade e campo, que representam, então, formas de divisão social e territorial do trabalho.

Com a evolução tecnológica, a própria noção de tempo mudou, devido às mudanças do tempo da produção, alteram-se também as relações entre capital e trabalho, entre cidade e campo (Santos, 1997).

A economia industrial passou a ocupar praticamente todo o espaço produtivo, urbano ou rural e todos os lugares participam dela por meio da produção e do consumo.

A introdução de formas mais modernas do capitalismo no campo conduz à criação de novos objetos geográficos, fundando uma nova estrutura técnica, e a própria estrutura do espaço também muda. Numa área onde a composição orgânica do capital é elevada o campo "industrializa-se", torna-se objeto de relações capitalistas avançadas.

"Na sociedade burguesa, a agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital" (Marx, 1999b p.45).

Lefebvre (1991) diz haver, desde a década de 60, uma crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional, que acompanha, influi e agrava uma crise mundial da cidade tradicional. Produz-se uma mutação em escala planetária. O velho "animal rural" e o animal urbano (Marx), simultaneamente desaparecem.

Para Milton Santos (1994), existe hoje um Brasil urbano e um Brasil agrícola e não apenas o urbano e o rural, ou seja, existem as regiões agrícolas (e não rurais) que contêm cidades adaptadas às suas demandas, e as regiões urbanas que contêm atividades rurais adaptadas às demandas urbanas.

A região urbana tem sua unidade devida à inter-relação das atividades de indústria ou serviços encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente relaciona-se.

Já a região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas à agricultura circundante e que dela dependem, em graus diversos. Pode-se, portanto, identificar a área de estudo como uma região agrícola.

Nas regiões agrícolas é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano. Entretanto, o consumo produtivo da agricultura moderna amplia a exigência de uma presença local de informação e trabalho intelectual nas cidades próximas.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas.

Desse modo, Santos (1994) afirma que estamos deixando a fase da mera urbanização da sociedade para entrar na de urbanização do território.

“O comando do campo vai se transferindo para a cidade quanto mais o prato da balança penda para o lado do desenvolvimento industrial, isto é, a forma mais avançada do capitalismo” (Moreira, 1989 p. 25).

Por outro lado, pode-se observar hoje, também, uma “involução urbana”²⁰ pela prática de formas econômicas menos modernas nas grandes cidades, vivenciadas pelo grande número de pobres urbanos, fruto principalmente da desenfreada migração rural das últimas décadas, uma transferência da pobreza do campo para a cidade, uma população que permanece sem acesso a empregos nem a bens e serviços essenciais, os chamados “informais”, “ilegais”, “irregulares”.

²⁰ Termo proposto pelos geógrafos Armstrong e McGee (1968), apud Santos (1994). com base no que era chamado, nos anos 60, de ruralização da cidade, pela invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das correntes migratórias provenientes do campo.

Sachs (1997) considera que no Brasil não houve propriamente um processo de urbanização, mas sim de “desruralização” rápida, pois as pessoas não se inseriram diretamente na cidade, mas na pré-cidade. Não só no que se refere ao espaço físico da periferia, mas também em relação à cidadania. A exclusão social e a concentração acompanham o processo de industrialização e urbanização, e são paradigmas constantes do capitalismo brasileiro.

Assim a cidade, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da riqueza e da pobreza sobre o mesmo território, num jogo dialético sustentado tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte, como por sua estrutura física de segregação espacial.

Hoje, o modelo de cidade, no Brasil, encerra um conjunto de evidências de crise, como o aumento da pobreza, da insegurança, da violência, da impunidade associada à punição aleatória, da impresivibilidade sobre a vida futura, da desmoralização de normas e códigos de conduta coletiva (Maricato, 1996).

Apesar disso as cidades continuam crescendo, “exportando” seus valores e expandindo seus limites. Lefebvre (1991) afirma que por toda parte a cidade, morfológicamente, explode e acrescenta que também implode.

Torna-se cada vez mais tênue a diferenciação entre vida urbana e agrícola, há uma maior fusão entre esses dois mundos. Mas parece que nenhum deles oferece condições para atender de forma plena as necessidades humanas, sejam materiais ou simbólicas, objetivas ou subjetivas.

5.2 Um Novo Tempo e um Novo Espaço

O atual estágio do processo produtivo está associado à ciência, caracteriza-se pela crescente expansão do trabalho intelectual. É o período da grande indústria, das grandes corporações, dos meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos.

Emerge uma nova base técnica da produção, estabelecida na cibernética, na telemática, na biotecnologia, na biogenética, na informática, na robótica, na eletrônica etc., em superação à máquina-ferramenta-automática da física e da

mecânica (Aued, 1995).

Santos (1985,1994) denomina este período histórico, a partir da II Guerra Mundial, de período técnico-científico e, posteriormente, de período técnico-científico-informacional. É o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação, cuja presença fica impressa nos processos de remodelação do território, essencial à produção.

Este novo período de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela circulação do capital em escala mundial, necessita de um novo meio geográfico, o território é então equipado para facilitar sua expansão. Esse é o *meio* técnico-científico, o terreno para a manifestação do capitalismo atual, que, por outro lado, dispõe de força para criá-lo, são duas faces de uma mesma moeda (Santos, 1994).

Então, o conjunto dos objetos técnicos forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta. Toda produção é técnica, mas é também socioeconômica, do mesmo modo o objeto geográfico é um objeto técnico mas também um objeto social (Santos, 1994, 1997).

As formas geográficas ou os objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, como no caso da Usina Hidrelétrica de Itá, concedem esta otimização a partir do estabelecimento de normas jurídicas e financeiras adaptadas às necessidades do capital, de onde decorre a importância, também nessa análise, do papel do Estado.

Com a evolução da tecnologia a própria noção de tempo muda: o tempo da produção e do consumo. Os espaços podem ser alcançados imediatamente e universalmente pelas modernizações, resultado da adição de ciência, de tecnologia, de informação ao território. E, quanto mais tecnicamente contemporâneos são os objetos, mais subordinam-se às lógicas do capital.

Entretanto, esse meio técnico-científico pode também se geografizar de forma diferencial, isto é, criar espaços *inteligentes* de forma contínua em algumas áreas, deixando que em outras permaneçam os espaços *opacos*, de modo disperso (Santos, 1994).

A esse respeito, Harvey (1992) descortina um paradoxo: quanto menos importantes as barreiras espaciais, maior a sensibilidade do capital às variações do lugar no espaço e maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual e efêmero.

O caráter mundial do capitalismo, no início, manifestava-se no comércio e no mercado, passando em seguida pela produção, atualmente toda a esfera social (produção, circulação, troca e consumo) é mundial (Kurz, 1995 apud Aued, 1995). É neste sentido que “pode-se falar de mundialização, enquanto outrora se tratava de mera internacionalização” (Santos, 1997, p.12).

No Manifesto Comunista, em 1848, Marx descreve com impressionante atualidade esse processo:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se toma uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo ... Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.

(Marx, 1999 a p.70).

Berman (1986) atribui esta visão atual ao fato de que Marx sentiu a modernidade como um todo, num momento em que apenas uma parte do mundo era verdadeiramente moderna.

O ápice do processo de internacionalização (socialização) do mundo capitalista é a chamada globalização, que não se limita à existência desse novo

sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Para entendê-la, como a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a considerar: o estado das técnicas e o estado da política (Santos, 2000).

No Brasil, tal circunstância pode ser observada na transferência do patrimônio público a grupos empresariais, de capital nacional e internacional, no caso da privatização do setor elétrico.

A dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas.

5.3 As Práticas Econômicas

No final do século XX, configurou-se uma nova ordem internacional, que tem em sua face econômica e política os preceitos do neoliberalismo. Modelo que tem como estratégia o desemprego, o corte nos gastos sociais, a privatização e a estabilidade monetária a qualquer custo. Possibilita o desvio dos investimentos do capital dos setores produtivos para a esfera especulativa, resultando num contexto internacional de instabilidade monetária, de movimentos massivos e erráticos de capital e investimentos sem fronteiras.

As práticas político-econômicas da atualidade podem ser, segundo Harvey (1992), chamadas de regime de acumulação “flexível”, em comparação com a rigidez do fordismo, do período de expansão pós-guerra, cujo modo de regulação – conjunto de normas, instituições, mecanismos de compensação, dispositivos de informação –, estabelece formas estáveis de relações de trabalho, de concorrências, de criação da moeda e do crédito, com expressiva intervenção estatal na economia.

A acumulação flexível, por outro lado, apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e

organizacional.

Pela primeira vez na história o mundo passou a apoiar-se em formas imateriais de dinheiro. A partir de 1973, a moeda “desmaterializou-se, isto é, perdeu seu vínculo formal ou tangível com metais preciosos” (Harvey, 1992), e também não se apoia mais, exclusivamente, na atividade produtiva em um espaço particular. A produção passou a ser um meio para que se atinja o capital rentista.

Assim, a riqueza não advém mais das correlações materiais do trabalho, da mais-valia, mas do capital especulativo, ou rentista. A taxa de juros está ligada ao poderio político e não ao econômico, o Estado redefine seu papel e comparece como gestor das relações sociais.

Esta atual relação entre a finança e a produção, entre a economia real e o mundo das finanças, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. “Este torna-se o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia” (Santos 2000, p.44).

Além do processo de transformação da base técnica de produção, onde há uma predominância do trabalho passado em detrimento do trabalho vivo, essa nova forma “virtual” de reprodução ampliada do capital, ao prescindir do trabalho, reforça a condição dos homens como cada vez mais supérfluos e desnecessários à produção da riqueza material, transformando-os em desempregados “estruturais”.

Este quadro fica claro ao se observar a situação de pobreza da população rural na área de estudo, seja ao procurar enfrentar as dificuldades do campo ou verificando suas limitações quando migram para as cidades.

Na materialização da paisagem do início do século XXI, convivem os espaços da riqueza e da miséria. Assim, os significativos investimentos e a alta tecnologia da usina de Itá contrastam com as precárias condições de vida dos agricultores à sua volta.



FOTO GERASUL



FOTO DIÁRIO DA MANHÃ

ESPAÇOS DE RIQUEZA E MISÉRIA.
A MESMA SOCIEDADE CAPAZ DE CONSTRUIR UM
EMPREENHIMENTO DO PORTE DA USINA
HIDRELÉTRICA DE ITÁ, CONVIVE COM A
PRECARIEDADE DOS AGRICULTORES.



FOTO PAVESI

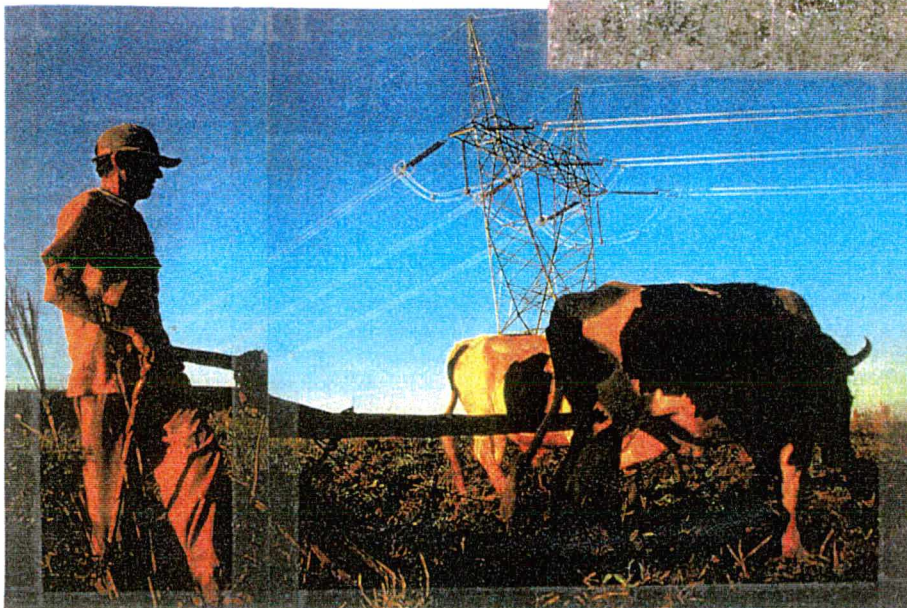


FOTO GERASUL/ITASA

6.4 A Região e o Lugar

Conceber a análise das transformações sócio-espaciais na área de implantação da usina hidrelétrica de Itá a partir da produção e da escala planetária na organização da economia, das finanças e das redes de poder, não significa que o território regional, seja resumido ao simples papel de uma engrenagem submetida a uma totalidade impositiva.

Não se pretende apresentar a área de estudo como apenas uma manifestação localizada do movimento e das tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista e suas implicações, o que induziria a um desfecho inexorável. O que se pretende é desvendar particularidades nas quais as tendências gerais manifestam-se como resultado de intencionalidades do capital. Em suma, pretende-se focar a escala regional e local não a partir do universo na sua generalidade, mas a partir do particular na sua universalidade.

A concepção de universalidade em relação ao espaço refere-se à idéia de que os eventos de um lugar podem ter efeitos imediatos sobre vários outros (que Harvey chama de espaço relativo), o que entra em confronto com a natureza do lugar, tido como algo absoluto. A idéia de um espaço em mudança abala e substitui essa certeza e gera inseguranças. Por isso a homogeneização do espaço traz dificuldades para a concepção de lugar.

Para Harvey (1992), a redução das barreiras espaciais não implica no decréscimo da significação do espaço, ao contrário, aumenta a sensibilidade para o que os espaços do mundo contém. A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de diferenciações geográficas, que ao serem aproveitadas dão a impressão de que as peculiaridades, como disponibilidade de recursos materiais, ou custos marginalmente inferiores, importam muito mais que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais. É o capital que tudo alcança, que é extremamente versátil e direciona a exploração dos lugares segundo seus interesses.

“Para onde quer que vá o capitalismo, seu aparato ilusório, seus fetichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo” (Harvey, 1992, p.308).

Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo e sua escolha para o exercício de certas atividades é mais precisa, os lugares tornam-se mais vulneráveis, mais relativos.

As relações entre os elementos do espaço são, para Santos (1997), em parte ditadas pelas condições do lugar, mas também se dão em escalas espaciais cada vez mais amplas. O lugar tem relações diretas ou indiretas com outros lugares, de onde o papel regulador das funções tende a escapar para os centros de decisão longínquos e estranhos a finalidades próprias da sociedade local.

Milton Santos (1999), ao refutar a vertente “pós-moderna” que declara o fim do território, o não-lugar e a negação da região, defende que o tempo acelerado acentua a diferenciação dos lugares, e o espaço, ao se tornar mundial, redefine-se e também com ele o fenômeno da região.

Na pesquisa geográfica cabe investigar como as relações globais, de uma economia de fluxos de capital e de espaço altamente unificado, articulam-se com o espaço social da identidade, do cotidiano, da participação, da decisão política, da administração pública e outros que dão sentido ao território regional.

Para Santos (1997), quando o espaço torna-se uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões devem ser vistas como as distintas versões da mundialização, dependendo da história do lugar, das condições existentes no momento da internalização de algo antes externo e das relações que se estabelecem entre o que chega e o pré-existente.

Na área do reservatório de Itá, esta relação pode ser observada entre os agricultores, no contexto regional, cada vez mais sendo expulsos da atividade rural devido às dificuldades de sobrevivência no campo, – seja pelas condições da produção agropecuária mais industrializada, pelo processo de urbanização territorial, pela própria usina que atingiu terras e relações sociais –, e o capital imobiliário que começa a urbanizar e a explorar as terras marginais ao lago, segundo as diretrizes de um planejamento estratégico que procura viabilizar os investimentos em turismo e lazer.

É a materialização local de um fato universal, na atual dinâmica do capitalismo. Assim, o lugar nos possibilita desvendar o *infinito*.

6 PLANEJAMENTO TERRITORIAL

6.1 Os Planos de Ocupação para as Margens do Lago

Os municípios situados na área do reservatório da usina de Itá, são ainda economicamente rurais e sua população, assim como sua área física, é majoritariamente rural. Entretanto, a implantação da usina tem acelerado a transmutação do rural para o urbano.

O alagamento de parte das áreas agrícolas significou perda potencial de produção agropecuária agravando o quadro regional, que passa por um processo de êxodo rural, conforme análise dos dados estatísticos apresentada.

O padrão de vida local vem se alterando com a saída de parte da população rural e a chegada de novos moradores, com diferentes referenciais de renda, educação, alimentação, consumo, habitação etc. Estas alterações sempre foram consideradas, pelo setor elétrico e pelas administrações municipais, como impactos positivos da implantação da usina, que poderiam apontar para o surgimento de uma nova base econômica, em especial o desenvolvimento da atividade turística, aproveitando os atrativos do lago.

Um dos Programas que constam do Relatório de Impacto Ambiental da usina (CNEC, 1990) é o de *Usos Múltiplos do Reservatório*, que versa sobre as potencialidades do lago:

A formação do lago da usina de Itá, além da sua função principal de suprir água para a geração de energia elétrica, propiciará outras oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e de melhoria do quadro de vida da população, através do uso múltiplo e integrado de suas águas.

Este programa visa, portanto, viabilizar os usos potenciais do reservatório de Itá e seus entornos, entre os quais, o lazer, o turismo, a pesca e a pequena irrigação apresentam-se como os mais promissores.

As águas lentas do lago favorecerão a prática de atividades como a pesca esportiva e os esportes náuticos, abrindo uma nova

perspectiva de lazer à região que deverá ser explorada. [...]

Deverão ser incentivadas atividades turísticas em Nova Itá. Também está prevista a adequação e melhoria das instalações de lazer nos pontos de procura espontânea mais significativos dos municípios e em áreas potenciais para práticas recreativas. [...]

A viabilização desses usos múltiplos das águas do reservatório de Itá pressupõe o zoneamento das suas áreas de entorno, definido em função dos novos potenciais criados com a formação do lago.

(CNEC, 1990, p.80 – 81)

Com a conclusão da obra da usina e o enchimento do reservatório, está em fase de implantação este *Programa de Usos Múltiplos*. Para tanto, a GERASUL desenvolveu o *Plano Diretor do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá*²¹ para viabilizar e organizar a exploração turística da nova paisagem formada pelo lago da usina.

Em paralelo à elaboração do Plano Diretor, os municípios lindeiros ao lago estabeleceram um *Pacto Territorial* (Anexo 2) do qual, entre outros compromissos, consta a elaboração de uma legislação padronizada de uso e ocupação do solo, para a faixa de 5.000 metros de largura acima da margem do lago.²²

Este pacto é um dos resultados das discussões no âmbito da Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem da Usina Hidrelétrica de Itá (AMULBI), com objetivo de subsidiar um plano integrado de turismo, no qual, além dos atrativos do próprio lago, insere-se a valorização das tradições locais, tema de especial interesse para esta análise. (*fig. 21*)

²¹ Elaborado pela ECSA Engenharia Sócio-Ambiental, empresa contratada pela GERASUL para implantação dos Programas Ambientais da Usina Hidrelétrica de Itá (ainda em versão preliminar).

²² Descontada a faixa ciliar, pertencentes ao Consórcio da Usina.

MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO DO MERCOSUL



APRESENTAÇÃO DA AMULBI

A AMULBI (Associação dos Municípios Lindeiros da Barragem de Itá), surgiu da necessidade de congregar os municípios atingidos pela barragem, através de um plano integrado de turismo e da necessidade de acompanhar a execução de programas ambientais estabelecidos pelo RIMA.

A formação do futuro lago da Usina Hidrelétrica de Itá, favorecerá os municípios pois lhes proporcionará um desenvolvimento turístico e incremento das atividades econômicas com a explosão da área como via de transporte e de lazer.

Através do mapa do Mercosul, você poderá conhecer os costumes e tradições da população da área lindeira da Usina Hidrelétrica Itá, que abrange nove municípios do Oeste do Estado de Santa Catarina e quatro do Rio Grande do Sul, integrados a AMULBI.

Aqui tudo convida ao turismo, às festas, às paisagens, à herança cultural e a cordialidade do povo.

Naturalmente, a partir destes pontos, você poderá aventurar-se e descobrir localidades diferentes e encantadoras.

Escolha seu roteiro e venha conferir.

Os municípios da AMULBI o aguardam de braços abertos.

Milvo Zancanaro
Presidente da AMULBI

Adriana Maria Portolan Baldissera
Presidente do Conselho de Turismo da
AMULBI

Figura 21 - DIVULGAÇÃO DA AMULBI

Dentre os municípios atingidos, Itá é o único que já está elaborando seu próprio planejamento da borda do lago. Sem aguardar o Plano Diretor da GERASUL ou as deliberações da AMULBI, decretou a ampliação de seu perímetro urbano e está desenvolvendo seu *Plano Físico Territorial Urbano da Área Turística do Lago da Usina Hidrelétrica de Itá*.

Serão, neste capítulo, apresentadas as diretrizes do *Plano Diretor do Reservatório* (GERASUL) e do *Plano Físico Territorial de Itá* (Prefeitura Municipal), no sentido de ilustrar a magnitude do processo em transformação. Ou seja, os lotes rurais, em média com 25ha de área (250.000 m²), ao se tornarem marginais ao lago, tendem a ser parcelados e transformados em áreas de turismo e lazer, com dimensão mínima de até 200m². A pressa em tornar essas áreas urbanas e normatizar o uso e ocupação do solo justifica-se, pois os desmembrados, os loteamentos²³ e as construções estão ocorrendo à revelia de qualquer legislação.

Outro aspecto, evidenciado em ambos os Planos, é o caráter instrumental atribuído aos valores culturais, utilizados de modo a atrair o capital, de forma pontual e por vezes recriados artificialmente.

6.2 O Plano da GERASUL

O *Plano Diretor do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá* (Anexo 3), elaborado pela GERASUL, tem por objetivo regulamentar o uso da borda do lago na faixa ciliar, com 30 metros de largura em áreas urbanas e 100 metros de largura em áreas rurais, pertencente ao Consórcio da Usina, por determinação das leis ambientais.

As terras acima desta faixa estão submetidas à legislação dos próprios municípios. Apesar disto, no intuito de propor diretrizes para ocupação também desta área, o documento da GERASUL contém um item denominado *Normas Sugeridas às Prefeituras Municipais para Legislação do Entorno do Lago*, que

23 DESMEMBRAMENTO: subdivisão da gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem modificações;

LOTEAMENTO: subdivisão da gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação ou ampliações das vias existentes.

REMEMBRAMENTO: junção de dois ou mais lotes, formando um único imóvel.

propõe índices para a ocupação urbana, voltadas para o turismo e lazer, da mesma forma, como sugestão às administrações municipais, a GERASUL indica os *Roteiros Turísticos Integrados*.

A iniciativa de sugerir estas normas e usos acima da faixa ciliar, vem do interesse em atrair o capital imobiliário e investimentos em turismo, na linha indicativa do *Programa de Usos Múltiplos do Reservatório*.

Em alguns trechos do documento, destacados a seguir, ficam claros os resultados que se pretende atingir, bem como o papel do planejamento no sentido de viabilizá-los.

O *Plano Diretor do Reservatório* identifica-se, em sua apresentação, como um “instrumento de gestão estratégica planejada” capaz de integrar proposições de monitoramento ambiental, de vigilância patrimonial e de indução ao uso múltiplo do reservatório e seus *entornos* exeqüíveis, tanto pela iniciativa pública como a privada, “ao ensejar possibilidades de concretização de iniciativas que, ao mesmo tempo em que atendam a critérios de interesse público, possam proporcionar retornos aos investimentos privados” (GERASUL, 2000a).

Para possibilitar essa sinergia entre interesse público e iniciativa privada foram definidas, no Plano Diretor, proposições de natureza indicativa capazes de sugerir “oportunidades de negócios para a iniciativa privada ou para os organismos da sociedade civil que respondam às relações custos/benefícios sustentáveis” (Idem).

Do mesmo modo, “o Plano Diretor assume uma função integradora na ampla e diversificada dinâmica representada pela formação e consolidação de parcerias institucionais” (Idem).

Assim, como o próprio documento explicita, “na esteira da privatização do setor elétrico brasileiro, consolida-se a tendência de liberalização para o mercado de oportunidades de negócios do uso múltiplo do reservatório e de seus *entornos*” (Idem).

A GERASUL propõe o parcelamento das unidades rurais e seus novos usos para turismo e lazer, apesar de constar também de seu Plano Diretor, como um dos objetivos específicos, a manutenção e o incremento das atividades produtivas no campo, bem como a preservação da memória e da cultura locais.

Entretanto, apesar de fazer referência aos produtores rurais, não há no documento propostas que assegurem sua subsistência, ao contrário, a atividade agrícola passa a ser incompatível com a futura ocupação da terra viabilizada pela legislação proposta.

Tal incompatibilidade fica clara, ao se constatar o parcelamento proposto pela GERASUL, que permite a ocupação de até 200m da borda do lago para atividades turísticas e de lazer, regulamentando inclusive a construção de praias artificiais, trapiches e marinas. Como se fosse possível o convívio na mesma área de condições de fixação dos pequenos produtores rurais com os interesses do capital imobiliário. O aumento do preço da terra, devido à possibilidade de parcelamento e instalação de infra-estrutura turística, tem como consequência imediata a alienação da propriedade por parte dos agricultores.

Assim, ao legislar para favorecer e incentivar as atividades de turismo e de lazer, anula-se a pretensa intenção de permanência dos pequenos produtores rurais.

Nas sugestões para os Planos Diretores Municipais, a GERASUL procurou limitar as áreas urbanizáveis por município num máximo de 20% da área total do mesmo. Este limite para a expansão urbana poderia ser considerado uma frágil tentativa de garantir a continuidade do uso rural da terra, mas tal restrição não foi aceita pelos municípios atingidos, pois o interesse prioritário das administrações municipais consiste em atrair investimentos para a atividade turística.

Nos índices urbanísticos e tamanho dos lotes, a GERASUL propõe edificações de até dois pavimentos com lotes de área mínima de 1000m² para a zona urbana e 5000m² para a zona rural, com implantação de vias, ciclovias e passeios para pedestres ao longo da faixa ciliar. (Fig. 22)

Este dimensionamento é compatível com os usos de turismo e lazer considerados permitidos como *camping*, hotéis, pousadas, parques esportivos, clubes e outros.

A possibilidade de parcelamento mínimo de 5000m² em áreas rurais praticamente anula a tentativa anterior de limitar a expansão urbana, uma vez que é de 3ha (30.000 m²) a Fração Mínima de Parcelamento estabelecida pelo INCRA para esta área.

A diminuição do tamanho dos lotes rurais também favorece a pressão do capital imobiliário sobre os pequenos produtores, que acabam vendendo suas terras e reforçando o movimento migratório para as cidades e, desse modo, a zona rural passa, gradativamente, a voltar-se para o uso recreativo e não para a produção agrícola.

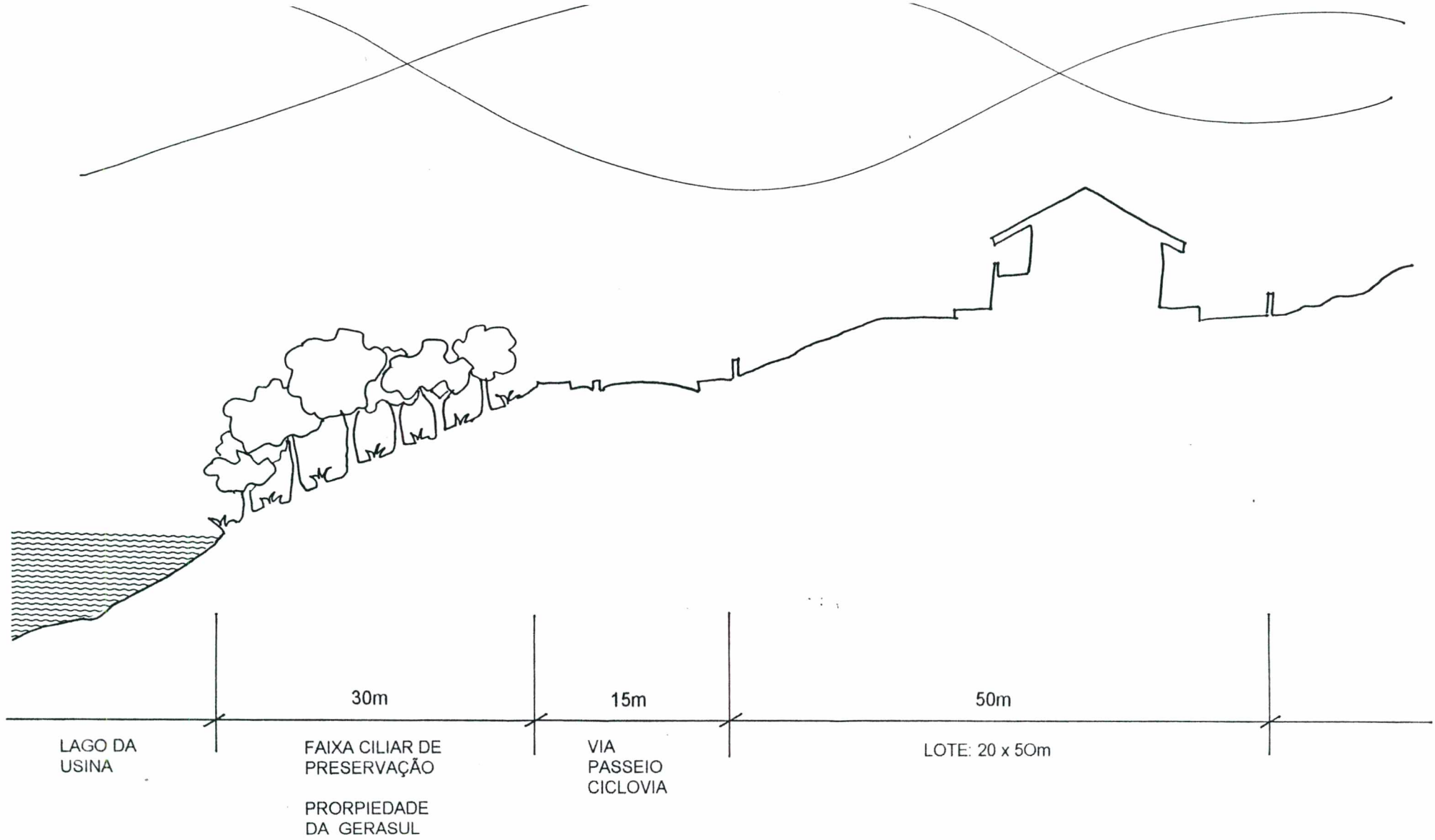


Figura 22 - OCUPAÇÃO SUGERIDA PELA GERASUL

CORTE ESQUEMÁTICO
 ESC. 1:500

No que se refere às atrações “culturais” da região, o Plano Diretor do Reservatório contém propostas para *Roteiros Turísticos Integrados* entre os municípios lindeiros ao lago.

Destaca-se nestes roteiros, assim como na divulgação da AMULBI e no Plano Físico Territorial de Itá, a visão da cultura como um atrativo para o capital. A busca de tradições, valores esquecidos e recuperação da identidade local são elementos da tentativa de criar um cenário ilusório a serviço dos investimentos em turismo.

Dentre as várias sugestões e referências a atividades que devem ser empreendidas no sentido de promover o turismo, destacam-se:

A visitação às Casas de Cultura e Casas de Memória, que foram construídas em todos os municípios lindeiros ao reservatório da Usina. Na cidade de Itá há a Casa Camarolli e a Casa Alberton, relocadas da cidade velha para a cidade nova, como exemplares significativos da arquitetura dos descendentes de alemães e italianos. A Casa Camarolli foi montada como um pequeno Museu, com painéis fotográficos, objetos e mobiliário de época, contando a história da cidade desde os tempos da colonização até a sua relocação. Na Casa Alberton foi organizada a Casa de Cultura, com a reconstituição de um armazém colonial para a venda de produtos artesanais e a cachaça produzida no município, sala para projeção de filmes e vídeos, biblioteca e salão para exposições. (fig. 23)

Parece haver uma mudança de rumo, ao se considerar que a preocupação em preservar a memória local originou-se como medida compensatória das perdas com o alagamento, desse modo, os museus foram concebidos e organizados, num programa específico da ELETROSUL, para atender a população local. Hoje, com a nova visão empresarial, os mesmos passam a ser contabilizados como atrações turísticas.

EDIFICAÇÕES RELOCADAS PELA ELETROSUL PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA, COMO COMPENSAÇÃO DAS PERDAS COM O ALAGAMENTO.



MUSEU
CASA CAMAROLLI



CASA DE CULTURA
CASA ALBERTON

FOTOS: PM ITÁ

Figura 23

Na linha das atrações turísticas, consta das sugestões do Plano um roteiro didático sobre a evolução da produção de energia elétrica, mediante a utilização da força da água, no qual se prevê a recuperação de uma pequena usina hidrelétrica (usineta) desativada no município de Itá e, também, sugere-se “procurar na região uma roda d’água desativada ou construir uma nova” (GERASUL, 2000a).

Nos diversos percursos entre as cidades atingidas, comparecem indicações para a utilização da gastronomia como difusão da cultura local, propõe-se a construção de um centro de degustação de produtos coloniais, a produção “explícita” de pão caseiro, cantina de vinho, venda de queijo e salame, além de doces caseiros e café colonial.

Propõe-se, também, que em algumas situações o transporte seja realizado por um “trenzinho” puxado por motor, e que seja realizada a reforma e ambientação da antiga estação de trem e da antiga hospedaria dos ferroviários, como espaço de memória da construção da estrada de ferro e implantação do museu do trem.

Incluem-se recomendações para que se elabore um banco de dados sobre a imigração italiana e alemã, para que se identifique construções de valor cultural e incentive seus proprietários a promoverem sua conservação e pintura, bem como preservem-se as casas rurais.

Além destas sugestões, há referência para a divulgação das festas populares ou religiosas.

Evidencia-se, ao longo do Plano, o esforço em resgatar o passado rural e relacioná-lo com as oportunidades de investimentos turísticos.

6.3 Plano da Prefeitura Municipal de Itá

A Prefeitura Municipal de Itá está elaborando o *Plano Físico Territorial Urbano da Área Turística do Lago da Usina Hidrelétrica de Itá (Anexo 4)* para a área que foi recentemente (2000) anexada ao perímetro urbano do município. Esta área, antes rural e hoje banhada pelo lago, foi destinada ao uso turístico. (fig. 25)

A nova cidade de Itá foi oficialmente inaugurada em 1996, mas as primeiras famílias começaram a mudar da sede que seria alagada, já em 1987. Além da população relocada, a nova cidade abrigou técnicos ligados à construção da barragem e atraiu um contingente de pessoas em busca de oportunidade de empregos, muitas delas egressas da atividade rural. Em 1998, o adensamento da periferia, principalmente por habitações populares, resultou na primeira ampliação do perímetro urbano. (fig. 26)

Hoje, o município de Itá é o que apresenta mais precocemente as transformações na área marginal ao lago, devido principalmente à proximidade da zona urbana ao corpo d'água. Mas, outros fatores também contribuíram para tornar a cidade mais propensa às mudanças em curso.

Itá foi o município mais atingido pelas transformações advindas da construção da usina hidrelétrica. A própria relocação da sede municipal alterou profundamente a vida de sua população, além da mudança de sítio houve a mudança de hábitos. As edificações e a organização da cidade adquiriram características mais urbanas, houve ainda um convívio intenso com os funcionários da ELETROSUL, desde a década de 80, especialmente pela instalação da vila residencial na cidade²⁴, onde foram alojadas famílias oriundas de centros urbanos maiores, com outros costumes, valores e demandas. A proximidade da cidade com a Usina permitiu o contato também com os “barrageiros” (operários da construção da barragem), que chegaram ao total de 4.500 homens, no pico da obra.

²⁴ A vila residencial da ELETROSUL foi construída em 1989, chegou a abrigar 160 famílias. Foi integrada ao perímetro urbano na expansão de 1998.

Todos estes fatores colocaram Itá menos resistente às atuais mudanças e mais preparada para enfrentá-las, também do ponto de vista administrativo, pois a cidade nova já contava com um Plano Diretor elaborado pela ELETROSUL, em 1983, e desde então os técnicos da empresa estiveram incorporados à administração municipal, para acompanhar a gestão urbana.

Com o enchimento do lago, a administração pública de Itá foi a primeira a planejar legalmente a ocupação da nova área, para tanto contratou uma equipe técnica para a elaboração do Plano Físico Territorial.

No processo de elaboração deste novo Plano, a Prefeitura Municipal procurou envolver a população interessada no desenvolvimento da área turística, para tanto selecionou convidados para discutir as propostas de legislação, sendo que nenhum deles representava os agricultores. O MAB não participou, em qualquer instância, de discussões sobre redução de áreas rurais ou sobre o desenvolvimento do turismo.²⁵

²⁵ Segundo informações obtidas por meio de entrevistas com a equipe de planejamento de Itá, com a diretoria da AMULBI e com o diretor do MAB, Sr. Auri Bugs.



FOTO: AUTORA

REUNIÃO SOBRE PLANO DA ÁREA DE EXPANSÃO TURÍSTICA
CIDADE DE ITÁ - JANEIRO 2001

Figura 24

Segundo Maricato (1996), quando a participação popular não interfere nos rumos preestabelecidos e nem explicita as contradições entre cidadãos, administração pública e interesses dos grupos econômicos privados, torna-se inócua.

A exemplo do que ocorreu nestes encontros, cria-se um modelo de participação baseado na convocação eventual da comunidade. Esta participação em eventos pontuais e ocorrências aleatórias, tem uma influência mínima nas decisões e operações, mas dá a ilusão de que se exerce algum poder. É uma forma de legitimação baseada na pseudo-participação ou participação simbólica.

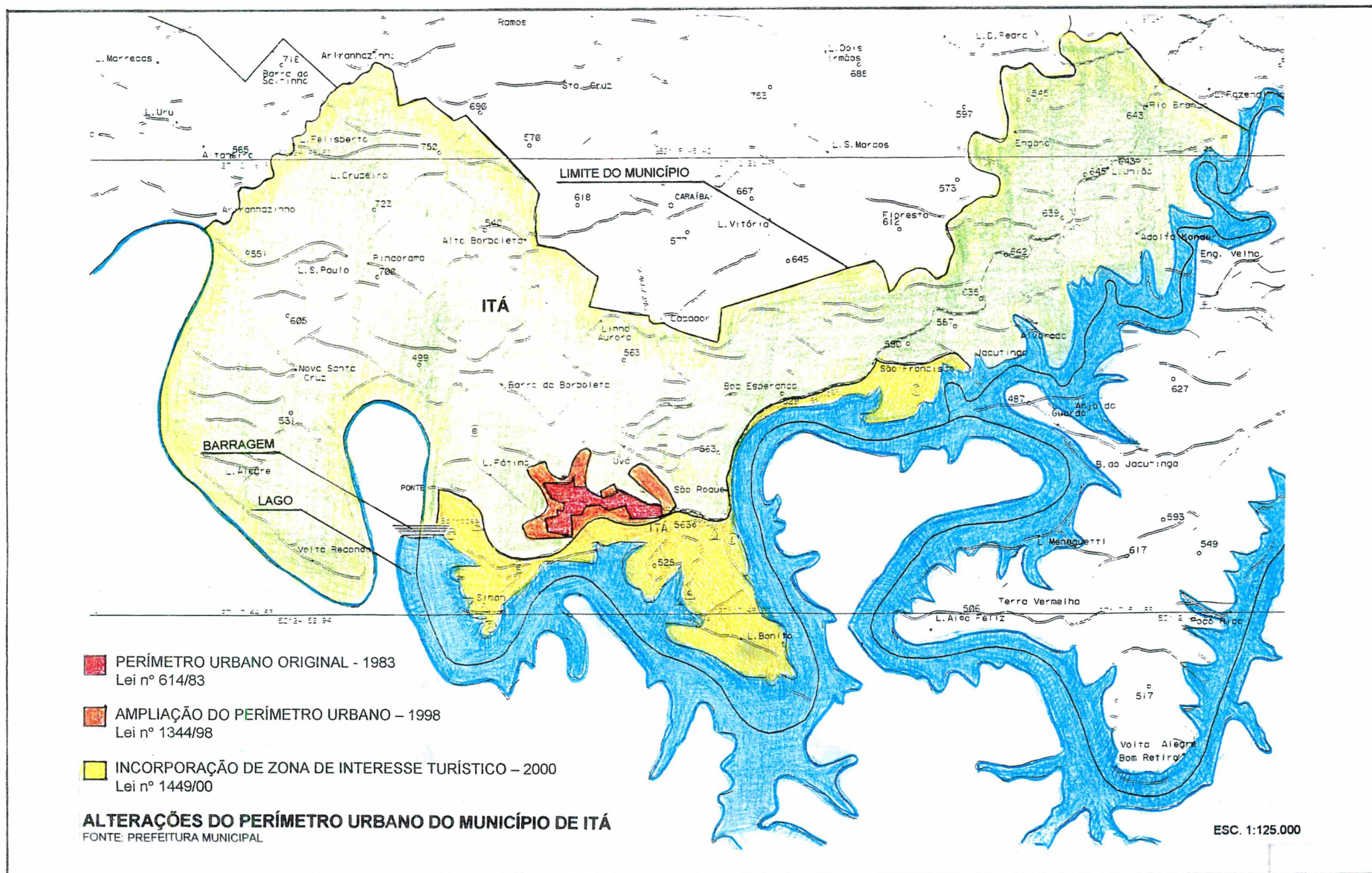


Figura 25



FOTOS: AUTORA



CIDADE DE ITÁ – ADENSAMENTO DA PERIFERIA
PRIMEIRA AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO
1998

Figura 26

Em Itá, apesar de já iniciado o planejamento, na verdade, o processo apresenta-se ainda mais dinâmico: as unidades rurais estão sendo divididas e vários lotes já foram vendidos, conforme os projetos de parcelamento que chegam diariamente para aprovação nos órgãos municipais, além das construções que emergem nas margens do lago, antes que se defina a sua regulamentação, portanto, sem nenhum controle. (Ver item 6.4)

Desse modo, o *Plano Físico Territorial Urbano da Área Turística do Lago* procura regulamentar uma prática já em curso.

De forma similar ao que está previsto no Plano da GERASUL, constam, dentre outros, como objetivos deste Plano da Prefeitura de Itá a implantação de espaços para o lazer comunitário e “recuperação da cultura da atividade econômica dos pioneiros”, incentivando projetos voltados para o resgate de sua história, que o Plano classifica como equipamentos especiais de turismo, os quais terão prioridade de instalação, como museus sobre processos produtivos coloniais (moinho de milho, alambique, olaria, serraria, atafona e outros), mercado de produtos artesanais e centros de gastronomia típica. Na mesma linha, estão sendo criados incentivos para implantação de vilas habitacionais com caracterização das etnias que colonizaram a região.

A intenção de empreender o resgate cultural, por vezes de forma artificial, com objetivo de promover o turismo, e atrair o capital a ele vinculado, fica clara nestas iniciativas. Assim como a visão instrumentalista a respeito da cultura.

Além destes equipamentos, o Município compromete-se a viabilizar a implantação de um centro de convenções e de um terminal turístico.

Na organização física da área, o Plano regulamenta o acesso às margens do lago no sentido de facilitar a prática de esportes náuticos e projeta uma via marginal ao mesmo, caracterizada como via de atração turística.

As categorias de uso do solo são essencialmente urbanas, destinadas à habitação, serviços, comércio e instalações de lazer. Os índices urbanísticos são bem menos restritivos que os propostos pela GERASUL, pois chegam a permitir lotes mínimos de 200m² em algumas zonas, variando até 2000m² em outras mais próximas ao lago, permitem edificações de dois a quatro pavimentos, também dependendo do zoneamento da nova área de expansão.

Não há, portanto, nenhuma alusão aos produtores agrícolas, que são como que afastados por uma segunda “onda” a partir logo, a primeira foi o próprio alagamento de terras produtivas e a posterior é a da urbanização, que lhes suprime as terras e a forma de produzirem sua existência.

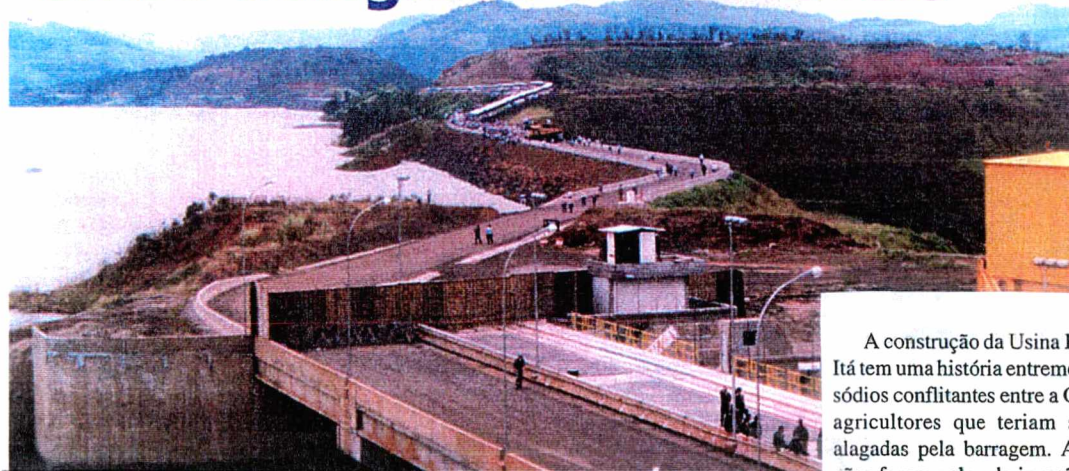
6.4 Os Novos Usos

As rápidas transformações na vida de uma sociedade implicam em profundas mudanças na psicologia humana. A efemeridade favorece a quebra de consenso e a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação, afirma Toffler (1970, apud Harvey, 1992).

Na área de estudo, pode-se observar a postura contestatória do Movimento de Atingidos por Barragens (*fig. 27*), que defende como prioridade a fixação do homem na terra e melhores condições de vida para o produtor agrícola, entretanto, outra parcela da população parece vislumbrar apenas benefícios e oportunidades de crescimento econômico a partir da implantação do empreendimento hidrelétrico em seu território, uma vez superadas as incertezas causadas pelo longo período de espera. Numa manifestação de visões antagônicas, ou de quebra de consenso, a que Toffler faz referência.

Contribui para esta visão otimista, o fato de que a partir da geração de energia na capacidade total, em maio de 2001, os municípios atingidos começaram a receber *royalties* como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, no montante de 6% sobre o valor da energia produzida pela GERASUL.

Relacionamento conflitante entre atingidos e Consórcio



A construção da Usina Hidrelétrica Itá tem uma história entremeadada de episódios conflitantes entre a Gerasul e os agricultores que teriam suas terras alagadas pela barragem. As negociações foram palco de invasões, passeatas, assembléias e até seqüestro de técnicos que faziam o levantamento das propriedades a serem atingidas. Em 04 de outubro de 1999, mais de 700 agricultores liderados pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), invadiram o canteiro de obras da usina, e por cinco dias, impediram a continuidade dos trabalhos no local.



Rodadas de negociação promovidas pela Justiça entre atingidos e o consórcio promoveram a desocupação pacífica. No entanto, certos de que a obra não contava com a segurança da polícia no lado riograndense, no final de outubro, a Gerasul optou por bloquear a entrada da obra por Aratiba, construindo um fosso de 10 metros de comprimento e três de profundidade. Cercas e toneladas de pedras completaram o bloqueio.



Foram 4 mil agricultores, que chegaram à obra pela RS 420, no lado riograndense e tiraram da estrada caminhões usados pelo consórcio para trancar a passagem. Um dos caminhões chegou a ser usado pelos atingidos para tentar derrubar um segundo caminhão atravessado na estrada. Os agricultores chegaram perto da casa de força e foram detidos por uma cerca de ferro com arame farpado, instalada no local pelo consórcio. O vertedouro 2, usado somente em situações de grande enchente, foi acionado deixando passar 600 mil litros de água por segundo, para impedir que os atingidos passassem pelo leito seco do vertedouro

para atingir a casa de força.

Do outro lado do cerca, o contingente de policiais militares prestava segurança à usina e impedia a possibilidade de um confronto que poderia resultar em mortes. A ocupação só teve solução no final da tarde, depois da intervenção da polícia federal. O delegado da polícia federal Mário Vieira deixou claro que a ocupação era crime. O consórcio se dispôs a negociar uma forma de intermediar a liberação de recursos pelo Governo Federal e os atingidos deixaram o local. Um inquérito foi aberto pela polícia federal e os líderes do grupo indiciados como responsáveis pela ocupação.

Figura 27

Conforme a legislação atual (*Anexo 5*), do total dos *royalties*, 10% são repassados para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 45% para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e outros 45% são divididos entre os 11 municípios, proporcionalmente à área alagada.

A Prefeitura de Itá estima que receberá cerca de quinhentos mil reais ao ano. Parte destes recursos já foi antecipada para os municípios e os investimentos são em grande parte voltados para o desenvolvimento do turismo regional, conforme as diretrizes de seu Plano Físico Territorial.

A preocupação competitiva, em termos do mercado turístico, parece apontar para o “esquecimento” do Pacto Territorial da AMULBI, onde os municípios comprometeram-se em discutir a ocupação das margens do reservatório em conjunto. Há pressa em transformar as áreas rurais em urbanas, legalizar a situação perante o INCRA, para que se possa parcelar o solo e arrecadar tributos para o município.

Nas áreas onde o lago aproxima-se de sedes municipais, especialmente em Itá e Alto Bela Vista, observa-se uma intensa modificação no uso do solo, que dá indícios de uma nova paisagem começando a se materializar.

Em Alto Bela Vista havia, em outubro de 2000, havia 25 áreas marginais ao lago com alteração de uso rural para lazer, registradas na Prefeitura Municipal. (*Anexo 6*)

Os proprietários antigos passam a atuar como intermediários de altos negócios imobiliários. Em Itá, onde o processo encontra-se mais adiantado, conforme verificado, o preço da terra tem subido vertiginosamente, os lotes nas margens do lago valorizaram, em aproximadamente 10 anos, cerca de 14.000% (Tabela 6.1).

TABELA 6.1 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DOS LOTES ÀS MARGENS DO LAGO NA CIDADE DE ITÁ

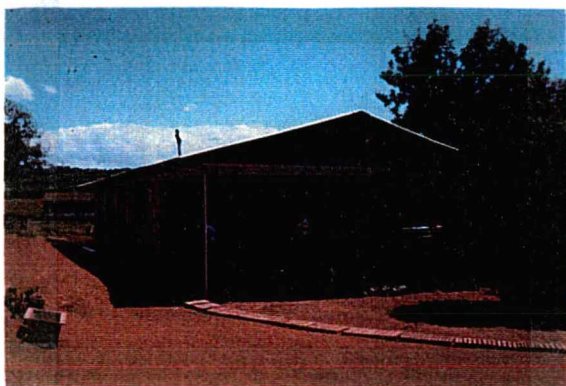
ANO	ÁREA (m ²)	PREÇO (R\$)
1989	1	0,14
1996	1	1,00
2000	1	20,00

FONTE: Pesquisa de campo da autora

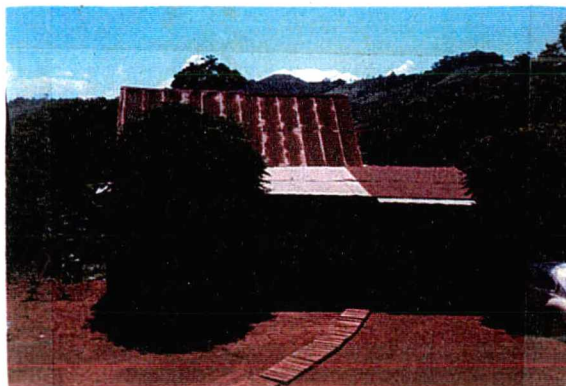
É possível constatar esta transformação comparando a ortofotocarta que apresenta os lotes rurais antes do enchimento do lago (*fig. 28*) e os *croquis*, encaminhados à Prefeitura Municipal, dos novos parcelamentos que estão sendo comercializados. (*figuras 30 a 35*)

Do mesmo modo, pode-se comparar as modestas instalações dos agricultores, em 1984, geralmente pequenas casas construídas em madeira ao lado do paiol e do chiqueiro (*fig. 29*), com o novo padrão imobiliário das construções recentes, com lotes cercados, ajardinados e casas de alvenaria destinadas ao lazer. (*figuras 30 a 35*)

Neste levantamento de campo constatou-se que as unidades rurais, em média com 20ha, estão sendo parceladas em lotes de até 500m² na borda do lago, alguns aprovados pela Prefeitura mesmo antes da elaboração do Plano Físico Territorial (*fig. 31*). Pode-se também observar que a faixa ciliar apesar de constar dos projetos de parcelamento desaparece na prática, conforme registro fotográfico.



RESIDÊNCIA 1 LOTE 24



RESIDÊNCIA 2 LOTE 24



PAIOL LOTE 24



RESIDÊNCIA LOTE 25



RESIDÊNCIA LOTE 26



RESIDÊNCIA LOTE 30

INSTALAÇÕES DOS AGRICULTORES EM 1984
FONTE: ELETROSUL

Figura 29

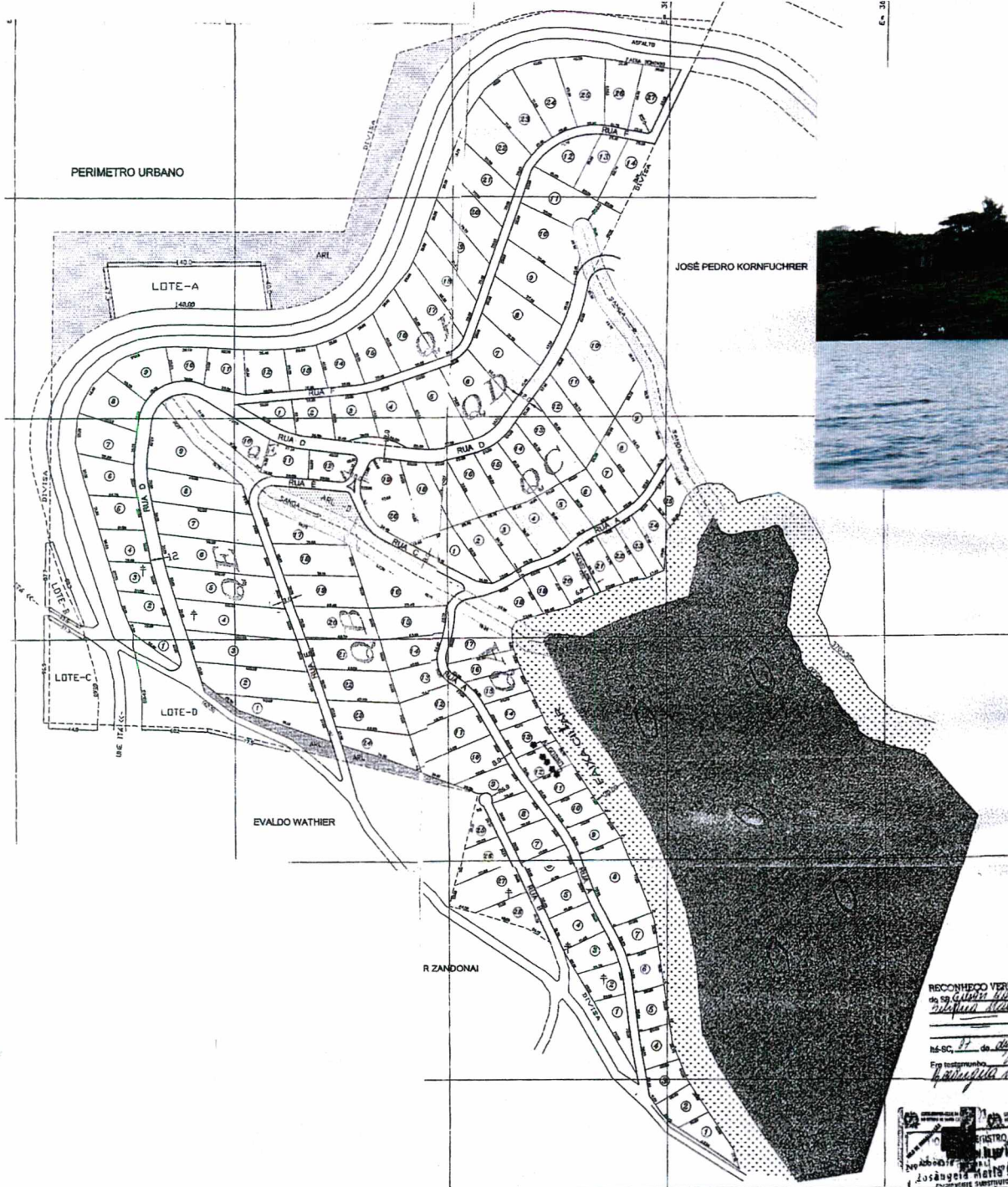


FOTO: AUTORA

JANEIRO 2001

DESMEMBRAMENTO E RESIDÊNCIA EM CONSTRUÇÃO LOTE RURAL 18

04	1.389,36
04	1.633,48
05	1.258,90
06	1.311,94
07	1.379,05
08	1.490,84
09	1.666,70
10	1.982,70
11	1.908,30
12	1.998,20
13	1.950,97
14	1.245,22
15	1.815,20
16	1.483,65
17	1.501,81
18	1.827,90
19	1.438,28
20	1.348,24
Área de quadra	24.185,90

Área - C	7.258,97
Área - D	1.083,34
Fx. preserv. Sanga	14.844,60
Área Total	54.366,18

RESUMO GERAL

Q. N.	M.	L.	A.	Área (m²)	A. Quadras(m²)
A	25			28.913,15	
B	25			42.182,08	
C	20			34.185,90	
D	14			30.755,91	
E	12			27.540,82	
F	27			47.597,93	
LOTE-A-01				5.519,90	
LOTE-BI-02				755,00	
LOTE-C-03				3.506,43	
LOTE-D-04				3.283,90	
S. Total	130			233.656,50	
Área de Preservação				41.895,31	
Área das Ruas				25.908,19	
Área das Lajes				233.656,50	
Estradas Esbeltas					
Área Escrituradas					
Área total Urbanizada				291.254,90	

RECONHECIMENTO VERDADEIRA E FIRMA
do Sr. Osvaldo Wathier proprietário
de lote rural 18
em testemunho da verdade.



APROVAÇÕES

PROJETA DO: Osvaldo Wathier DATA: 14/01/2001

DESENHO: Osvaldo Wathier

CONFERIDO: Osvaldo Wathier

DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS

LOTEAMENTO PAINEIRA

Nº 64-65-67-68-69e70

CIDADE ITÁ - SC

PROP. Sr. LAURI DALMAGO

DESENHO: _____

FOLHA: 01

REVISÃO: _____

Figura 31

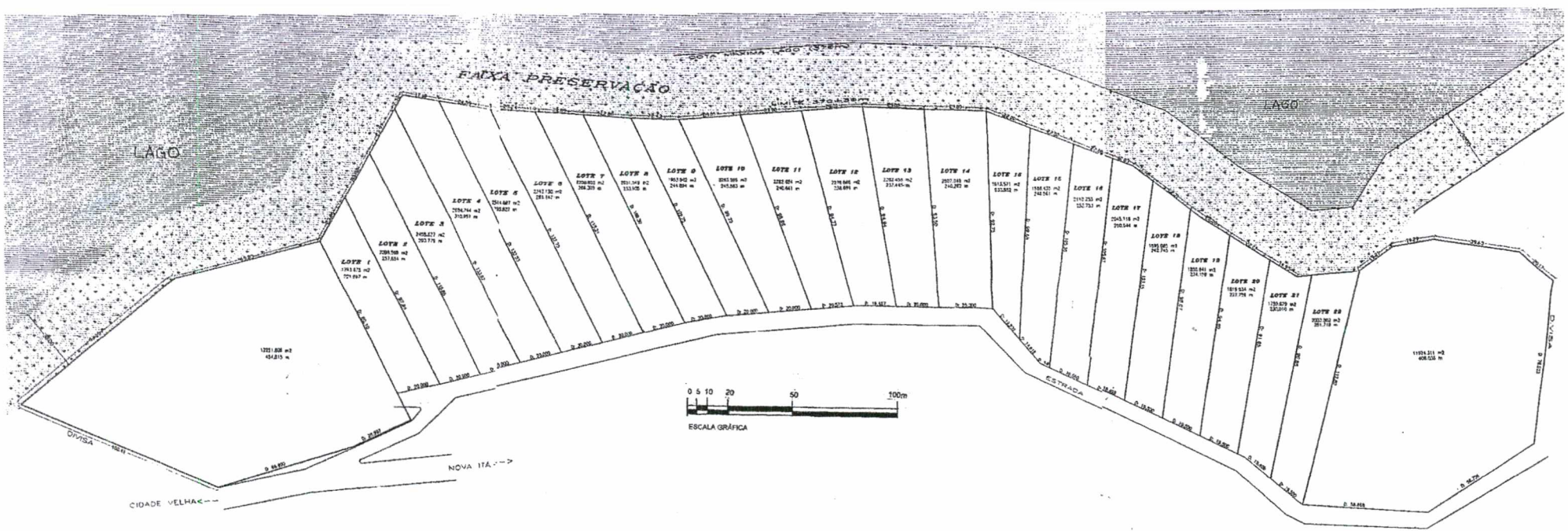


FOTO: AUTORA

DESMEMBRAMENTO E
RESIDÊNCIA EM CONSTRUÇÃO
LOTE RURAL 22

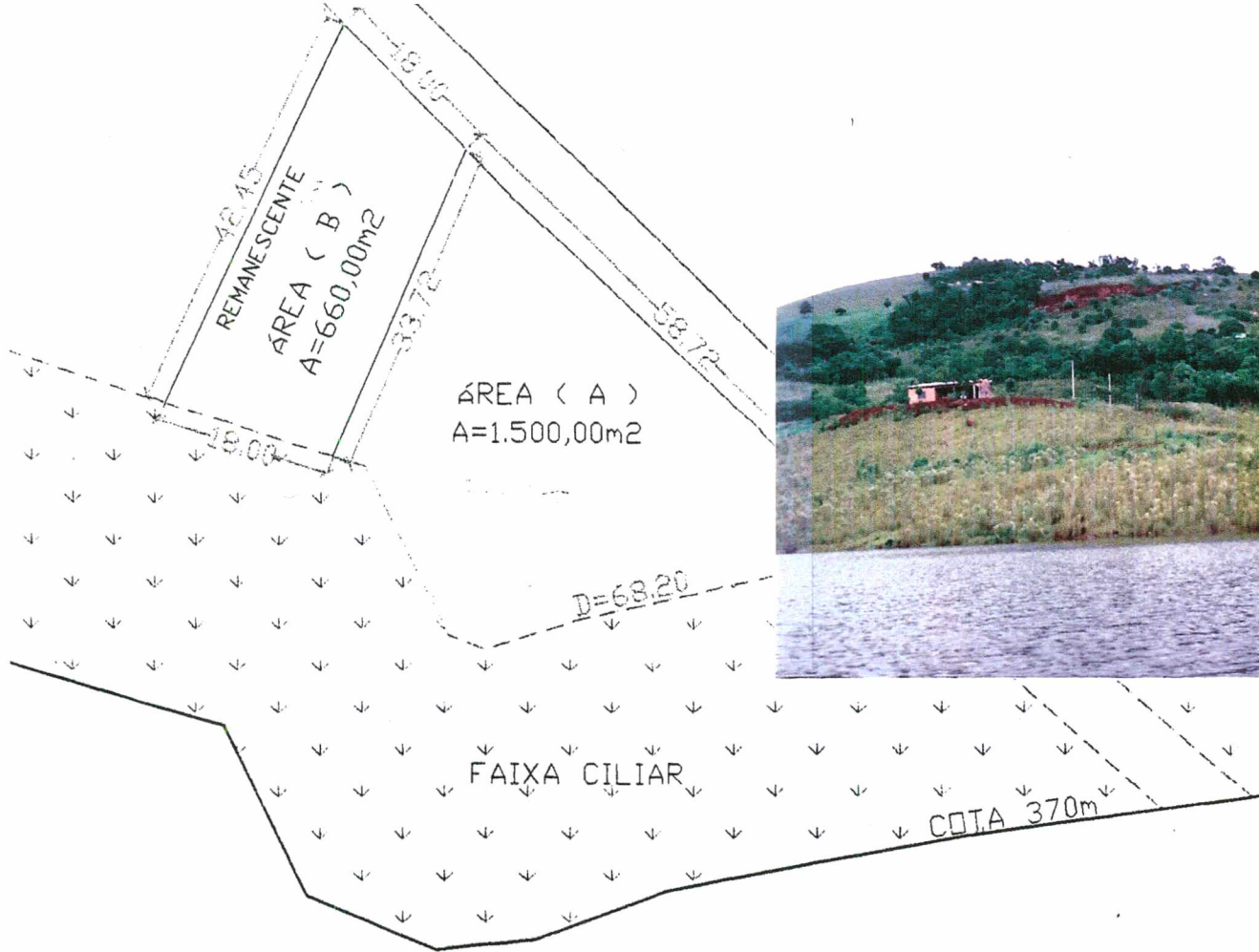


FOTO: AUTORA

JANEIRO 2001

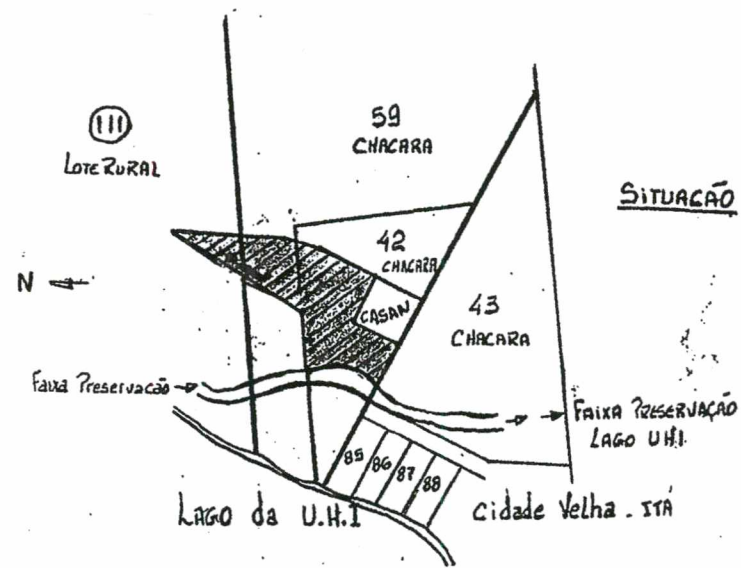
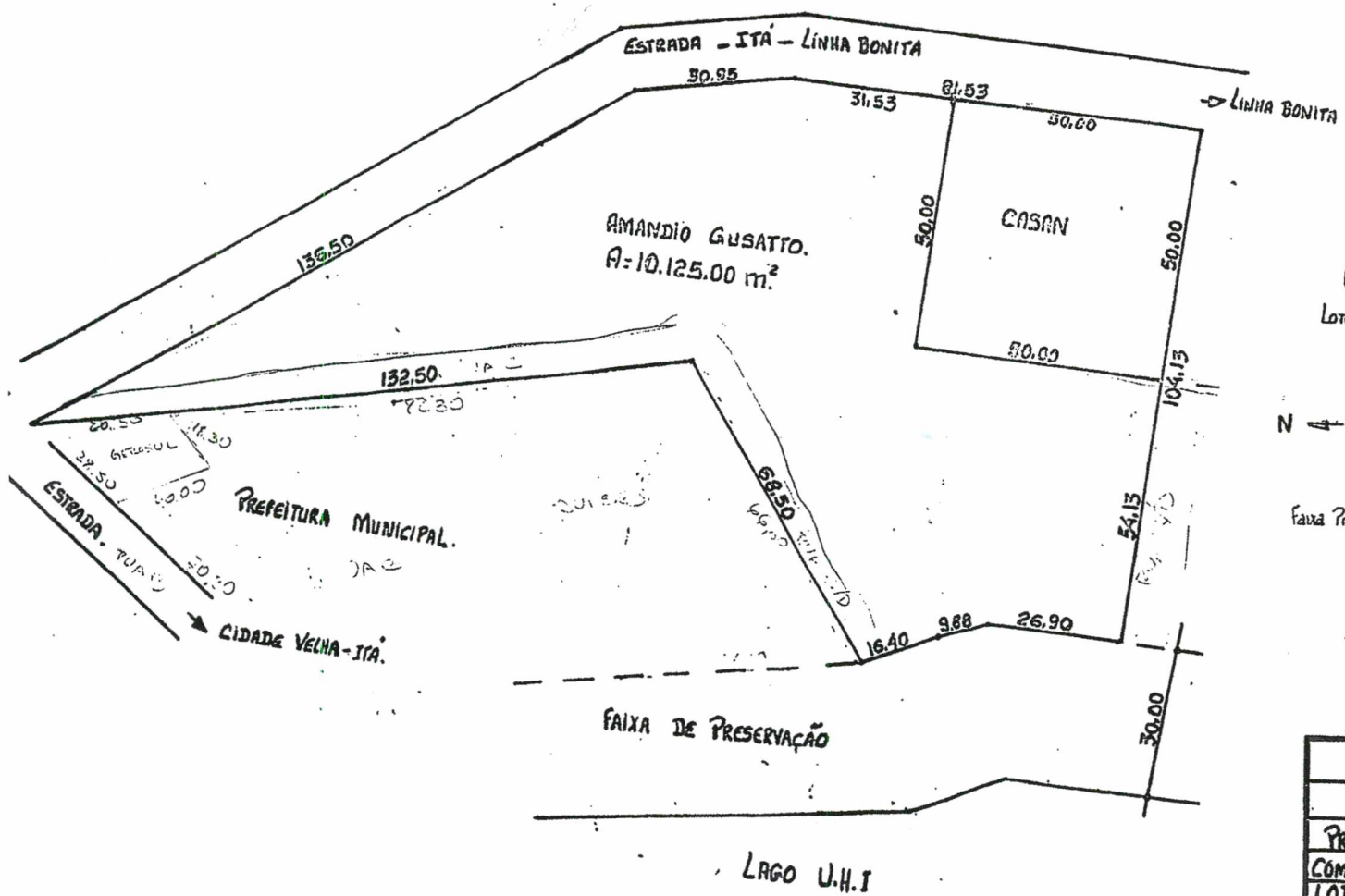
DESMEMBRAMENTO, RESIDÊNCIA EM CONSTRUÇÃO E RESTAURANTE LOTES RURAIS 26 E 27

L A G O

PLANTA
ESCALA: 1/500

APROVAÇÃO		DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS
		LOTE RURAL Nº038
	DATA	CIDADE ITÁ - SC
DESENHADO:		PROPRIETÁRIO: Sr. LEONIE BARBOSA
CONFERIDO:		ÁREA TOTAL 2.160,00 m²
APROVADO :		ÁREA DESMEMBRADA=1.500,00 m²
		CADASTRO TOPOGRÁFICO

Figura 33



DESMEMBRAMENTO	
ITA - S.C.	
PROPR. Amândio Gusatto	
COMPRADOR =	
LOTES : CHACARAS 42 e 59 e lote RURAL III	
ÁREA : 10.125.00 m²	
DATA : Novembro de 2.000	

FOTO: AUTORA



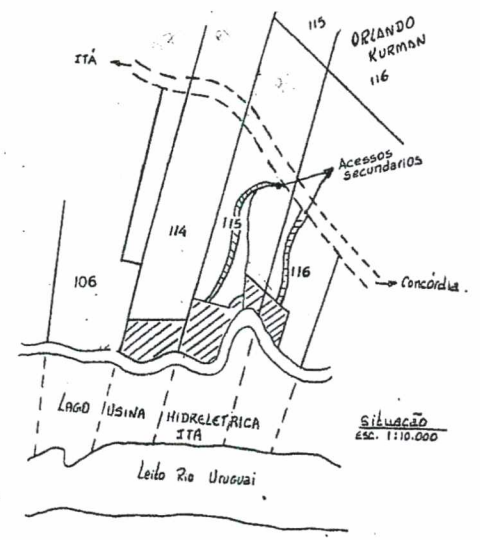
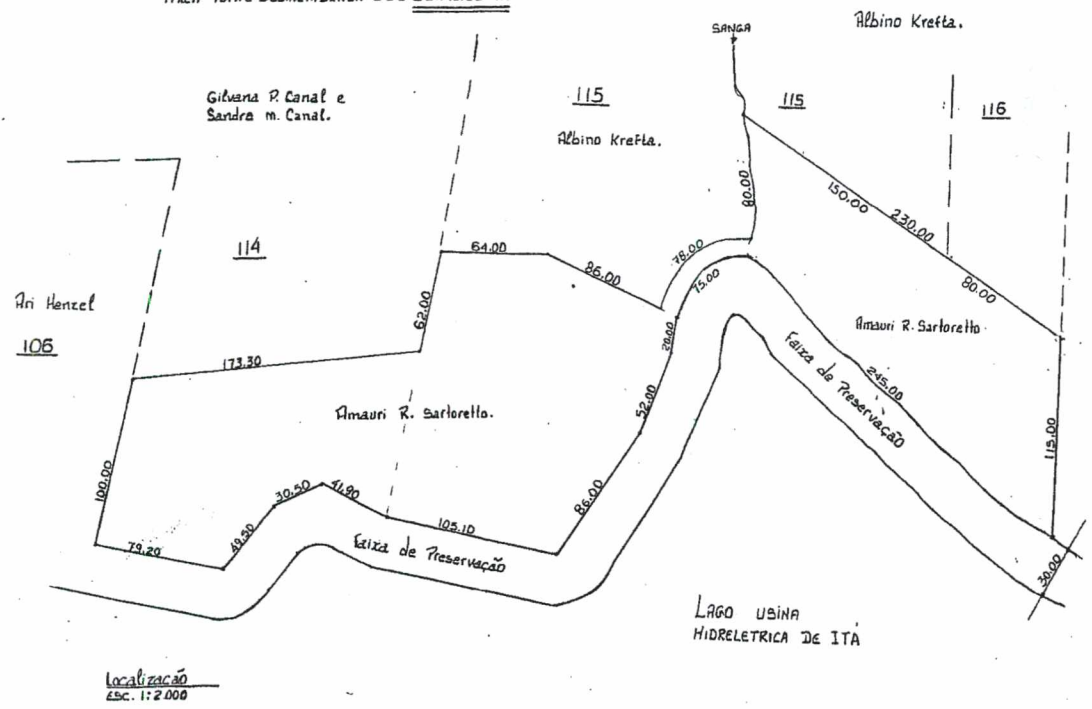
JANEIRO 2001

DESMEMBRAMENTO
E RESIDÊNCIA
LOTE RURAL 65

Figura 34

Lote 106 - Área Desmembrada -- 000.00
 Área Remanescente -- 25.830.00 m²
Lote 114 - Área Desmembrada -- 16.640.00 m²
 Área Remanescente -- 61.308.00 m²
Lote 115 e 116 - Área Desmembrada -- 41.500.00 m²
 Área Remanescente -- 171.059.00 m²

Área Total Desmembrada --- 58.140.00 m²



DESMEMBRAMENTO RURAL	
ITA - S.C.	
Proprietário:	Amauri Roberto Sartorello - CPF 406.324.819-91
Local:	Linha São Romão - Itaipava - Lotes 106, 114, 115 e 116
Área:	58.140,00 m ²
Data:	Janário de 2.000
Resp. Técnico:	Amauri Roberto Sartorello - Eng. Agrônomo - CRA 28.198/0
Vendedores:	



FOTO: AUTORA

DESMEMBRAMENTO E RESIDÊNCIA EM CONSTRUÇÃO LOTES RURAIS 97 E 98

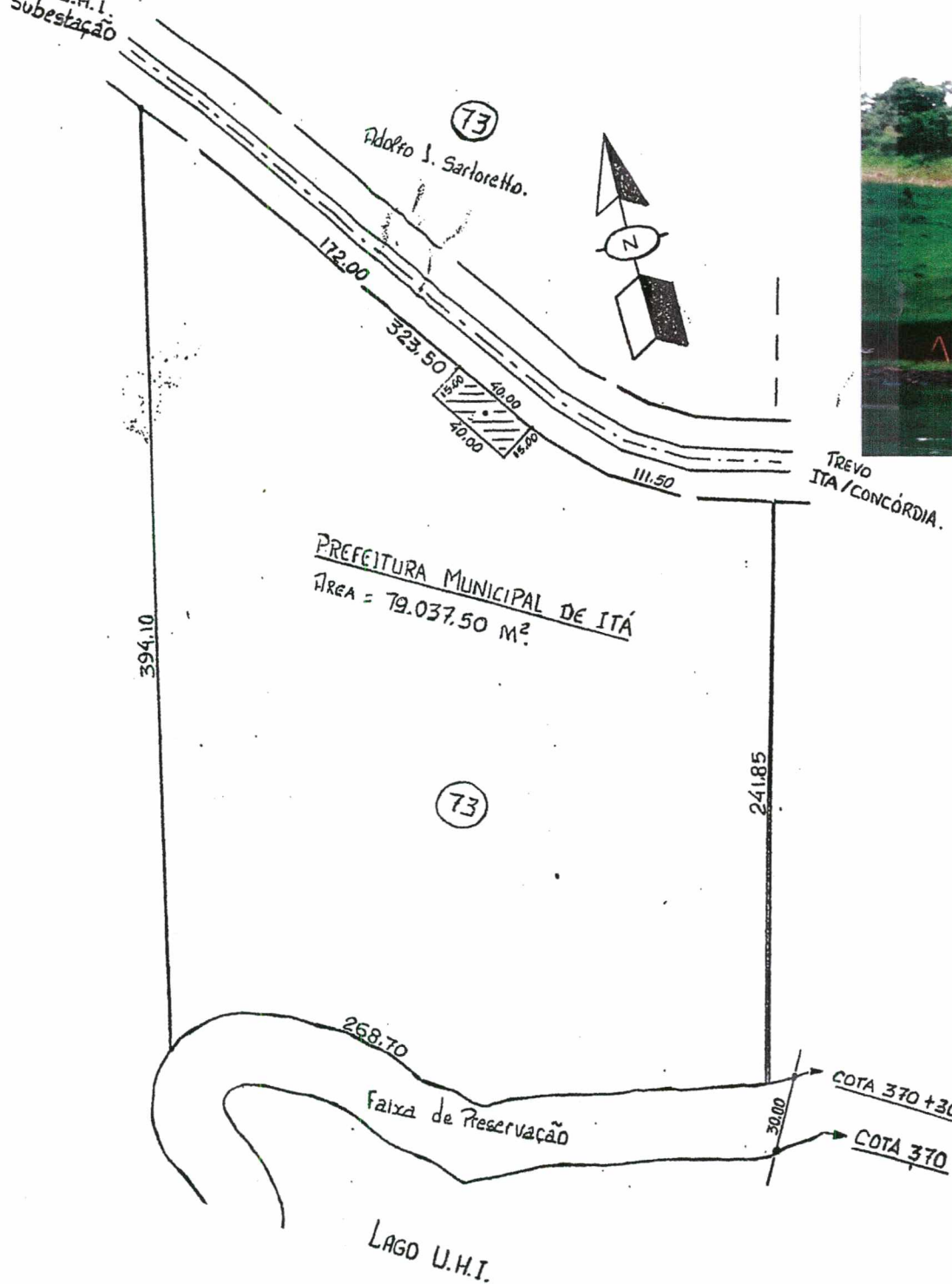
JANEIRO 2001

Figura 35

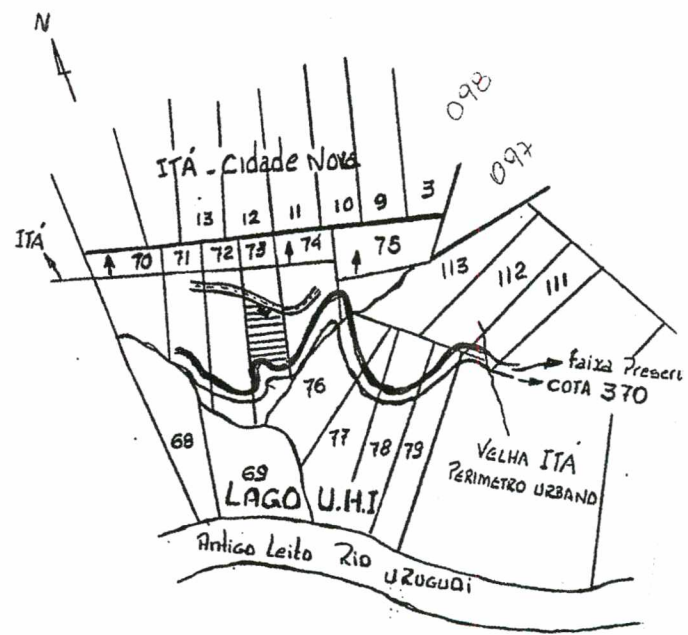
Numa demonstração de como os recursos públicos e privados estão formando parcerias dirigidas para o desenvolvimento do turismo e do lazer, constata-se que a própria Prefeitura Municipal de Itá, associada à iniciativa privada, está executando um grande projeto turístico à beira do lago, num terreno público (lote rural 21), mediante o financiando das obras de perfuração de um poço para atingir as águas termais e a instalação de bombas, onde será construído um parque aquático. A GERASUL também elaborou um projeto como sugestão de implantação de um parque nesta mesma área. (figs. 36 e 37)

Do mesmo modo, uma significativa parcela das terras remanescentes da antiga cidade de Itá, pertencentes ao poder público municipal, consta como doada²⁶ a uma série de associações e entidades, para instalação de suas sedes recreativas. Entre as 18 instituições relacionadas constam Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Catarinense Ministério Público, Associação dos Funcionários Fiscais do Estado, Associação dos Gerentes do Banco do Estado - BESC. Esta postura evidencia um outro tipo de parceria, que revela como acordos políticos perpetuam o *status quo* e fragilizam o exercício da cidadania em nosso país. (Anexo 7)

²⁶ Conforme documento não oficial encontrado na Prefeitura, por ocasião da pesquisa de campo.



JANEIRO 2001



DESMEMBRAMENTO
 E ACESSO
 LOTE RURAL 21

DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS	
ITÁ - SC	
PROPRIETÁRIO :	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ
ÁREA TOTAL :	79.037,50 m ² LOTES = 73
ÁREA DESMEMBRADA :	7.600,00 m ² LOTE 73
DATA :	DEZEMBRO DE 2.000

Figura 36

Parque Termas Itá

Com a formação do lago da Hidrelétrica Itá, a cidade despertou para sua vocação turística. O Parque Termas Itá tem previsto para o segundo semestre do ano 2000 o início de suas atividades.



Parque Termas Itá



Portal, parque aquático.



Tobo água.



Piscina térmica coberta.



Churrasqueiras.

PARQUE DE ÁGUAS TERMAIS
LOTE RURAL 21



Teleférico, Estação Natureza.



Trapiche e barcos.

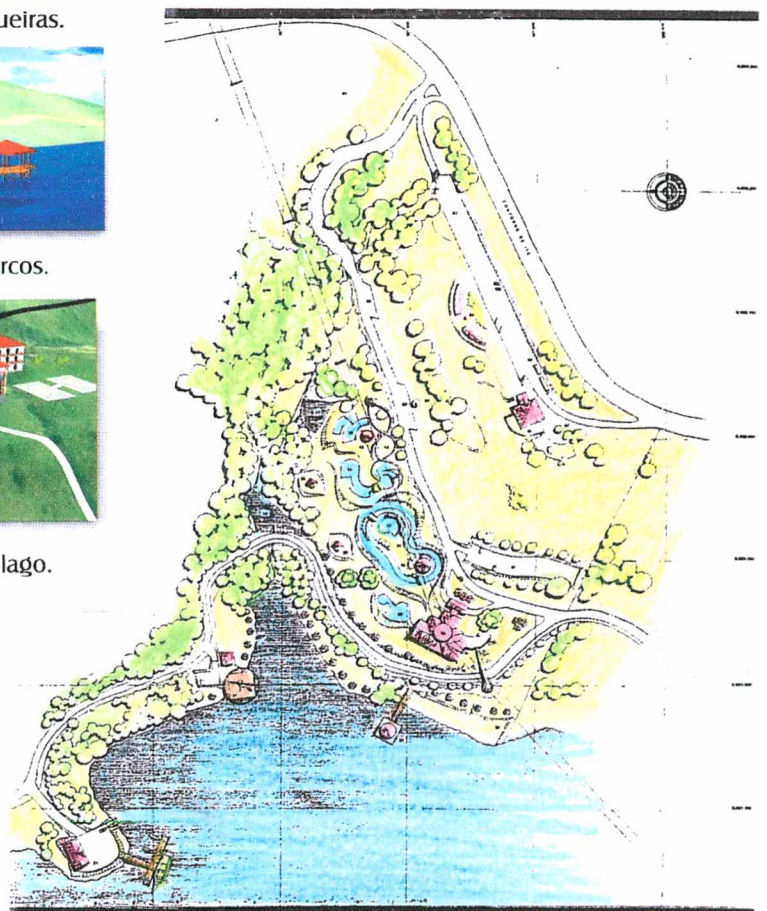


Restaurante Caracol.



Hotéis de frente para o lago.

PROJETO DA PREFEITURA DE ITÁ



ESTUDO
PRELIMINAR

PARQUE DAS ÁGUAS
ITATUR



PROJETO DA GERASUL

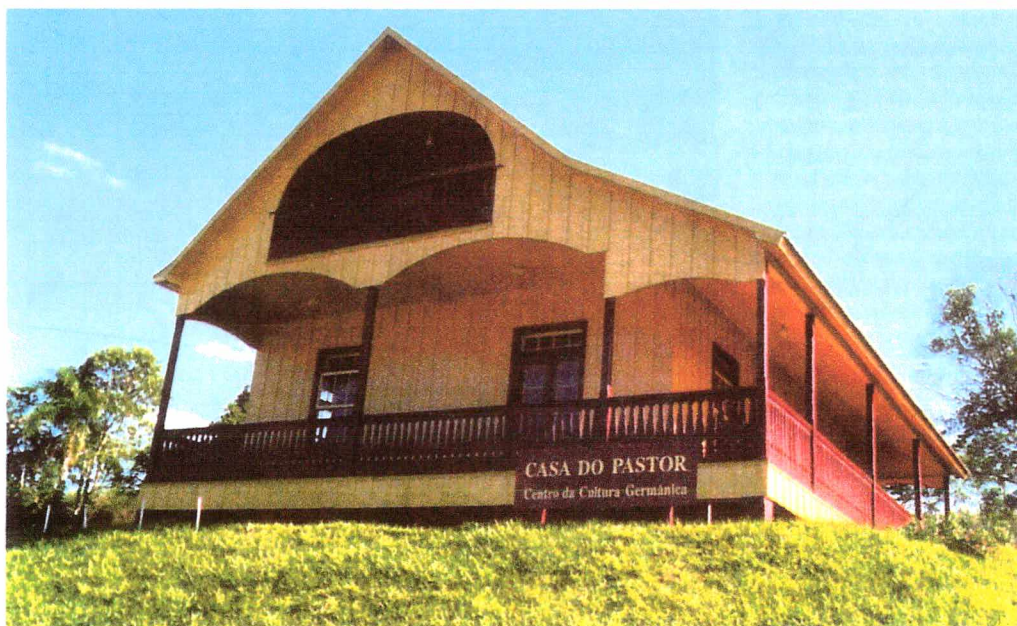
Santos (1997) afirma que quando algo novo acontece num lugar, mudam as relações pré-existentes e outras são estabelecidas. Todo o lugar muda. O sujeito do lugar está submetido a uma convivência com objetos, trajetos e imagens de cuja construção participou. O novo causa choque quando atores recém-chegados trazem consigo condições para impor perturbações alheias ao sujeito local e aos seus nexos territoriais.

Entretanto, para a estrutura hegemônica da sociedade, o novo, normalmente, não é, ou não precisa ser recusado se não apresentar ameaça à sua hegemonia. Como está sendo verificado no município de Itá.

Os novos usos já materializados representam a nova etapa do capitalismo, que rapidamente ocupa o espaço da forma anterior, a dos pequenos agricultores, e avança com a urbanização sobre a zona rural.

A implantação da Usina acelerou e consolidou este processo, as administrações municipais e os empresários locais canalizam seus recursos neste sentido e os resultados esperados são a viabilização dos empreendimentos turísticos.

Região será Pólo Turístico



O desenvolvimento da região atingida pela Usina Hidrelétrica Itá vai passar necessariamente pela implementação do turismo. Com a formação do lago, os recursos naturais já começam a ser explorados e cresce o número de investidores que procura a região para a instalação de hotéis e restaurantes.

O município de Aratiba na região Alto Uruguai já começou a preparar os produtores rurais para o atendimento ao turista. Produtos coloniais começaram a ser vistos que frequentará as margens do lago em busca de lazer.

Centenas de lotes à beira do lago estão sendo comercializados a preços acima do mercado e praias artificiais estão sendo construídas em vários municípios com infraestrutura para receber turistas no verão. Marcelino Ramos, que já tinha no turismo uma grande fonte de renda, cerca de 40% da sua receita, está realizando cursos para profissionalizar pessoas para o mercado de trabalho na área. O novo balneário de águas termais deve levar milhares de pessoas para a cidade, onde já se desenvolve turismo de saúde e religioso.

Itá, no lado catarinense, é a cidade com maior investimento nesta área. Já estão instaladas empresas de transporte aquático, para proporcionar passeios pelo lago e outros investidores já confirmaram a instalação de hotéis, restaurantes e postos de gasolina. O comércio se fortaleceu e se prepara para absorver a alta demanda criada pelo turismo. Uma estância de águas termais está sendo construída e neste mês a cidade realizou o primeiro evento utilizando o lago, a etapa final da Copa Sul de Jet-Ski. O prefeito Milvo Zancanaro comemora os primeiros resultados da presença da usina no seu município:

6.5 Uma Nova Concepção de Organização Espacial

No final do século XIX e início do século XX, com o Modernismo, o mundo da representação e do conhecimento passou por uma transformação fundamental, fruto de uma radical mudança na experiência do espaço e do tempo no capitalismo ocidental, ao contestar a idéia da unidade da razão iluminista.

A certeza do espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança, em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros. Foi nesse contexto que as proposições universalistas do Manifesto Comunista fizeram muito sentido (Harvey, 1992).

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. [...] O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tomadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido desmancha no ar.

Marx(1999a p.69)

O movimento modernista, no período entre guerras, adquiriu uma dimensão política de classe e um espírito democratizador e universalista, defendido por sua vertente socialista.

Mas o modernismo também encerrava uma promessa emancipatória e igualitária que se acreditava possível via desenvolvimento capitalista, com a racionalização da produção material e o avanço das forças produtivas, resultando numa organização crescente da vida, levando à superação das barreiras nacionais e culturais, que culminaria numa sociedade livre e homogênea.

O planejamento espacial era tido como ação eminentemente técnico-científica, neutra, pela qual seria possível prever, controlar e, supostamente, administrar de forma racional.

Os princípios modernistas, em termos deste planejamento significaram: racionalidade, funcionalidade, salubridade, eficiência e divisão das funções. Uma visão que eliminava o passado e desvalorizava as tradições, numa atitude de superação do autoritarismo e depuração do espaço, de modo a viabilizar uma nova ordem social. Acreditava-se haver soluções técnicas para os problemas sociais.

Toda essa organização contida na utopia reformadora do modernismo é inseparável do processo capitalista de modernização e sua aposta no progresso tecnológico. Le Corbusier, um dos seus maiores expoentes, traduz o que a máquina representou para o urbanismo moderno e para a sociedade da época:

A máquina não opõe uma raça a outra, mas um novo mundo a um mundo antigo, na unanimidade de todas as raças.

A máquina cria a máquina. Elas estão afluindo agora e por toda parte brilhando. [...] O espírito de perfeição revela-se nos lugares de perfeição geométrica.

Coloque a máquina em funcionamento. Todas as portas se abrem, tudo é confusão dentro da alegria. Temos que pensar que somos a primeira geração em milhares de anos que contempla as máquinas, e é preciso perdoar tais entusiasmos.

(Le Corbusier, apud Choay, 1971 p. 186)

Em que pesem as realizações do Estado de Bem-Estar na Europa, após 1945, com a dominação político-econômica da versão capitalista corporativa de desenvolvimento para o progresso, o modernismo tornou-se prática do *establishment*. O Estado planifica e organiza racionalmente a sociedade e o espaço, fala e age em nome da sociedade no seu conjunto, tendo a ideologia da modernização como uma perspectiva de salvação para toda a humanidade. “O mundo tem necessidade de harmonia e de se fazer guiar por harmonizadores” (Le Corbusier, 1971, p.163).

Para seus apologistas, os grandes conjuntos urbanos representavam as cidades “resplandecentes”. Prefiguravam o futuro na sociedade de consumo e de lazer, na qual o trabalho realizaria-se automaticamente, as máquinas substituiriam absolutamente o homem.

Lefebvre (1969 p.177)

Mas o desenvolvimento das forças produtivas não significou a emancipação humana, ao contrário, as desigualdades não cessaram de aumentar. A miséria e a segregação social acompanham o crescimento das riquezas.

A utopia modernista começou a declinar na medida em que se acumulavam evidências de que sua força estruturadora definhava, em paralelo à crise e ao ciclo de recessão do capitalismo mundial. Enquanto a fé na modernização estava sendo abalada, abria-se caminho, na direção contrária, para toda a sorte de retorno: ao passado, ao artesanal, ao popular. Começa então a se delinear uma nova concepção de organização espacial.

Neste contexto, na década de 60, a expansão do capitalismo em escala global desencadeou uma grande reação social, expressa na preocupação com novos temas como terceiro-mundismo, regionalismos e meio ambiente, simultânea às manifestações de “minorias” e revoltas estudantis (Arantes, 1998).

No Brasil, esse processo é mais evidente a partir da década de 80, com o fim da fase de crescimento acelerado e com a crise da dívida externa, quando crescem os movimentos sociais, pós abertura política.

Os reflexos dessa nova visão, no que concerne ao planejamento físico territorial, significou a superação da lógica do *mesmo*, da totalidade, da forma fechada, enquadrada por uma *civilização internacional*, por uma alternativa *do lugar*, num esforço de recomposição do tecido social mediante a redescoberta dos valores culturais aí sedimentados. Procurando estabelecer, num primeiro momento, um ponto de vista oposicionista e politizado em relação ao novo ideário globalizante.

No fundo tratava-se de um momento de transição para uma nova etapa do capitalismo, em que as próprias noções de espaço e tempo, de história ou de sujeito começavam a entrar em crise sem que algo muito claro surgisse como alternativa (Arantes, 1998).

Segundo Lefebvre (apud Harvey, 1992), a reorganização do espaço sempre é uma reorganização da estrutura mediante a qual o poder social é expresso. Não pode haver uma política do espaço independente das relações sociais.

Esse processo de volta ao passado, para Harvey (1992), está ligado ao sentimento de insegurança e efemeridade devido às mudanças no mercado, aos empregos flexíveis, à fragmentação e ao caos cotidiano, que correspondem a este novo estágio da sociedade contemporânea – o pós-modernismo –, termo que não se refere propriamente a um novo modelo, e sim à negação do modelo anterior.

Do mesmo modo, a desvinculação entre sistema financeiro, produção ativa e base monetária material põe em questão a confiabilidade do mecanismo básico de representação de valor.

Assim, quanto maior a efemeridade tanto maior a necessidade de se descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna. “O retorno do interesse por instituições básicas (como família e comunidade) e a busca por raízes históricas são indícios da procura de hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante” (Harvey, 1992 p.263). Daí a importância da reversão de um passado perdido, evidenciada na nova ênfase atribuída a memoriais, museus, ruínas.

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de

seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança enfraquece ou é ameaçada.

(Hewison, apud Harvey 1992 p.85)

Porém, é difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade da acumulação flexível.

Do mesmo modo, pode-se remeter às mudanças enfrentadas pela população atingida pela Usina, relacionar sua insegurança diante de um futuro incerto e compreender o quanto o apelo ao passado faz sentido neste contexto.

Da mesma forma como ocorreu com a utopia igualitária do Modernismo, as preocupações com as raízes pessoais e coletivas acabaram sendo cooptadas, ou aglutinadas pelo capital, transformando-se num novo ideário para o mundo da reprodução material da sociedade, na qual o reforço das particularidades interage sem conflito com a globalização econômica.

Assim, as estratégias identitárias, originalmente concebidas como iniciativas de uma reação ao globalismo do poder do dinheiro, acabaram revelando-se no seu contrário, converteram-se numa forma de administrar contradições, de escamotear conflitos e de esconder a miséria, numa mal disfarçada manutenção do *status quo*.

Nas recentes práticas de planejamento físico territorial, observa-se a substituição da ideologia do homem-tipo e da uniformidade do modernismo pela ideologia da diversidade, uma espécie de estetização do heterogêneo.

Paradoxalmente, na verdade, o que está sendo incutido é o princípio da flexibilização, a aceitação do efêmero, do fragmentário, e não uma pretensa tentativa de transcendência. Ao se dar preferência ao múltiplo, à diferença, ao descontínuo não se pode aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem apreendê-lo como uma totalidade e, portanto, não é possível pretender um projeto social global.

As intervenções do planejamento passam a ser pontuais e visam a “requalificação” do espaço isolado, que é obtida por meio das referências culturais. Esses traços estão presentes nos Planos para organização do espaço às margens do lago de Itá.

Nesta concepção, o termo cultural não permeia uma compreensão profunda da história, nem expressa um discurso crítico, esvazia-se de seu conteúdo – perde a alma. E passa a significar “animação”, uma peça na máquina reprodutiva do capitalismo, um fetiche.

Assiste-se à transformação dos valores locais em mercadorias, que podem ser produzidas e consumidas na mesma velocidade em que se move o capital, essa intencional comercialização, Hewison (1987, apud Harvey, 1992) chama de “indústria da herança” e Arantes (1998) classifica como “política cultural”.

Contribui para este processo, uma tendência verificada na nova conjuntura econômica, o crescimento do chamado setor terciário da economia, cuja característica é a prestação de serviços, etapa reconhecida como a sociedade “pós-industrial”, onde o trabalho na esfera da produção deixa de ser o fundamento (Aued, 1995). Há uma passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, não apenas serviços comerciais, educacionais ou de saúde, mas também na área da diversão, do espetáculo, de eventos e distrações.

Outra característica da economia em mutação é sua relação com o Estado, que aos poucos retira-se de cena, deixando de ser o principal gestor do espaço público, apesar de permanecer no comando político. “Dispensando a intervenção do Estado, o Capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente *requalificados*” (Arantes, 1998, p.138).

6.6 Planejamento Estratégico

Fruto dessa nova concepção espacial “pós-moderna”, ou “pós-industrial”, surge o planejamento estratégico²⁷, que tem a conotação de aliar ao papel de planejador o de empreendedor. E tem por objetivo transformar o espaço planejado em atraente e propício aos bons negócios, ou até mesmo competitivo na linha da globalização.

É uma forma de planejamento que busca atrair o capital. E o faz exatamente a partir da espetacularização da diversidade étnica e da cultura do lugar. Desse encontro entre o capital e a “cultura”, emerge o negócio das imagens e o consumo de estilos de vida, do qual o planejador é o intermediário.

Ao contrário de participação social, o planejamento estratégico busca parcerias e, ao contrário de gerar inclusão social, visa desenvolver atividades competitivas. A fisionomia das cidades (ou regiões), é assim definida por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção.

Como fica evidente no atual processo de planejamento da cidade de Itá, por meio da apresentação de um passado recriado, procura-se dar alguma significação à identidade local, de preferência com algum lucro. A auto-imagem da população é valorizada pela transformação de seus aspectos étnicos em mercadoria, e passa a ser medida pelo desempenho dos negócios, numa comercialização institucionalizada, via parcerias.

O esforço das cidades consiste em forjar uma imagem distintiva, criar uma atmosfera de lugar e de tradição, que sirva como atrativo tanto para o capital, como para pessoas “do tipo certo”, isto é, abastadas e influentes (Harvey, 1992 p.266).

²⁷ Termo adotado a partir da Conferência Habitat II, realizada em Istambul, em 1996.

Segundo Lefebvre (1991), o mundo da mercadoria tem sua própria lógica, a do dinheiro e do valor de troca, a qual não se identifica com a lógica urbana. A troca reduz a simultaneidade e o lugar do encontro, próprios da cidade, ao lugar onde se conclui um contrato, reduz ao mercado. A sociedade urbana tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria, o urbano baseia-se no valor de uso. É um outro mundo, o conflito é inevitável.

O planejamento baseado na lógica da mercadoria e que considera a cidade apenas como um lugar de consumo, revela-se em grande parte das propostas para as adaptações urbanas após a formação do lago da Usina de Itá. Ficam à margem as necessidades sociais de grande parcela da população e, neste caso específico, a população rural que perde terras e meios de subsistência e não conta com nenhum respaldo do poder público na reorganização territorial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a reestruturação espacial após a implantação da Usina Hidrelétrica de Itá foi preciso retomar o processo de ocupação das margens do rio Uruguai pelos descendentes de imigrantes alemães e italianos, a constituição de suas pequenas parcelas rurais dedicadas, principalmente, à criação de suínos, o desenvolvimento da agroindústria regional, que à medida que foi incorporando tecnologia ao seu processo produtivo passou a dispensar a mão-de-obra dos pequenos produtores, reforçando a especialização do modelo de integração.

Coincidindo com o conseqüente êxodo rural, iniciou-se a compra de terras e relocação da população na área necessária para a formação do reservatório da Usina, um longo processo, que durou 20 anos, de negociações e conflitos entre os agricultores e o setor elétrico brasileiro.

Com o enchimento do lago, em 2000, delinea-se uma nova dinâmica espacial, que tem se caracterizado pela tendência de urbanização das áreas antes destinadas à produção agrícola, com grande influência do capital imobiliário e do setor terciário da economia, particularmente, as áreas de turismo e lazer, que têm impulsionado um novo uso do solo. O poder público é então pressionado a ampliar a área urbana dos municípios para que se possa dividir e lotear as unidades agrícolas.

Há uma grande expectativa de desenvolvimento econômico baseada nas atividades turísticas. Todos os esforços e investimentos convergem para esse fim, sejam recursos municipais, incentivos estaduais e federais e até mesmo as propostas e projetos da GERASUL.

A atuação do poder público é direcionada pela concepção individualista da propriedade privada e acaba por concentrar investimentos em áreas de interesse do mercado fundiário capitalista, caracterizado por Maricato (1996) como restrito, especulativo e discriminatório.

Apesar das dificuldades enfrentadas por grande parcela da população regional, majoritariamente rural (ainda), em virtude do processo de exclusão e miséria resultante da dinâmica do modelo produtivo da agroindústria e da desestruturação causada pela implantação da Usina, são agora as demandas

turísticas que se colocam como prioridades, em todas as esferas de decisão. Ou melhor, as demandas do capital.

O resultado é uma elitização do espaço, que aprofunda a segregação social. O acesso dos antigos agricultores, ou de seus filhos, aos clubes, associações recreativas, hotéis, restaurantes, casas de campo é pensado apenas como possíveis empregados, para um número restrito dos mais bem preparados.

Em contrapartida, como política estratégica e compensatória para a população local, é criado um aparato de associações simbólicas, num esforço para recuperar valores esquecidos e tradições locais da vida rural, buscando reativar o passado para devolver à população, cada vez mais aviltada em seus direitos básicos, uma identidade imaterial.

Revitaliza-se, então, o “faz-de-conta”, monta-se o cenário de uma sociabilidade fictícia, sem nenhuma prática social que lhe dê conteúdo. As usinetas, moinhos, engenhos, referências étnicas, não passam de uma imagem publicitária, que substitui a venda da força-de-trabalho pela venda de uma identidade forjada. Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalho agrícola torna-se cada vez mais restrito como meio de subsistência – o mundo rural é valorizado.

Promove-se, assim, a inclusão “cultural” dos excluídos social e economicamente.

Na nova paisagem que está sendo materializada às margens do lago, o acesso aos lugares requalificados torna-se uma impossibilidade para os antigos habitantes – os novos excluídos, que, na melhor das hipóteses, terão um lugar para lazer e não mais para a reprodução de suas vidas e, na pior, serão substituídos pela memória de si mesmos.

“O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade” (Santos, 1994 p.126). Entretanto, neste processo a vontade política e as tendências do capital estão firmemente aliadas na produção da nova configuração sócio-espacial.

Esta aliança será, muito provavelmente, repetida nos próximos aproveitamentos hidrelétricos previstos para a bacia do rio Uruguai, agravando ainda mais a problemática social da região.

Na realidade, quando o centro das preocupações é ocupado pelo capital, em simbiose com os interesses das elites locais, sustentado pela informação ideológica e seu apelo às necessidades fabricadas, o resultado é o aprofundamento dos efeitos da exclusão e da segregação social.

Onde se manifesta a prevalência do capital, o homem, em sua essência, sempre acaba por ser considerado um elemento residual, conforme se pode verificar com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itá. Daí decorre uma distorção do sentido da vida, em suas várias dimensões, da valoração dos próprios homens à constituição do espaço geográfico.

Filemo e Báucia, o velho e simpático casal se já não tivesse sido destruído por Fausto, de Goethe, poderia encontrar-se nas terras alagadas pela Usina de Itá e continuaria a representar uma categoria de pessoas que estão no caminho do progresso, do desenvolvimento. Pessoas classificadas, e descartadas, como obsoletas.



FOTO: PAVESI

AGRICULTORES DAS MARGENS DO RIO URUGUAI

Figura 39

Entretanto, seria viável e possível esperar que as novas condições advindas da introdução deste novo objeto geográfico e do subsequente desenvolvimento desencadeado, ao lado da gama de transformações sociais e do montante de recursos financeiros existentes, fossem aglutinados em uma nova composição, numa conjunção, talvez única, de fatores favoráveis a um significativo movimento em direção à redução das fraturas sociais.

Pensa-se, a princípio, nos *royalties* recebidos pela geração de energia, na equipe técnica envolvida no estudo de diversos aspectos da realidade regional, no movimento de mudanças vivenciado pela população – a *psicosfera*, a que Santos (1999) faz referência, favorecendo iniciativas educativas.

Se essas condições fossem potencializadas por diretrizes políticas cuja primazia fosse o homem seria, talvez, possível assentar as bases de um novo espaço e de uma economia mais solidária. Capazes de permitir, para o maior número de pessoas, a satisfação de suas necessidades essenciais, como meio para garantir uma vida humana digna.

Para tanto, a princípio, seria preciso que a vontade fosse contrária às tendências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Rosa Salete. **A produção do espaço urbano de Chapecó**. Florianópolis, 1998. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização**. São Paulo: EDUSP, 1998. 220p.

ASSUMPTÃO, C. E. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996. 237 p.

AUED, Idaeto Mauvezzi. **Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917 - 1929)**. São Paulo, 1995. 319f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Dois dedos de prosa sobre o capital**. Florianópolis: UFSC, 1998. 17p. Mimeografado.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 204 p.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. 48p.

BRITO, Francisco A.; ALTMANN, Rubens. **Agricultura recente e futura**. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.icepa.com.br>>. Acesso em: 17 maio 1999.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 450p.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150p.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **Aventura antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: **Natureza e sociedade de hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1997. p.56-63.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL - ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987 – 2010**. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1987. Relatório. Mimeografado.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL - ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1993 – 2015**. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1994. Relatório. Mimeografado.

_____. **Inserção regional de empreendimentos hidrelétricos**. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1990. Relatório. Mimeografado.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL - ELETROSUL. **A verdade sobre as barragens**. Florianópolis: ELETROSUL, 1984. Mimeografado.

CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL - GERASUL; ECSA. **Plano Diretor do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá**. Florianópolis, 2000. 104p. Versão Preliminar. Mimeografado.

CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL - GERASUL; ITASA. **Itá: memória de uma usina**. Florianópolis: Ed. Expressão Sul, 2000. 175p.

CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1997. 225 p.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 350p.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES S.A. - CNEC. **Bacia hidrográfica do rio Uruguai: estudo de inventário hidroenergético**. Florianópolis: ELETROSUL, 1979. Relatório. Mimeografado.

_____. **UHE Itá - Estudo de locação do eixo: análise das repercussões sócio-econômicas** - Florianópolis: ELETROSUL, 1980. Relatório. Mimeografado.

_____. **UHE Itá - Estudo de viabilidade**. Florianópolis: ELETROSUL, 1981. Relatório. Mimeografado.

_____. **Levantamento e análise da estrutura e desempenho das cooperativas e agroindústrias da área de influência das UHE Itá e Machadinho**. Florianópolis: ELETROSUL, 1986. Relatório. Mimeografado.

_____. **Uso atual das terras da área de influência da UHE Itá**. Florianópolis: ELETROSUL, 1987. Relatório. Mimeografado.

_____. **UHE Itá - Estudo de impacto ambiental**. Florianópolis: ELETROSUL, 1989. 4v.

_____. **UHE Itá - Programa de apoio aos municípios**. Florianópolis: ELETROSUL, 1989b. Relatório. Mimeografado.

_____. **UHE Itá – Avaliação dos impactos na paisagem da área diretamente afetada**. Florianópolis: ELETROSUL, 1989. Relatório. Mimeografado.

_____. **UHE Itá - Relatório de impacto ambiental**. Florianópolis: ELETROSUL, 1990. 102p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Ed. Grifos, 1999. 263p.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 488p.

GOMES, Paulo Cesar da C. Geografia fin-de-siècle: discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. **Explorações Geográficas**, Rio de Janeiro, 1997. p.13-42.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, n. 11-12, p.9-76, 1993.

GOULART, Marilandi (Coord.). **Projeto salvamento arqueológico Uruguai**. Itajaí: UNIVALI; ELETROSUL, 1997. v.1, 126p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1992. 349p.

HOFFMANN, R & KASSOUF, A. L. Modernização e desigualdade na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n.43 p. 273-303, abr./jun. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário, 1985

_____ Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1995/96.

_____ Censo Demográfico de Santa Catarina, 1980.

_____ Censo Demográfico de Santa Catarina, 1991.

_____ Contagem Populacional, 1996.

_____ Censo 2000 - Sinopse Preliminar.

INSTITUTO CATARINENSE DE ESTUDOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS - ICESPE. **Pesquisa socioeconômica da população remanejada da UHE Itá**. Florianópolis: GERASUL, 1999. Relatório. Mimeografado.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CEPA. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense: aspectos recentes**. Florianópolis, 1999. Versão Preliminar. Mimeografado.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994. Versão preliminar. Mimeografado.

ITÁ. Prefeitura Municipal. **Plano físico territorial urbano da área turística do lago da Usina Hidrelétrica de Itá**. Itá, 2001. Anteprojeto de Lei Complementar. Versão Preliminar.

LACORTE, Ana Castro; BARBOSA, Nair P. Contradições e limites dos métodos de avaliação de impactos em grandes projetos: uma contribuição para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1995, Brasília. **Anais ...** Brasília: ANPUR, 1996. p.252-262.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971. 200p.

LEFEBVRE, Henry. Notas sobre a cidade nova. In: **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p.137-148.

_____. **Proposiciones para un nuevo urbanismo**. In: **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1974. p.173-184.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 145 p.

LEITE, Antonio Dias. **A reforma na energia - Brasil, década de 90**. Rio de Janeiro: UFRJ Instituto de Economia, 1998.18p. Mimeografado.

LENCIONI, Sandra . Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. **Revista do Departamento da FFLCH da USP**, São Paulo, n. 4, p 41-51, 1985.

LIMA, José Luiz. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80**, Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995. 190p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 146p.

MAGALHÃES, Reginaldo. **Mapa do desenvolvimento rural na região Sul**. Florianópolis: DESER, 1997. Relatório. Mimeografado.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: igualdade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996. 104p.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista** 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999 (a). 151p.

_____. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999 (b). p.25-48. (Os Pensadores).

_____. **O capital: crítica da economia política**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (c). v. 1 e 2.

MATTEI, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. idéias e ações. Florianópolis: **CEPAGRO**, n. 4, p.16 – 28, 1998.

MELO NETO, João Cabral de. **Poesias completas**, 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio ,1986. p.26.

MELO, Marcus André B. C. de . **A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil**. Recife: UFPE, 1994. 13p. Mimeografado.

MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência da questão agrária no Brasil **Terra Livre**, São Paulo: Ed. Marco Zero, n. 6, p. 19-63, 1989.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995. 412p.

NÓR, Soraya. **Cidade, cidadania e meio ambiente**. Florianópolis, 1998. 91f. Monografia (Especialização em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo: Ed. USP, v. 3, n.7, p. 87-103, 1989.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 184p.

PEITER, Paulo Cesar. **O desenvolvimento da redes elétricas de transmissão no Brasil: dos sistemas locais aos sistemas interligados regionais**. Rio de Janeiro, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso: ações e dilemas nas localidades de Itá frente a uma hidrelétrica**. Florianópolis, 1993. 136 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Curso de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

PIMENTA, Luís Fugazzola. **Configuração espacial e estruturas produtivas no oeste catarinense**. Rio de Janeiro, 1984. 89f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Cidades pioneiras: identidade e modernização no oeste de Santa Catarina. In: do SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, IV, Rio de Janeiro, 1996. **Anais...** Rio de Janeiro: URFJ/PROURB, 1996. p.285-292.

_____. **Região e globalização: mudanças recentes na industrialização e nos espaços regionais e urbanos de Santa Catarina**. Florianópolis, 1999. 13p. Mimeografado.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **A estrutura espacial da microrregião colonial do rio do Peixe**. Rio de Janeiro, 1984. 143f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. **Flexibilidade produtiva e vida urbana no sul catarinense**. Florianópolis, 1999. 13p. Mimeografado.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. Globalização e a pequena produção integrada. **Revista GEOSUL**, Florianópolis: Ed. UFSC, n. 21/22, v.11, p. 92-105, 1996.

RECHBERGER, Norbert. The Lambach project: an example of social project management. **Hydropower & Dams**, Bélgica, n.5, p.33-36, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL. I ENCONTRO PARA ANÁLISE DE DIAGNÓSTICOS DA AGOINDÚSTRIA CATARINENSE. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, jan. 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL. III ENCONTRO PARA ANÁLISE DE DIAGNÓSTICOS DA AGOINDÚSTRIA CATARINENSE. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, mar.1997.

- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980. 236p.
- _____ **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- _____ O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**, São Paulo: Ed. USP, n. 4, p.15-20, 1985(b).
- _____ **Pensando o espaço do homem**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 64p.
- _____ **A urbanização brasileira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.
- _____ **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.
- _____ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- _____ **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 174p.
- SANTOS, Silvio Coelho & HENRIQUES, Karyn. **As hidrelétricas e o processo de privatização no cenário brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 1997. 10p. Mimeografado.
- SANTOS, Silvio Coelho (Coord.). **Estudo etnográfico da Usina Hidrelétrica de Machadinho**. Florianópolis: UFSC/FAPEU/NEPI, 1998. Relatório. Mimeografado.
- SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205p.
- SCOTT, Allen J. & STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. Rio de Janeiro: **Espaço e Debates**, n.25, p.31-43, 1988.
- SERRA, Maria Teresa Fernandes. O planejamento ambiental e social no setor elétrico brasileiro. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 16, p.64-73, 1989.
- SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora de lugar**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 128p.
- SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.) **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993. 245p.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- TEIXEIRA, Márcio Antonio; LAGES, Vinicius Nobre. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo: UNESP, v. 14, p. 9-33, 1997.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 31-50, 1998.

VAINER, Carlos B. **Grandes projetos e organização territorial: os avantes do planejamento nacional**. Rio de Janeiro, 1990, p. 179-211.

VAINER, Carlos B. e ARAUJO, Frederico Guilherme B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 85p.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. p.45-98.

VOTTO, Aldo G. **Zoneamento da poluição hídrica causada por dejetos suínos no extremo oeste de Santa Catarina**. Florianópolis, 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

Anexo 2 – PACTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

Anexo 3 – PLANO DIRETOR DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ , Elaborado pela GERASUL/ECSA (Parcial)

Anexo 4 – PLANO FÍSICO TERRITORIAL URBANO DA ÁREA TURÍSTICA DO LAGO, Elaborado pela Prefeitura Municipal de Itá (Parcial)

Anexo 5 – LEI FEDERAL n. 7.990 de 28/12/89 e DECRETO de 11/01/91, que regulamentam a COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Anexo 6 – CORRESPONDÊNCIA DE ALTO BELA VISTA

Anexo 7 – LOTES DOADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ

Anexo 8 – NOTÍCIAS DA IMPRENSA SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

Anexo 1 – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

(Disponível em: <<http://terravista.pt/3032/mab.html>>. Acesso em: 05/07/01)

MAB **(Movimento dos Atingidos por Barragens)**

O QUE É O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB

É um movimento popular, autônomo, que visa reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens e obras projetadas, para defesa de seus direitos, sem fronteiras de países, cor, sexo, religião ou opção partidária.

O MAB representa os interesses dos atingidos frente as empresas, autoridades, Estado e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidas na questão. Somos contra os planos que impõe a a construção de grandes barragens como solução para geração de energia, bem como defender a busca de alternativas para a questão energética.

O MAB entende que a luta dos atingidos é parte da luta geral dos oprimidos, se integrando na luta sindical, urbana, indígena, ecológica, do Movimento dos Sem Terras e das Mulheres Trabalhadoras do Campo e com as entidades comprometidas com as mesmas causas.

14 DE MARÇO **DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA AS BARRAGENS**

Atingidos por Barragens de todo o país comemoram no dia 14 de março o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pela Água, pelos Rios e pela Vida. Nas diversas regiões do Brasil a população está sendo desassistida pelo Setor Elétrico. Isso faz com que a população pressione os governos para formular uma nova política energética que contemple a participação das populações locais na discussão e discussão antes de implementarem qualquer projeto. Neste dia ações e lutas estão ocorrendo em outros países também com populações atingidas por Barragens.

LUTAS

O MAB está completando 20 anos de organização e luta na defesa da população atingida.

Nestes vinte anos de luta e organização do MAB tudo o que foi conquistado foi através da luta. Acampamentos, grandes assembléias, reuniões, ocupações de sedes de empresas (Eletrosul/Gerasul e Maesa), ocupação de canteiro de obras, de áreas de terra (Catuípe) entre outros feitos.

Mas, de todas as lutas, mobilizações, se não foi conseguido 100% das reivindicações, foi conseguido boa parte, mas foi a maneira encontrada para conseguir que os direitos fossem cumpridos, se não todos nem que seja apenas uma pequena parte, já é um bom começo.

O MAB entende que é necessário ampliar as lutas na busca de

outros direitos para a garantia que nossos filhos e netos tenham uma vida digna no futuro.

Por tudo isto é necessário lutar não somente pelo direito como atingidos por barragens, mas também por tudo aquilo que torna a nossa vida melhor e mais feliz, e somente seremos felizes quando o BRASIL deixar de ser administrado por pessoas com interesses próprios e passar a ser governado por todo o povo brasileiro e que defendam o interesse geral. PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DA LUTA POR UM BRASIL MELHOR. Como diz a letra da música:

**NÃO PODEMOS SE ENTREGAR PARA OS HOMENS,
POIS SÓ TÁ VIVO QUEM LUTA E QUEM PELEIA.**

METODOLOGIA DE TRABALHO

O MAB entende que o atingido deve ser sempre o sujeito de sua luta, de organização, da sua formação e da construção de sua história.

A história do movimento tem demonstrado que as conquistas dos trabalhadores atingidos são garantidas a partir das lutas e do fortalecimento da organização de base.

O Movimento contrapõe-se ao sistema capitalista neoliberal que é concentrador e excludente.

O MAB não é uma organização isolada, articulando a luta específica dos atingidos com a luta geral dos trabalhadores na direção da construção de um projeto popular para o Brasil.

Por último, entende que além da necessidade de estudar para conhecer a realidade do nosso povo e a sua história é necessário que os atingidos e os demais trabalhadores façam lutas de massa buscando conquistar todos os direitos básicos como a terra, a saúde, a educação, a moradia, a alimentação, o trabalho, o ...

O MAB EM NOSSA COMUNIDADE

Nossa comunidade não conhecia o MAB e nem o trabalho que realizava, até que nos vimos em meio aos problemas que todas as comunidades enfrentam quando são atingidas pela construção de uma barragem.

Com o projeto de construção de uma barragem (Fóz de Chapecó) onde nossa comunidade é atingida levou-nos a "pensar" um pouco mais no assunto, porém, não tínhamos onde buscar informações e nem nos interessamos muito ao assunto.

O MAB foi até nossa comunidade, fez uma reunião, expôs os seus projetos, formas de trabalho, de organização, sobrevivência, etc... e, principalmente, "abriu-nos os olhos" referente a construção de barragens.

Alguns dias antes da vinda do MAB houve uma reunião com representantes e responsáveis pelos estudos de viabilidade da barragem onde foi-nos postos as vantagens da construção da barragem, seus benefícios para o município e para os moradores atingidos, que cada atingido ganharia "muito bem" pelo que é seu e que ninguém sairia mal.

Bem que tem gente que para ficar pior do que está é meio difícil, pois, hoje ser agricultor não é fácil e ser um pequeno agricultor e sem apoio do governo é pior ainda.

A reunião com o MAB mostrou-nos outra realidade (o que foi confirmado com visita a outras localidades atingidas - Itá- SC, Machadinho - RS).

- Muitos dos atingidos não são indenizados corretamente;
- A maioria dos indenizados saem da agricultura e vão para a cidade e como não possuem formação profissional em pouco tempo estão piores do que na agricultura;
- Os moradores que ficam (os que não são diretamente atingidos) ficam sem os parentes, amigos (de uma vida), muitas vezes sem mercado, telefone, carro de socorro (só alguns agricultores possuem carro e o mesmo serve de carro de socorro);
- Destruição da sociedade e da cultura local;
- Desequilíbrio ecológico, cultural, social, etc.

Muitos outros fatores expostos também nos levaram a analisar com mais atenção o assunto referente a barragem

**Anexo 2 – PACTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA USINA
HIDRELÉTRICA DE ITÁ**

- PACTO TERRITORIAL -

DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO FORMADO PELA BARRAGEM ITÁ

Aos 30 dias do mês de maio do ano 2000, reunidos em ato público, na Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, sob o testemunho de gauchos e catarinenses, nós, prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores dos municípios de Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Perituba, Ipira e Piratuba no Estado de Santa Catarina e Aratiba, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos e Mariano Moro no Estado do Rio Grande do Sul, todos lindeiros ao lago formado pela Barragem Itá, por entendermos que o desenvolvimento sustentável exige o estabelecimento de um acordo institucional/administrativo entre os municípios que compõem essa região, firmamos este pacto territorial, que fica assim estabelecido:

1. Fica instituído, através deste documento, o Plenário Regional do Lago de Itá, constituído pelos prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores dos municípios signatários deste Pacto.
2. Todos os municípios da Região do Lago da Barragem Itá terão uma legislação padronizada de uso e ocupação do solo - incluindo plano físico-territorial, lei do parcelamento do solo, código de edificações e código de posturas - na faixa de 5.000 metros da margem do Lago.
3. Todos os municípios se comprometem a atualizar e uniformizar sua legislação de uso e ocupação do solo - faixa de 5.000 metros da margem do Lago - no prazo e forma estabelecidos de comum acordo através do Plenário Regional do Lago da Barragem Itá.
4. Uma vez estabelecida e institucionalizada, em todos os municípios da Região do Lago de Itá, a legislação padrão do uso e ocupação do solo da faixa dos 5.000 metros nenhum município poderá fazer alteração nestes instrumentos legais que não se faça em todos os demais.
5. Todos os municípios lindeiros ao Lago da Barragem Itá se comprometem a zelar e legislar de maneira única pela manutenção da qualidade das águas e da vida aquática do Lago e seus afluentes, evitando o mau uso e a pesca predatória.


PACTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO
FORMADO PELA BARRAGEM ITÁ


6. Todos os municípios da Região do Lago Itá estabelecerão uma política tarifária de serviços públicos e incentivos fiscais única.
7. Todos os municípios signatários deste se comprometem com o desenvolvimento da Região de forma integrada e sustentável.

São testemunhas deste Pacto os governadores do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, porque esses governos passam a ser mediadores nas questões referentes a este Pacto.


Erechim, 30 de maio de 2000.



LUIZ ANGELO POLETTI
Prefeito Municipal
ARATIBA


DILETO MIGUEL GUERRA
Presidente da Câmara de Vereadores
ARATIBA

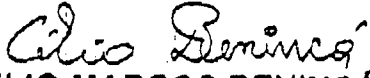

GLADEMIR DA COSTA CONCEIÇÃO
Prefeito Municipal
MARCELINO RAMOS


ADILSON LUIS BARP
Presidente da Câmara de Vereadores
MARCELINO RAMOS

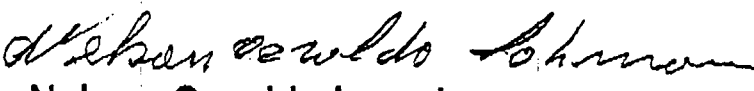

ALTACIR BURIN
Prefeito Municipal
MARIANO MORO


MAURI SPERANDIO
Presidente da Câmara de Vereadores
MARIANO MORO

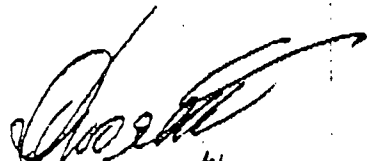

VALMOR LUIS FERRARI
Prefeito Municipal
SEVERIANO DE ALMEIDA


CÉLIO MARCOS BENINCÁ
Presidente da Câmara de Vereadores
SEVERIANO DE ALMEIDA

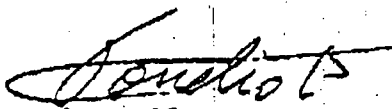

Milton Vitor Rosset
Prefeito Municipal
Alto Bela Vista


Nelson Osvaldo Lomahann
Presidente da Câmara de Vereadores
Alto Bela Vista

**PACTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO
FORMADO PELA BARRAGEM ITÁ**



David Moreno
Prefeito Municipal
Arabutã



Ivan Kopper
Presidente da Câmara de Vereadores
Arabutã



Leni Maria Perotti Suzin Marini
Prefeito Municipal
Concórdia



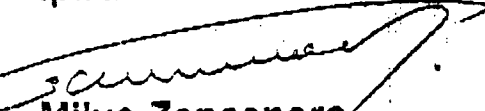
Nelson Polese
Presidente da Câmara de Vereadores
Concórdia



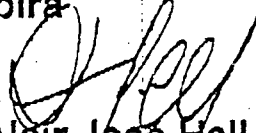
Valdir Griebeler
Prefeito Municipal
Ipirá



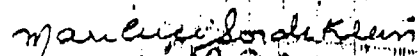
Arlete Terezinha Huf
Presidente da Câmara de Vereadores
Ipirá



Milvo Zancanaro
Prefeito Municipal
Itá



Alcir José Hall
Presidente da Câmara de Vereadores
Itá



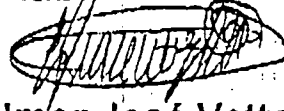
Gilberto Dallegrève
Prefeito Municipal
Peritiba



Adolfo Petter
Presidente da Câmara de Vereadores
Peritiba

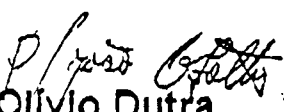


Augusto Alexandre Buselatto
Prefeito Municipal
Piratuba

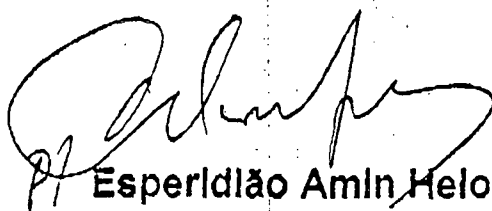


Valmor José Vettori
Presidente da Câmara de Vereadores
Piratuba

Testemunhas:



Olívio Dutra
Governador
Estado do Rio Grande do Sul



Esperidião Amin Helou Filho
Governador
Estado de Santa Catarina

USINA

Itá terá plano diretor para 11 municípios

Cidades vão ter uma legislação padrão para ocupar solo nas margens do rio

ITÁ

Os 11 municípios (sete catarinenses e quatro gaúchos) que fazem limite com o Lago Itá estão preocupados com o desenvolvimento sustentável e o aproveitamento racional deste importante filão turístico e ambiental.

Por isso, assinaram recentemente um pacto territorial e ambiental com abrangência institucional e administrativa.

De acordo com o pacto, todos os municípios da região do lago - Itá, Arubatã, Concórdia, Alto Bela Vista, Peritiba, Ibira e Piratuba (em Santa Catarina), e Aratiba, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos e Mariano Mouro (no Rio Grande do Sul) terão uma legislação padronizada de uso e ocupação do solo na faixa de 5 mil metros de margem do lago, que tem área de 141 quilômetros quadrados - equivalente a quase um terço do tamanho da Ilha de Santa Catarina.

“É como se fosse um plano diretor para a região”, explica o secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Antônio Ceron. “Sabemos que há muito uso irregular de terrenos perto do Lago Itá e isso tem que ser evitado, senão qualquer um faz o que quiser”.

Pelo pacto, os municípios se comprometem também a atualizar e uniformizar sua legislação de uso e ocupação do solo.

Nenhum deles poderá fazer alteração nesta legislação, sem que se faça em todos os demais. Além de estabelecer uma política tarifária única de serviços públicos e incentivos fiscais, todos os municípios se comprometem a zelar e legislar de maneira única pela manutenção da qualidade das águas e da vida aquática do lago e seus afluentes.

**Anexo 3 – PLANO DIRETOR DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA
DE ITÁ - Elaborado pela GERASUL/ECSA (Parcial)**

PLANO DIRETOR DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

GERASUL/ECSA

Objetivos Específicos:

- *A manutenção e/ou incremento das atividades produtivas no campo;*
- *A reorganização do espaço atingido pelo reservatório;*
- *A preservação da memória e da cultura regionais;*
- *Estabelecimento de zoneamento ambiental do uso do solo nos entornos do reservatório;*
- *Estabelecimento de diretrizes para o uso múltiplo do reservatório e do seu entorno;*

Projetos Públicos e Privados:

Nos projetos públicos admitir-se-á a ocupação de até 1/3 da borda do lago frontal às suas propriedades, em toda a largura da faixa, não podendo ultrapassar 200 metros contínuos. Como medida compensatória o requerente deverá recompor com vegetação, o dobro da área ocupada pelo projeto, cuja localização dar-se-á preferencialmente no seu entorno.

Nos projetos privados admitir-se-á a ocupação de até 1/6 da borda do lago frontal às suas propriedades, em toda a largura da faixa, não podendo ultrapassar 100 metros contínuos. Como medida compensatória o requerente deverá recompor com vegetação, cinco vezes a área ocupada pelo projeto, cuja localização dar-se-á preferencialmente no seu entorno.

Para efeito de cálculo da área de ocupação do projeto, serão consideradas as áreas destinadas às edificações, as áreas destinadas ao ajardinamento e as áreas de infra-estrutura, incluindo-se nestas últimas os acessos ao reservatório.

Praia Artificial

Trata-se de ocupação de parte da orla. É delimitada por um muro de alvenaria ou de concreto, com altura de 0,60m (sessenta centímetros) onde o solo deverá ser compactado e sobre ele espalhada uma camada de concreto e, sobre essa, uma camada de areia. O referido muro tem a finalidade de conter a areia e delimitar a extensão da praia.

Critérios para implantação: Deverá destinar-se exclusivamente ao atendimento das atividades de recreação e lazer.

Dimensões: Variável com no máximo 200m. (duzentos metros) de comprimento, quando públicas, e 80 m. (oitenta metros) quando em projetos particulares.

Sugestões para os Planos Diretores Municipais.

Porcentagem de Áreas Urbanizáveis por Município:

Nos municípios que já têm perímetro urbano junto ao lago: Máximo de 20% do perímetro total (a não ser que o município já possua taxa superior a esse valor).

Demais Municípios: Máximo de 10% do perímetro total

Formas de Parcelamento de Áreas:

Loteamentos: Regidos pela Lei Federal 6766 e pelas Leis Estaduais e Municipais de Parcelamento do Solo.

Sítios de Recreio: Condomínios por unidades autônomas

Tamanhos de Lotes e Respectivos Índices Urbanísticos¹

Em Zona Urbana:

área mínima: 1000 m²

testada mínima: 20 m.

taxa de ocupação: máximo de 20%

índice de aproveitamento: máximo 0,4

número de pavimentos: máximo 2

número de unidades por lote: máximo 2

afastamento frontal: mínimo de 10m

afastamentos laterais: mínimo de 5m

taxa de impermeabilização: máximo de 35%

Em Zona Rural:

área mínima: 5.000 m²

testada mínima: 50 m.

demais índices: iguais aos dos lotes urbanos

Criação de Distritos ou Projetos Turísticos

Para a manutenção dos corredores ecológicos, os novos Projetos ou Distritos Turísticos deverão respeitar a distância de 5.000m daqueles já existentes na mesma margem.

¹ O índice de aproveitamento indica o máximo de metragem construída permitido. É o quociente entre a somatória da área construída e a área do terreno. Assim, num terreno de 1000m², com índice de 0,4 é possível construir até 400m².

A taxa de ocupação indica a área máxima do terreno que pode ser ocupada, é a relação percentual entre a projeção horizontal da área construída e a área do terreno. Num terreno de 1000m² e taxa de 20%, a área de projeção da construção não pode ser maior que 200m².

Usos Permitidos:

Deverão caso a caso, conforme as características do lugar, ser verificadas as possibilidades de implantação dos seguintes usos:

*camping;
hotéis e pousadas;
parques esportivos e aquáticos;
clubes;
equipamentos culturais;
residências unifamiliares;
residências multifamiliares;
indústrias não poluentes de pequeno e médio porte;
comércio varejista de pequeno porte;
estabelecimentos de ensino;
centros de artesanato;
templos e grutas;
ciclovias.;
e outros compatíveis com as áreas em questão.*

Sistema Viário

Para facilitar a manutenção da Faixa Ciliar e evitar seu uso pelos ocupantes das áreas lindeiras, todos os projetos que forem implantados nestas áreas, deverão prever uma via junto ao limite da faixa, com largura total de 4m, para ciclovia e passeio de pedestres.

Áreas de Uso Público

Todo loteamento deverá prever um espaço de uso público com livre acesso na proporção estabelecida na legislação vigente.

Em caso de Condomínios por Unidades Autônomas, além da área de uso comunitário, dos próprios condôminos, deverá ser prevista uma área de uso público com livre acesso.

Acessos ao Lago

Nos parcelamentos de áreas lindeiras ao reservatório, o acesso à borda para fins de lazer poderá ter no máximo 100m de extensão.

Em caso de áreas públicas de lazer, onde esteja prevista a implantação de praias artificiais, esta extensão passará para no máximo 200m.

Estas intervenções deverão ser aprovadas pela GERASUL e serão exigidas compensações (p. ex.: reflorestamento) a serem definidas no Plano Diretor do Reservatório.

Anexo 4 – PLANO FÍSICO TERRITORIAL URBANO DA ÁREA TURÍSTICA DO LAGO
Elaborado pela Prefeitura Municipal de Itá (Parcial)

PLANO FÍSICO TERRITORIAL URBANO DA ÁREA TURÍSTICA DO LAGO:

Prefeitura Municipal de Itá

Objetivos Gerais:

Garantir o desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais concretas e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da área turística do Lago. E, recuperar a cultura da atividade econômica dos pioneiros.

São projetos de sua política da estruturação urbana:

- *Implantar a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo para a área turística do Lago, baseada na preservação da qualidade da água do Lago e da paisagem;*
- *Implantar espaços de lazer comunitários, especialmente nas áreas definidas como Zonas de Restrições Físico Naturais;*
- *Criar mecanismos legais e urbanísticos que impeçam a descaracterização das áreas reservadas para o lazer dentro dos loteamentos aprovados;*
- *Elaborar projetos especiais para resgate da história e cultura dos pioneiros;*
- *Criar incentivos para a implantação de vilas habitacionais com caracterização das etnias que colonizaram a região;*
- *Elaborar projetos especiais para a recuperação das belezas naturais degradadas.*

A política de circulação para a área turística do Lago observará as seguintes diretrizes:

- *Prever a distribuição de atividades e equipamentos de forma a garantir a mínima necessidade de deslocamento motorizado;*
- *Reservar área para o acesso as margens do Lago, inclusive para facilitar a prática de esportes náuticos.*

São projetos prioritários da política de circulação:

- *Implantar toda a Beira Lago, iniciando-se pela área da cidade velha, prosseguindo-se em etapas a serem definidas pela administração municipal;*
- *Executar a via Beira Lago com pavimentação e sinalização diferenciada de modo a caracteriza-la como via de atração turística;*

A gestão urbana do Município de Itá apresenta-se como agente:

- *Indutor, catalisador e mobilizador da ação cooperativa e integrada dos diversos agentes econômicos e sociais atuantes no Município;*
- *Articulador e coordenador, em assuntos de sua alçada, da ação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;*
- *Fomentador do desenvolvimento das atividades fundamentais do Município, principalmente da área turística;*
- *Coordenador da formulação de projetos de desenvolvimento da área turística.*

Cria-se o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Turístico, com as seguintes atribuições:

- *Monitorar a implementação das normas contidas nesta Legislação, sugerindo modificações em seus dispositivos;*
- *Colaborar na orientação a Comunidade contra atos particulares, individualizados ou de grupos que venham contra os interesses do uso e ocupação da área turística do Lago.*

Categorias de Uso do Solo

Residencial permanente (edificações isoladas, edificações de apartamentos, condomínios horizontais)

Residencial transitório (hotéis, pousadas, albergues)

Prestação de serviços leves (escritórios, clínicas, bancos, vídeo locadoras, academias, cursos de especialização)

Prestação de serviços pesados (borracharias, transportadoras)

Comércio varejista e vicinal (bares, sorveterias, centro comercial, supermercados, lojas em geral, confeitarias, lanchonetes, restaurantes, postos de serviços e abastecimento de combustível para veículos de passeio)

Comércio atacado (armazéns gerais, depósitos para materiais de construção e ferragens, depósitos, postos de serviços e abastecimento de combustível para veículos em geral)

Recreacional 1 (parques de diversões, ginásio esportivos, circos)

Recreacional 2 (camping, associação de funcionários, clube de campo)

Saúde 1 (estância para repouso, asilos)

Saúde 2 (casa de saúde, posto assistencial)

Educacional (escolas, bibliotecas, faculdade, universidade, pré-vestibulares)

Uso agropecuário e veterinário 1 (clínicas veterinárias e agropecuárias)

Uso agropecuário e veterinário 2 (criação de animais para comercialização)

Usos especiais (horto, chácaras, piscicultura)

Requisitos Urbanísticos para a Ocupação do Solo

Zona 1:

área mínima: 200m²

testada mínima: 10 m.

taxa de ocupação: máximo de 50%

índice de aproveitamento: máximo 0,8

número de pavimentos: máximo 2

Zona 2:

área mínima: 800m²

testada mínima: 15 m.

taxa de ocupação: máximo de 40%

índice de aproveitamento: máximo 1.5
número de pavimentos: máximo 4

Zona 3:

área mínima: 1000m²
testada mínima: 15 m.
taxa de ocupação: máximo de 30%
índice de aproveitamento: máximo 0.9
número de pavimentos: máximo 3

Zona 4:

área mínima: 2000m²
testada mínima: 20m.
taxa de ocupação: máximo de 50%
índice de aproveitamento: máximo 1.0
número de pavimentos: máximo 43

Zona 5:

área mínima: 2000 m²
testada mínima: 15 m.
taxa de ocupação: máximo de 20%
índice de aproveitamento: máximo 0,4
número de pavimentos: máximo 2

A lei de zoneamento, estabelece que:

- Os equipamentos especiais de turismo, considerados como sendo os que têm um lastro histórico e/ou natural com a região, terão preferência de instalação;
- Os equipamentos especiais de turismo de que trata o artigo anterior, estão agrupados em:
 - Equipamentos com atrativos científicos e técnicos; horto florestal, zoológico, jardim botânico, aquários, viveiros e fazenda modelo.
 - Equipamento com atrativos de produção natural: piscicultura e apicultura;
 - Equipamentos com atrativos culturais: unidade central de gastronomia típica; mercado popular de produtos artesanais; museu resgate de processos de produção (moinho de milho, alambique, olaria, serraria, ferraria, carpintaria, atafona, e outros)

Anexo 5 – LEI FEDERAL n. 7.990 de 28/12/89 e DECRETO de 11/01/91, que regulamentam a COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

(Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Leis/L7990.htm>>. Acesso em: 19 /01/01)



Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989. -

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

Republicada em 18.1.1990

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º A compensação pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios. (Revogado pela Lei

nº
9.648, de 27.5.98)

§ 1º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

§ 2º (Vetado).

Art. 3º O valor da compensação financeira corresponderá a um fator percentual do valor da energia constante da fatura, excluídos os tributos e empréstimos compulsórios.

§ 1º A energia de hidrelétrica, de uso privativo de produtor, quando aproveitada para uso externo de serviço público, também será gravada com a aplicação de um fator de 6% (seis por cento) do valor da energia elétrica correspondente ao faturamento calculado nas mesmas condições e preços do concessionário do serviço público local.

§ 2º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, fixar, mensalmente, com base nas tarifas de suprimento vigentes, uma tarifa atualizada de referência, para efeito de aplicação das compensações financeiras, de maneira uniforme e equalizada, sobre toda a hidreletricidade produzida no País.

Art. 4º É isenta do pagamento de compensação financeira a energia elétrica:

I - produzida pelas instalações geradoras com capacidade nominal igual ou inferior a 10.000 kW (dez mil quilowatts);

II - gerada e consumida para uso privativo de produtor (autoprodutor), no montante correspondente ao seu consumo próprio no processo de transformação industrial; quando suas instalações industriais estiverem em outro Estado da Federação, a compensação será devida ao Estado em que se localizarem as instalações de geração hidrelétrica;

III - gerada e consumida para uso privativo de produtor, quando a instalação consumidora se localizar no Município afetado.

Art. 5º Quando o aproveitamento do potencial hidráulico atingir mais de um Estado ou Município, a distribuição dos percentuais referidos nesta Lei será feita proporcionalmente, levando-se em consideração as áreas inundadas e outros parâmetros de interesse público regional ou local.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, elaborará, anualmente, os estudos necessários à operacionalização dos critérios estabelecidos no caput deste artigo.

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

§ 3º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

Art. 7º O art. 27 e seus §§ 4º e 6º, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pelas Leis nºs 3.257, de 2 de setembro de 1957, 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e 7.525, de 22 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, obedecidos os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II - 20% (vinte por cento) aos Municípios produtores;

III - 10% (dez por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural.

.....

§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no caput deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5% (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Territórios e Municípios.

.....

§ 6º Os Estados, Territórios e Municípios centrais, em cujos lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres se fizer a exploração de petróleo, xisto betuminoso ou gás, farão jus à compensação financeira prevista no caput deste artigo."

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.

(Redação

dada pela Lei

nº

8.001, de 13.3.1990)

Parágrafo único. *Suprimido pela Lei*

nº

8.001, de 13.3.1990

Art. 9º Os Estado transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída pelos arts. 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, mediante observância dos mesmos critérios de distribuição de recursos, estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, na

redação que lhes foi dada pela Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1989; da 168ª Independência e 101ª da República.

JOSÉ SARNEY



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Data Link
11/01/1991 [Referência](#)

DECRETO Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 1991

*Regulamenta o pagamento da
compensação
financeira
instituída
pela Lei
nº
7.990, de 28 de dezembro de 1989, e
dá
outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, bem assim nas Leis nºs 2.004, de 3 de outubro de 1953, 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e 7.525, de 22 de julho de 1986, e suas alterações,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1º O cálculo e a distribuição mensal da compensação financeira decorrente do aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, bem assim dos royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Governo Brasileiro, estabelecidos pelo Tratado de Itaipu, seus anexos e documentos interpretativos subseqüentes, de que tratam as Leis nºs 7.990, de 1989, e 8.001, de 1990, reger-se-ão pelo disposto neste decreto.

CAPÍTULO II

Da Compensação Financeira pela Utilização

de Recursos Hídricos

Art. 2º A compensação financeira devida pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia produzida.

Art. 3º A energia elétrica de origem hídrica de uso privativo de produtor também será gravada com a aplicação de um fator de 6% (seis por cento), nas mesmas condições e preços do concessionário do serviço público local, quando:

I - houver excedentes de energia, e esta for aproveitada para uso externo de serviço público;

II - a instalação consumidora estiver em outro Estado da Federação, hipótese na qual a compensação será devida aos Estados e aos Municípios em que se localizarem as instalações de geração de energia elétrica;

Art. 4º É isenta do pagamento de compensação financeira a energia elétrica:

I - produzida pelas instalações geradoras com capacidade nominal igual ou inferior a 10.000KW (dez mil quilowatts);

II - gerada e consumida para uso privativo de produtor (autoprodutor), no montante correspondente ao seu consumo próprio no processo de transformação industrial, desde que a instalação consumidora esteja no Município onde se localizarem as instalações de energia elétrica.

Art. 5º A compensação financeira de que trata o art. 2º deste decreto será paga, mensalmente, pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, bem assim ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e à Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), nos seguintes percentuais:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) aos Estados;

II - 45% (quarenta e cinco por cento) aos Municípios;

III - 8% (oito por cento) ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE);

IV - 2% (dois por cento) à Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT).

1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas devidas aos Estados e aos Municípios.

2º Quando o aproveitamento do potencial hidráulico atingir mais de um Estado ou Município, a distribuição dos percentuais referidos neste decreto será feita proporcionalmente, levando-se em consideração as áreas inundadas.

3º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios a montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo ao DNAEE efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios.

4º No cálculo da compensação financeira, o DNAEE atribuirá a cada beneficiário um coeficiente de participação, determinado com base nos critérios estabelecidos neste decreto.

Art. 6º A cota destinada ao DNAEE será empregada:

I - 40% (quarenta por cento) na operação e na expansão da rede hidrometeorológica nacional, no estudo de recursos hídricos e na fiscalização dos serviços de eletricidade do País;

II - 35% (trinta e cinco por cento) na instituição, gerenciamento e suporte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

III - 25% (vinte e cinco por cento) em políticas de proteção ambiental, por intermédio do órgão federal competente.

Art. 7º O valor da energia produzida, para efeito de cálculo da compensação financeira, será obtido pelo produto da energia de origem hídrica efetivamente verificada, medida em megawatt-hora,

multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência fixada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), sobre toda a hidreletricidade produzida no País, com base nas tarifas de suprimento dos sistemas interligados, referidos ao barramento da usina.

Parágrafo único. Compete ao DNAEE calcular e atualizar, na mesma periodicidade dos reajustes das tarifas de suprimentos, o valor da energia produzida, conforme critério estabelecido neste artigo.

Art. 8º As frações a que os beneficiários da compensação financeira de uma determinada usina terão direito serão calculadas de acordo com as seguintes fórmulas, conforme o titular do benefício:

I - Estados ou Municípios afetados diretamente pela usina considerada:

$$- VCDF_k = PUK \times VCF$$

$$- VCF = 0,45 \times RU$$

$$- PUK = QU = AK$$

SQ AU

onde:

VCDF_k - é o valor da compensação financeira devida ao Estado ou Município K diretamente afetado pela usina considerada;

PU_k - é a fração da compensação financeira devida pela usina considerada ao Estado ou Município K diretamente afetado pela usina ou seu reservatório, a ser aplicada sobre o valor VCF;

VCF - é a parcela da compensação financeira devida pela usina considerada aos Estados ou Municípios;

RU - é o valor total da compensação financeira devida pela usina considerada;

QU - é a vazão firme da usina considerada, desprezando-se os efeitos de regularização de montante, calculada a partir do período histórico de registro hidrológico da bacia;

SQ - é a soma dos acréscimos de vazão firme propiciados pelos reservatórios a montante da usina considerada, acrescida da vazão firme da usina considerada, desprezando-se os efeitos da regularização de montante;

AK - é a área de Estado ou Município K diretamente afetada pela usina ou seu reservatório, em km², correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim;

AU - é a área total afetada diretamente pela usina ou seu reservatório, em km², correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim.

II - Estados ou Municípios afetados diretamente por reservatório a montante da usina considerada:

$$- VCFM_i = PM_{ij} \times VCF$$

$$- VCF = 0,45 \times RU$$

$$- PM_{ij} = QM_j = A_{ij}$$

SQ SA_j

onde,

VCFM_i - é o valor da compensação financeira devida ao Estado ou Município i diretamente afetado por reservatório j a montante da usina considerada;

PM_{ij} - é a fração da compensação financeira devida pela usina considerada ao Estado ou Município i diretamente afetado pelo reservatório de montante j, a ser aplicado sobre o valor VCF;

VCF - é a parcela da compensação financeira devida pela usina considerada aos Estados ou Municípios;

RU - é o valor total da compensação financeira devida pela usina considerada;

QM_j - é o acréscimo de vazão firme propiciado pelo reservatório j à usina em pauta, considerado como última adição ao sistema gerador composto pela usina e aproveitamentos a montante dela, calculado a partir do período histórico de registro hidrológico da bacia;

SQ - é a soma dos acréscimos de vazão firme propiciados pelos reservatórios a montante da usina considerada, acrescida da vazão firme da usina considerada, desprezando-se os efeitos de regularização de montante;

A_{ij} - é a área diretamente afetada, em Km², pelo reservatório j a montante da usina considerada, no Estado ou Município i, correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de

segurança calculada e desapropriada para tal fim;

SAj - é o somatório das áreas dos Estados ou Municípios afetados, em Km², pelo reservatório j a montante da usina considerada, correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim.

Parágrafo único. O DNAEE elaborará, anualmente, os estudos necessários à operacionalização dos critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 9º A União repassará, mensalmente, respeitados os percentuais fixados no caput do art. 5º deste decreto, e sem prejuízo das parcelas devidas ao DNAEE e à SCT, os royalties devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subseqüentes, da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) ao Estado do Paraná e aos Municípios diretamente afetados pela usina; e

II - 15% (quinze por cento) aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da usina, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

Art. 10. A distribuição dos royalties devidos pela usina de Itaipu será calculada de acordo com as seguintes fórmulas, conforme o titular do benefício:

I - ao Estado do Paraná:

$$- VDE = 0,45 \times 0,85 \times R$$

II - aos Municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu:

$$- VDM = 0,45 \times 0,85 \times R$$

III - ao DNAEE:

$$- VDD = 0,08 \times R$$

- IV à SCT:

$$- VDT = 0,02 \times R$$

V - aos Estados ou Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu:

$$- VDN = 0,45 \times 0,15 \times R$$

onde,

VDE - é o valor devido ao Estado do Paraná;

VDM - é o valor devido aos Municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu;

VDD - é o valor devido ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE);

VDT - é o valor devido à Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT);

VDN - é o valor devido aos Estados ou Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu;

R - é o valor dos royalties devidos pela Itaipu Binacional à União Federal.

1º As frações de VDM a que os Municípios diretamente afetados terão direito serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$VRDi = Ai \times VDM$$

ATI

onde,

VRD - é o valor dos royalties devido ao Município i diretamente afetado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu;

Ai - é a área inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Município i, em Km², correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim;

ATI - é a área total do território brasileiro inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Km², correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim;

VDM - é o valor devido aos Municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.

2º As frações de VDN a que terão direito os Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

- $VRM_{ij} = PM_{ij} \times VDN$

- $PM_{ij} = QM_{ij} \times A_{ij}$

$S_{mi} \text{ AT}_j$

onde,

VRM_{ij} - é o valor dos royalties devidos ao Estado ou Município i afetado pelo reservatório j a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu;

PM_{ij} - é a fração da parcela dos royalties devidos ao Estado ou Município i afetado pelo reservatório j a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a ser aplicado sobre o valor VDN ;

VDN - é o valor devido aos Estados ou Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu;

QM_{ij} - é o acréscimo de vazão firme propiciado pelo reservatório j à geração da Usina Hidrelétrica de Itaipu, considerado como última edição ao sistema gerador, composto pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e aproveitamentos a montante, calculados a partir do período histórico de registro hidrológico da bacia;

SMI - é a soma dos acréscimos de vazão firme propiciados pelos reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu;

A_{ij} - é a área diretamente afetada em Km^2 , pelo reservatório j no Estado ou Município i , correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim;

AT_j - é a área total diretamente afetada, em Km^2 , pelo reservatório j , correspondente à cota máxima operativa normal, acrescida da faixa de segurança calculada e desapropriada para tal fim.

Art. 11. O DNAEE adequará o cálculo global da compensação financeira devida aos Estados e Municípios, diferenciando a energia produzida e o valor dos royalties devidos por Itaipu, de forma a evitar dupla contagem e ressarcimentos que tenham a mesma origem.

Art. 12. O DNAEE adotará providências no sentido de que, na aplicação deste decreto, não sejam afetadas as contas de consumo mensal igual ou inferior a 30Kwh, verificado ou estimado, bem assim não incidam, sobre a compensação financeira, quaisquer tributos ou empréstimos compulsórios.

1º As concessionárias distribuidoras de energia elétrica enviarão, mensalmente, ao DNAEE, cópia do comprovante de recolhimento da compensação financeira, conforme as normas estabelecidas neste decreto e as regras a serem expedidas pelo DNAEE.

2º O DNAEE prestará aos beneficiários da compensação financeira e dos royalties previstos neste decreto as informações por eles solicitadas.

Anexo 6 – CORRESPONDÊNCIA DE ALTO BELA VISTA



Estado de Santa Catarina
GOVERNO MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA

ALTO BELA VISTA, 23 DE OUTUBRO DE 2000.

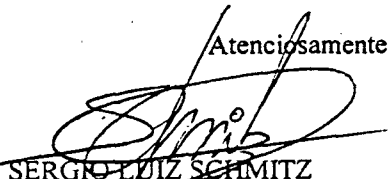
ILMA SR.A
SORAYA NÓR
FLORIANÓPOLIS

Conforme solicitação recebida sobre as transformações sócio-espaciais causadas pela implantação da USINA HIDRELÉTRICA ITÁ, informamos o seguinte:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CHÁCARAS	10
CLUBES	06
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	01
ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS	08

Sem mais para o momento renovamos nosso protesto de estima e consideração

Atenciosamente


SÉRGIO LUIZ SCHMITZ
TÉCNICO E BIÓLOGO
RUA DO COMÉRCIO 937
89.730.000 FONE (49) 4559022
ALTO BELA VISTA - SC.

Anexo 7 – LOTES DOADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ

RELAÇÃO DOS TERRENOS DOADOS DA CIDADE VELHA ÀS INSTITUIÇÕES.

LEI Nº	ENTIDADE	METROS
1448	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	6000 M2
1378	ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES	4000 M2
1379	FEDERAÇÃO CATARINENSE POLICIAIS CIVIS	4000 M2
1380	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE MINISTÉRIO PÚBLICO	4000 M2
1390	ASSOCIAÇÃO REGIONAL TÉCNICOS AGRÍCOLAS	2000 M2
1392	ASSOCIAÇÃO SERVIDORES CIDASC ASCIDASC	4000 M2
1393	ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SANTA CATARINA APCEF/SC	4000 M2
1394	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA AFFESC	4000 M2
1395	ASSOCIAÇÃO ENGENHEIROS ARQUITETOS DE CONCÓRDIA E MICRORREGIÃO	2000 M2
1400	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA COPÉRDIA	2000 M2
1403	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CHAPECÓ AFUPACH	2000 M2
1405	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS EMPREGADOS DO GRUPO KAKAREKO ARKA	2000 M2
1406	ASSOCIAÇÃO DOS GERENTES DO BESC DO OESTE DE SANTA CATARINA AGEOSC	2000 M2
1407	ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL	2000 M2
1408	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CELESC ABECELESC	2000 M2
1410	ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA CELESC APCELESC	4000 M2
1447	Micro Associação dos Despachantes de Trânsito do Alto Uruguai Catarinense - MADAUC	2.000 m2
1.479	Hotel Recanto do Pescador Ltda	1.888m2

Anexo 8 – NOTÍCIAS DA IMPRENSA SOBRE A USINA HIDRELÉRTICA DE ITÁ

• A tensão nos últimos dias

Nasce o gigantesco lago de Itá

Construtora da hidrelétrica fechou as comportas na madrugada, 15 dias antes do previsto, com receio de sabotagem

MARIELISE FERREIRA

VEJA O CRÁFICO

Numa operação secreta, na madrugada de ontem, a empresa Gerasul começou a formar o grande lago no Alto Uruguai, na divisa com Santa Catarina, para abastecer a Usina Hidrelétrica Itá.

O fechamento das comportas, data histórica para a obra de 15 anos, estava marcado para 31 de dezembro, aproveitando o ingresso na era 2000.

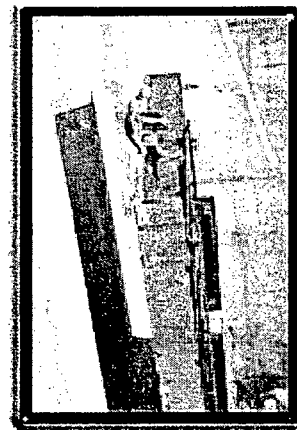
A empresa resolveu antecipar o ato, surpreendendo toda a região, que acordou com a água do Rio Uruguai subindo três metros por hora – até alcançar a altura de 125 metros. A operação, acompanhada de perto por tropas de choque da Polícia Militar de Santa Catarina, representa a última etapa antes da geração de energia, prevista para junho de 2000 – e deflagra uma série de operações para o resgate de animais e a segurança da população.

O fechamento das comportas de dois túneis, impedindo a vazão e fazendo a água subir para formar o lago, estava previsto pela Gerasul para 31 de dezembro. Dois motivos fizeram a empresa mudar de idéia, em silêncio. O primeiro foi o temor de que agricultores atingidos pela obra invadissem o canteiro e atrapalhassem o cronograma. O outro motivo foi técnico.

A vazão do rio, baixa neste mês de pouca chuva, preocupava os engenheiros. A mês em que a primeira turbina entraria em funcionamento, junho de 2000, é considerado inadiável. Com previsão de estiagem para os próximos meses, seria preciso aguardar uma vazão mínima de 1,5 milhão de litros de água por segundo para fechar as comportas. Reunido havia três dias em Itá (SC), o alto comando da Gerasul mantinha vigilância constante sobre a vazão.

Um detalhe impedia o fechamento das comportas. O carregador, uma espécie de válvula, estava sendo instalado dentro de um dos túneis para possibilitar vazão suficiente para manter a vida aquática na parte de baixo do rio. Sem essa válvula, a obra não receberia a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Correndo contra o tempo, os operários terminaram a instalação do carregador na quarta-feira e, no início da mesma noite, o Ibama (com anuência de outras instituições ambientalistas) concedeu a licença. O gigantesco lago de 141 quilômetros quadrados poderia começar a nascer.



Operação: no amanhecer, trabalhadores ajustam comportas de aço de 67 toneladas, que lacram túneis (foto Emerson Souza/ZH)

À 1h de ontem, o rio atingiu 1,2 milhão de litros de vazão por

segundo. O diretor de Implantação de Hidrelétricas, Roberto Doval Quadros, deu a senha.

– Vamos fechar – anunciou.

Era a oportunidade ideal para garantir a vazão do rio a jusante (abaixo da barragem), preservando a vida aquática.

De pronto, 95 pessoas foram mobilizadas. No silêncio da madrugada, três horas depois da senha, dois guindastes com capacidade de 200 toneladas foram acionados. Moveram as seis comportas, tampas de aço de 67 toneladas cada.

Os guindastes foram usados para deslizar as tampas com roldanas até lacrar os túneis. Quando a última comporta desceu, às 6h, operários e diretores se abraçaram, emocionados com o fim de uma etapa que levou 15 anos para ser cumprida.

– Sucesso, sucesso! – berrou o engenheiro Agostinho Dal Moro, envolvido desde as primeiras tratativas, há 18 anos.

A comemoração de Dal Moro sepultou uma angústia. O engenheiro Flávio Lima, da Gerasul, chorou. Sorrindo, o engenheiro Roberto Quadros anunciou:

– Está feito! A pressão da água nas comportas impede qualquer tentativa de desfazer o que foi feito.

O dia 16 de dezembro estava raiando.

● Nasce o gigantesco lago de Itá

A tensão nos últimos dias

A população da cidade catarinense de Itá, inteiramente relocada devido à construção da usina, foi surpreendida na manhã de ontem com o fechamento das comportas.

Na cidade de 10 mil habitantes nem mesmo as autoridades foram comunicadas do fato histórico. O segredo em relação ao fechamento das comportas deve-se ao temor uma nova invasão ao canteiro de obras.

A hidrelétrica tem uma história recheada de episódios conflitantes entre a empresa Gerasul e os agricultores que tiveram suas terras alagadas pela barragem. As negociações, que se iniciaram há 18 anos, foram acompanhadas de invasões, passeatas, assembleias e até seqüestro de técnicos que faziam o levantamento das indenizações.

Em 4 de outubro passado, mais de 700 agricultores liderados pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) invadiram o canteiro de obras da usina e, por cinco dias, impediram a continuidade dos trabalhos no local. A ocupação fora anunciada com antecedência a deputados do Partido dos Trabalhadores. A Brigada Militar, chamada ao local, optou por não permanecer no canteiro de obras, deixando que os próprios ocupantes criassem sua polícia.

Certos de que a obra não contava com a segurança da polícia no lado gaúcho, diretores da Gerasul bloquearam, em outubro, a entrada da obra pela cidade de Aratiba, construindo um fosso de 10 metros de comprimento e três de profundidade. Cercas e toneladas de pedras completaram o bloqueio.

Nos últimos dias, os rumores de que uma nova invasão tentaria impedir o fechamento das comportas redobrou a preocupação dos diretores da Gerasul – que contaram com a boa vontade do governo catarinense.

A PM de Santa Catarina foi acionada. Um efetivo de 30 homens que fazia a segurança de Itá foi reforçado por um Pelotão de Operações Especiais e Batalhões de Choque de Chapecó e Concórdia.

Pontos estratégicos que davam acesso à obra passaram a ser vigiados durante as 24 horas do dia. A maior preocupação da polícia militar era com o coubo, um patamar onde está instalado um mirante e que dá acesso direto ao canteiro de obras da usina.

– Se o coubo fosse invadido o Ibama jamais permitiria o fechamento das comportas – conta um oficial PM, que pede para não ser identificado.

Os cuidados foram redobrados para que a operação Enchimento do Reservatório tivesse total segurança. Batalhões de choque da Polícia Militar acompanharam de perto toda a operação, que aconteceu na madrugada de ontem. Quando os primeiros raios de sol iluminaram o gigante de pedra cravado no leito do rio, quase tudo estava feito.

CONTRAPONTO

O que diz o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB):

Os integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) receberam com indignação a notícia do fechamento antecipado das comportas. Gilberto Romani, integrante do MAB, disse que a atitude da Gerasul foi um desrespeito contra os agricultores atingidos e a população da região. Ontem, a executiva do movimento se reuniu e resolveu convocar uma assembléia com a população atingida para definir novas estratégias de mobilização. Romani avisa que, “se os agricultores se sentirem ofendidos”, tentarão atingir a Gerasul com mobilizações em outras obras da empresa na região, como a Usina Hidrelétrica de Machadinho, também em construção. Para o MAB, o fechamento das comportas em segredo, na madrugada, é sinal de rompimento dos acordos feitos e da promessa de que o lago só seria fechado depois que todas as questões sociais estivessem resolvidas. – Se querem guerra, vão ter guerra – resumiu Romani

- Associação faz protesto contra determinação

USINA HIDRELÉTRICA

Gerasul antecipa data e fecha comportas em Itá

Início da formação do lago para construir barragem na cidade seria no dia 31 de dezembro

CRISTIANO RIGO DALCIN
ITÁ

O reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá começou a ser formado ontem pela manhã com o fechamento de seis comportas dos dois túneis que desviavam as águas do Rio Uruguai para viabilizar a construção da barragem da ensecadeira principal. A operação iniciou às 5h45min e durou cerca de uma hora e 30 minutos para ser completada. O crescimento do nível do lago ainda era quase imperceptível 12 horas após o fechamento das comportas. A vazão do reservatório é de 850 metros cúbicos. Porém, de acordo com a Gerasul, o reservatório deve atingir 30 metros nas primeiras 27 horas após a operação. O volume total do lago, com 141 metros quadrados de área e 103 metros de profundidade, deve ser alcançado em quatro meses (abril), quando acontecem os testes na máquina geradora número 1. Esta unidade passa a gerar energia de 290 megawatts a partir de junho de 2000.

O início da formação do lago estava previsto para ocorrer no dia 31 de dezembro. Na tarde de quarta-feira, os diretores e engenheiros da Gerasul e das empresas formadoras do consórcio responsável pelas obras civis da Usina Hidrelétrica de Itá se reuniram para analisar a situação das obras civis e as condições técnicas com a finalidade de autorizar o início da operação.

As comportas de aço, que pesam cerca de 60 toneladas cada, foram fechadas duas a duas, através de duas máquinas de 200 toneladas compostas de um sistema de roldanas com borrachas para vedação. Uma pequena comporta, chamada de vazão sanitária, continua aberta para evitar o ressecamento do Rio Uruguai, no trecho que se estende após a usina. A comporta será mantida aberta até que as águas do reservatório possam atingir 350 metros acima do nível do mar e escoam pelo vertedouro da barragem principal.

A pequena cidade de Itá, que foi inteiramente relocada devido à construção da usina, foi surpreendida na manhã de ontem com a notícia do fechamento das comportas. O segredo em relação ao fechamento das comportas na usina teve um motivo forte. O temor de uma nova invasão ao canteiro de obras fez com que tudo corresse no mais absoluto sigilo. A usina tem uma história recheada de episódios conflitantes entre a Gerasul e os agricultores que teriam suas terras alagadas pela barragem. As negociações, que começaram há 15 anos, foram palco de invasões, passeatas, assembléias e até seqüestro de técnicos que faziam o levantamento das propriedades a serem atingidas.

DATAS PRINCIPAIS

- **Início da obra:** 1º de março de 1996
- **Desvio do rio:** 24 de setembro de 1997
- **Seção prioritária da barragem até elevação 348 metros:** 30 de abril de 1998
- **Alteamento da barragem até elevação 371 metros:** 31 de dezembro de 1998
- **Fechamento dos túneis 3, 4 e 5:** 31 de agosto de 1999
- **Fechamento dos túneis 3, 4 e 5:** 31 de agosto de 1999
- **Geração da 1ª unidade:** 30/06/2000
- **Geração da 2ª unidade:** 30/09/2000
- **Geração da 3ª unidade:** 31/01/2001
- **Geração da 4ª unidade:** 31/05/2001
- **Geração da 5ª unidade:** 31/09/2001

↳ Gerasul antecipa data e fecha comportas em Itá

Associação faz protesto contra determinação

O fechamento das comportas dos túneis 1 e 2 e o início da formação do reservatório 15 dias antes do previsto surpreendeu a população da região do Alto Uruguai catarinense. O mirante instalado próximo da guarita que dá acesso aos canteiros de obras se tornou o principal ponto de visitação ontem, durante todo o dia. "Uns 200 carros de passeio já vieram aqui", afirmou o comerciante Nilo Brand, 35 anos, que possui uma pequena tenda para venda de lanches. A família Pinkoski veio de Paial, distante 70 quilômetros de Itá, para verificar a formação do lago. Eva Pinkoski, 43 anos, e o filho Eloir, 12, olhavam a Usina Hidrelétrica de Itá pela primeira vez. "A gente escuta falar em barragem, mas não imagina que é tão grande."

Com um olhar no passado estava Albina Schuntz, 86, que foi ao mirante acompanhada da filha Lucila Sartoretto, 47. Albina morou em Itá há 25 anos e admirava a barragem com toda a grandiosidade da obra. "É importante. Dava para imaginar que um dia o homem aproveitaria o Rio Uruguai", contou. "A gente escutou a notícia no hora do chimarrão e corremos para ver", disse Lucila.

Ontem à tarde, a Associação dos Amigos do Rio Uruguai (AARU) entrou com uma representação no Ministério Público para protestar contra o fechamento das comportas fora do prazo previsto. "Isso prejudica o período da piracema (época de reprodução dos peixes)", relatou o presidente da entidade, Valmor Danielli. A AARU teme que a vazão sanitária não consiga abastecer o leito do Rio Uruguai o suficiente para não provocar uma mortandade de peixes. "Já tínhamos enviado um ofício para eles pedindo explicações, mas não tivemos resposta", relatou, Danielli estranha também que o próprio Ibama tenha concedido uma licença de operação, prejudicando uma lei do próprio instituto que proíbe a pesca durante o período da piracema. A época do fenômeno de

reprodução do peixes teve início em 1º de novembro e termina em 31 de janeiro.

Na segunda-feira, a AARU tem uma audiência marcada com o procurador da República em Chapecó, Claudio Dutra Fontella, para tratar do assunto.

- Itá antecipa fechamento de reservatório

Medida adotada pelo consórcio visa obter a licença do Ibama

Concórdia - O Consórcio Itá, formado pela Gerasul, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A., antecipou para ontem o fechamento do reservatório para a formação do lago, inicialmente previsto para 31 de janeiro. De acordo com o diretor de Implantação de Projetos do Consórcio Itá, Roberto Quadros, o fechamento foi adiantado em 16 dias para aproveitar a vazão do rio Uruguai e para atender o Ibama.

O início da formação do lago da hidrelétrica pegou de surpresa até mesmo os moradores da cidade de Itá. O grupo que luta pela preservação das torres da igreja da velha Itá não gostou da atitude do consórcio. "Ainda estamos discutindo as obras para evitar que as torres sejam derrubadas pelas águas", disse o líder do grupo, José Cardoso. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) também desaprovou a antecipação. Ontem surgiram boatos na região de que o consórcio resolveu fechar o reservatório para não correr o risco de invasões pouco antes do início da formação do lago.

A decisão do Consórcio Itá vai pressionar os biólogos envolvidos no resgate de animais e plantas. As equipes da Universidade do Contestado de Concórdia e Universidade Regional Integrada de Erechim (RS) estão trabalhando com o apoio de um helicóptero e quatro lanchas. A expectativa é de que todos os animais e plantas que precisam de proteção sejam retiradas até o final de dezembro.

O reservatório da hidrelétrica demorará seis meses para ser formado. Segundo Roberto Quadros, caso as chuvas sejam superiores à média registrada na região, o lago poderá estar completo antes do prazo previsto. O dirigente do Consórcio Itá considerou normal a mudança de planos. "Como o rio Uruguai apresenta condições ideais de vazão e nós precisamos obter o quanto antes a licença de operação emitida pelo Ibama, decidimos pelo fechamento".

Até maio do ano que vem deve estar completada a primeira fase do enchimento do lago. Em junho entra em funcionamento a primeira turbina da hidrelétrica e as demais a partir do final de 2000. Esse cronograma só não será cumprido caso ocorra uma seca no primeiro semestre do ano. (Jean Carlos de Souza)

Ambientalistas temem um desastre ecológico

Itapiranga - Ecologistas integrantes da Associação dos Amigos do Rio Uruguai de Itapiranga (Aarui) prevêm um desastre ecológico de grande proporção com o fechamento das comportas da barragem de Itá. A entidade trabalha com a hipótese de ocorrer uma nova estiagem no Extremo-oeste do Estado, a exemplo de outros anos, durante o período em que a vazão do rio cairá de um milhão de litros por segundo para cerca de sei mil litros. Os ecologistas temem a mortandade de muitas variedades de peixes, hoje abundantes no rio, e a intensificação da pesca predatória.

O presidente da associação, Hugo Stuelp, diz que com a redução da vazão do rio se formar lagoas onde os peixes ficarão ilhados. Na região do Extremo-oeste, o rio Uruguai já sofria uma redução drástica no seu volume de água durante os períodos de estiagem, permitindo, em alguns trechos, a travessia a pé. "Na eventualidade de uma estiagem no início do ano, será iminente um desastre", acredita Stuelp.

A preocupação da Associação dos Amigos do Rio Uruguai não é só com os peixes, mas também com a qualidade da água consumida pela população. Em Itapiranga e em outros municípios situados à margem do rio não há serviço de Casan e toda a coleta e tratamento da água são municipalizados. Stuelp prevê o risco do grande aumento da carga de poluição do rio pela diminuição da sua velocidade e correnteza. "A população pode ficar sem água", projeta.

Hugo Stuelp diz que uma comitiva da associação já participou por três vezes de reuniões em Itá com os responsáveis pela barragem, mas tudo foi colocado em termos absolutamente técnicos e de difícil assimilação. "Eles mesmos deixaram claro que tínhamos que rezar para chover o suficiente durante o período em que as comportas estiverem fechadas", conta.

O biólogo Neri Antonio Zanferari, da Universidade do Contestado de Concórdia e que coordena os trabalhos de estudo do impacto ambiental da barragem, não acredita em desastre ecológico. "Só se houver uma estiagem muito forte, o que não está previsto", sentencia. Ele diz que o limite de vazão para o rio foi feito com base em avaliação da área de engenharia da barragem. Entretanto, Neri admite que o ecossistema terá muitas modificações com a construção da barragem. "Vamos rezar para que chova", completa. (Edson Fuhrmann)

A NOTÍCIA
17.12.99

JANIO DE FREITAS

Estranho, mas banal

Um negócio ao mesmo tempo estranho, pela anormalidade financeira e jurídica, e banal, pela naturalidade com que essas coisas persistem no Brasil "moderno", foi acertado ontem em torno de uma nova e grande hidrelétrica que custou aos cofres públicos R\$ 1,8 bilhão e produz um vasto lucro privado sem ter havido o correspondente investimento privado.

Primeira a ser feita no rio Uruguai, a hidrelétrica de Itá, com capacidade geradora de 1.300 megawatts, constituiu-se em empreendimento pela associação em que a Eletrosul deteve 38% e nos 62% restantes consorciaram-se a empreiteira Odebrecht (30%), a Companhia Siderúrgica Nacional (30%) e Cimento Itambé (2%). Já a divisão dos recursos financeiros para a obra foi diferente.

A Eletrosul efetivou o seu capital custeando as desapropriações, a realocação da cidade de Itá, a infra-estrutura de núcleos rurais, a construção da vila e parte da obra propriamente dita. Os detentores dos 62% da empresa ficaram de aportar 30% dos recursos.

Nada aportaram de capital próprio. Captaram os recursos nos cofres fartos do BNDES e na Eletrobrás. A parte da Eletrosul, por sua vez, foi vendida para a Gerasul, que, privatizada, se tornou propriedade dos belgas da Tractbel. Um curioso percurso.

Quando a hidrelétrica inicia os preparativos para entrar em operação já em julho, a Odebrecht acerta a venda dos seus 30% aos belgas, que passarão a ter 68%. E, com isso, realiza-se um negócio estupendo, com três componentes:

— A obra de Itá foi executada pela CBPO, do grupo Odebrecht, que faturou os respectivos lucros;

— Com o uso de recursos oficiais, a Odebrecht nada precisou aplicar de capital próprio;

— A venda dos 30% reverte-se em lucro líquido para a Odebrecht, a ser somado ao lucro com a obra.

O fecho da história não é menos modernamente brasileiro: o contrato de exploração da hidrelétrica de Itá não inclui a possibilidade de vender a concessão.

Tourinho inaugura Itá promete mais energia

Ministro anunciou licitações para novas hidrelétricas, incluindo a de Águas de Chapecó

Darci Debona
ITA

O Ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho Neto inaugurou ontem simbolicamente a Usina Hidrelétrica de Itá, ao acionar uma sirene para que cerca de 2 mil metros cúbicos de água por segundo fossem liberados pelo vertedouro da barragem, formando uma nuvem branca. Tourinho afirmou que Itá era uma das 23 obras de geração de energia paralisadas em 1995, das quais 21 foram retomadas, evitando o risco de interrupção no abastecimento.

Ele anunciou ainda novas licitações para aumentar a capacidade nacional de

geração de energia. Somente neste ano foram licitadas 1,1 mil megawatts e até o final de 2001 serão licitados mais 30 projetos totalizando 8,5 mil megawatts. Entre os projetos previstos pelo Programa de Expansão de Geração Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está o aproveitamento hidrelétrico da Foz do Chapecó, no Rio Uruguai, entre o município catarinense de Águas de Chapecó e a cidade gaúcha de Alpestre.

O custo previsto para a obra é de R\$ 1 bilhão e a potência instalada será de 840 megawatts. Comparativamente, Itá custou US\$ 1 bilhão com potência instalada de 1.450 megawatts. Segundo o ministro, o risco de déficit no abastecimen-

to de energia para este ano é zero, e para 2001 e 2002, chega a 5%. No entanto ele assegura que os investimentos que estão sendo feitos garantem um crescimento superior a 5% ao ano na oferta de energia.

O presidente da Gerasul, principal concessionária da hidrelétrica de Itá, Manoel Zaroni Torres, afirmou que a necessidade de crescimento na oferta de energia é de 3 mil megawatts/ano, o que representa 5% do consumo de 60 mil megawatts. "A oferta tem que crescer o equivalente a duas usinas de Itá por ano", destacou Zaroni.

Tourinho ressaltou ainda a necessidade de melhorar as linhas de transmissão de energia entre as regiões do país. Em

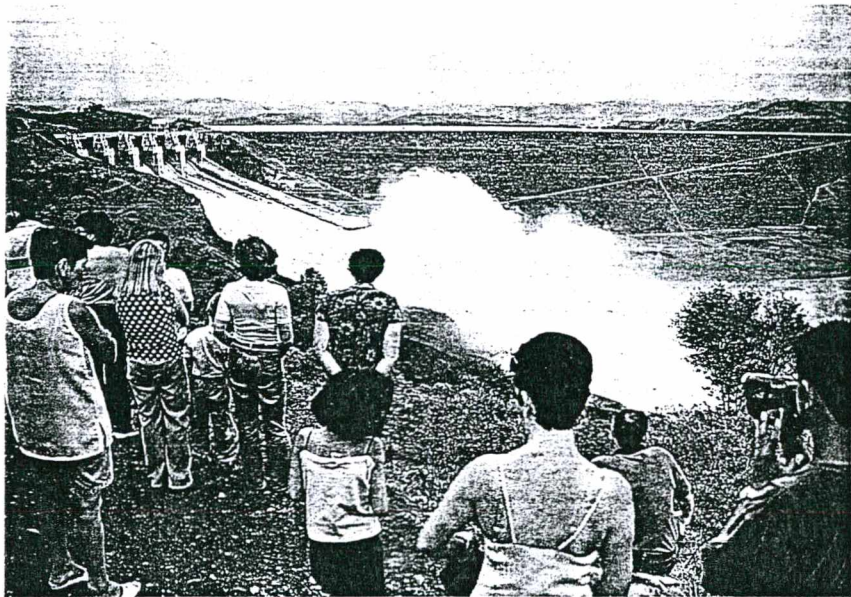
virtude disto, o ministro afirmou que a produção de Itá inicialmente trará um benefício mais local para depois se tornar nacional.

Ele informou que em novembro será feita a licitação de um "linhão" de transmissão de energia Sul-Sudeste, para distribuição de energia conforme a necessidade e disponibilidade de água em cada região. Também será instalada uma terceira linha de Itaipu até São Paulo.

Além disso 11 termelétricas devem entrar em funcionamento já em 2001, utilizando gás boliviano. A criação de um fundo privado para sustentar possíveis oscilações do câmbio está sendo estudada, pois o gás é comprado em dólar e a energia vendida em real.



AÇÃO: Tourinho (2º à direita) acionou botão para Itá funcionar



FOTOS IRINEU DALLA VALLE/DC/ITA

SHOW DAS ÁGUAS: Depois, com as turbinas ligadas, 2 mil metros cúbicos verteram da barragem

Belgas apostam no aumento da demanda nacional

Vários empresários belgas acompanharam a solenidade de inauguração da Usina de Itá, já que a Gerasul, principal acionária da obra, pertence ao grupo belga Tractebel, que atua em mais de 100 países. Entre os presentes estava o presidente da Tractebel, Jean Pierre Hansen, o presidente da subsidiária EGI, Dirk Beuwsaert, e o embaixador belga no Brasil, Jean Michel Veranneman De Waterliet.

Os belgas consideram o Brasil como um país estratégico, pois o consumo de energia per capita ainda é baixo, de 1,5

megawatt/hora. A Tractebel aposta no aumento da demanda nacional com a recuperação econômica do país. Somente no ano passado foram investidos R\$ 300 milhões e para este ano a previsão é de quantia similar.

Atualmente a Gerasul produz 3.799 megawatts e até 2002 o objetivo é chegar a 5,5 mil megawatts. A empresa tem participação na construção de mais três usinas hidrelétricas e quatro termelétricas. Dois destes investimentos são em Santa Catarina: na fronteira com Piratuba, no Oeste do Estado, e Machadinho

(RS) - a Hidrelétrica de Machadinho - e outro Centro Termelétrico em Capivari de Baixo, na região Sul do Estado.

Apesar de já estar inaugurada, a Usina Hidrelétrica de Itá ainda não está concluída. Somente três das cinco turbinas previstas, cada uma com 290 megawatts, estão gerando energia. A quarta turbina deve ser entregue em novembro e, a quinta, em fevereiro de 2001, seis meses antes do previsto no contrato.

Quando Itá estiver concluída vai ter uma capacidade instalada de 1.450 megawatts, sendo uma das sete maiores do

país. A energia atende de 70% a 80% da demanda média de Santa Catarina, sendo suficiente para abastecer uma cidade com 3,5 milhões de habitantes ou, descontando indústrias, 12 milhões de residências. Itá representa 2,5% da produção nacional de energia.

O presidente da Gerasul, Manoel Zaroni Torres, destaca que a energia de Itá vai melhorar a qualidade do abastecimento no Sul, eliminando riscos de blecaute. Atualmente são gerados 780 megawatts, mais do que o previsto no contrato inicial.

Manifestantes enfrentam polícia

Integrantes do MAB forçam barreira mas são controlados pelo esquema de segurança

A Gerasul montou um enorme aparato de segurança para evitar que os cerca de 700 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) prejudicassem a solenidade de inauguração da Usina Hidrelétrica de Itá. O ato inaugural foi realizado dentro do canteiro de obras da usina, com acesso limitado às pessoas convidadas. Somente os veículos da empresa ou autorizados pela segurança podiam entrar no local. Cerca de 200 policiais militares gaúchos e catarinenses, além da Polícia Federal, montaram barreiras para impedir o acesso dos manifestantes à área reservada às autoridades.

Na segunda-feira, os policiais revistaram 16 ônibus que chegaram a Itá lotados de agricultores. Na operação, foram recolhidas facas e espetos para churrasco encontrados em poder dos manifestantes. Mesmo assim, ontem houve um confronto. Por volta das 12h30min, um grupo estava sendo conduzido por um carro de som em direção à obra quando foi barrado, ainda dentro da cidade de Itá. Quando os agricultores chegaram na barreira onde estavam os policiais, teve início uma discussão que resultou em empurrões.

Um dos manifestantes foi pego pelo pescoco por um policial. Segundo o comandante da Polícia Militar de Itá, tenente Ricardo Alves da Silva, os manifestantes forçaram a barreira e desaceataram alguns policiais, o que acabou gerando a confusão. Nesse momento, houve a agitação das bandeiras do movimento,

cujos mastros eram de madeira e pontiagudos.

A situação, no entanto, foi controlada rapidamente. As duas partes conseguiram chegar a um entendimento, de forma que o carro de som prosseguisse até um acampamento improvisado na estrada de acesso à usina, localizado a dois quilômetros da ponte na fronteira com o Rio Grande do Sul e a seis quilômetros do local onde estava sendo realizada a inauguração da usina.

Nesse local, os policiais montaram uma barreira de forma a impedir que os manifestantes saíssem do acampamento e transitassem a estrada. De acordo com o depoimento de alguns policiais, os agricultores possuíam pneus no acampamento, provavelmente com o objetivo de bloquear o tráfego. Ontem mesmo os manifestantes se retiraram de Itá e voltaram para suas cidades de origem.



IRINEU DALLA VALLE/DC/ITA

CHOQUE: Policiais montam aparato para evitar o acesso dos manifestantes à área da inauguração, restrita aos convidados

Gerasul libera R\$ 300 mil para lavouras

Não era o que o Movimento dos Atingidos por Barragem esperava, mas na audiência de uma comissão do movimento com a Gerasul, realizada cerca de duas horas antes da inauguração da Usina de Itá, a empresa aceitou liberar R\$ 300 mil a fundo perdido para custeio das lavouras. Além disso, ficou definida uma nova audiência para sexta-feira, às 11h, na sede da Gerasul em Florianópolis. Sadi Baron, da direção nacional do MAB, disse que o volume liberado pela Gerasul é insignificante, mas considerou um avanço o fato de a empresa reconhecer que tem uma dívida com os agricultores atingidos pela obra.

A reivindicação do MAB é de R\$ 3 mil para cada uma das 3 mil famílias atingidas pela barragem, num total de R\$ 9 milhões. Esse dinheiro seria a fundo perdido para o custeio do plantio da safra de Verão. Baron calculou que o dinheiro liberado pela Gerasul seria suficiente para atender a apenas 100 famílias.

O tra reivindicação dos agricultores é em relação à indenização dos 100 metros de preservação ao redor do lago de Itá. O MAB considera muito baixo o valor de indenização para a remoção das benfeitorias e restrição do plantio. O diretor de implantação de projetos da Gerasul, Roberto Quadros, informou que

existem 170 benfeitorias com atividades poluidoras e 100 propriedades com restrição de uso e que mais de 50% já acertaram o valor. Ele acredita que o valor pago está de acordo com o mercado. Quadros considera que muitos pleitos não são de responsabilidade da Gerasul.

Os integrantes do MAB também tiveram audiência com o ministro Rodolpho Tourinho, em Chapecó. O movimento reivindicou do governo federal R\$ 30 mil por família, com juros subsidiados, além de uma discussão dos projetos de barragens para não prejudicar as populações. Tourinho ficou de levar as solicitações ao governo federal.

ELÉTRICAS

□ O presidente da Celesc, Francisco Küster, disse ontem em Itá que a empresa está negociando com a Gerasul, sua fornecedora, uma solução para a divergência envolvendo o reajuste tarifário da energia adquirida. A Celesc não reconheceu na íntegra o mais recente aumento autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a Gerasul, comunicando a fornecedora que iria pagar apenas um terço do índice. "Somos o maior cliente deles, mas o Estado não quer onerar a economia catarinense", observou Küster, que acompanhou a solenidade de inauguração da usina de Itá, da qual a Gerasul é o principal acionista individual.

□ O presidente do BNDES, Francisco Gros, disse ontem que é preciso que se criem pré-condições para que investimentos em termelétricas possam deslanchar no país. Segundo ele, 70% do custo de uma usina são pagos em dólar. O grande desafio é discutir o que é necessário para viabilizar estes investimentos, já que o banco financia um terço dos recursos (equipamentos); os empreendedores, de 30% a 40%; e o resto através de "project finance", o que depende de outras instituições financeiras. "Os bancos dizem que precisam de receita em dólar para investir nos projetos e as usinas acabam não decolando", disse Gros.

□ Apesar da falta de definição para os empreendimentos no setor de hidrelétricas, alguns projetos estão sendo anunciados. Juan Madrigal, presidente da hidrelétrica Cachoeira Dourada, do grupo espanhol Endesa, disse ontem que o grupo tem interesse em participar das licitações de construção de termelétricas no Brasil. Ele anunciou ainda que o grupo espanhol também quer entrar no mercado de pequenas hidrelétricas, com potência de até 50 megawatts, que ainda serão licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

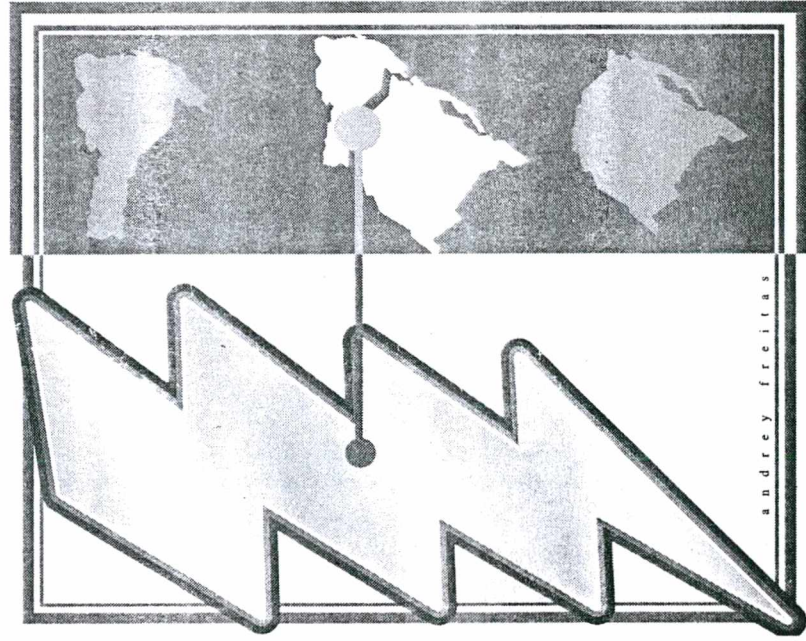
□ A Aneel realiza amanhã audiência pública para discutir a proposta de resolução que estabelece metas de universalização do fornecimento de energia elétrica para as concessionárias do setor. A audiência pública será realizada na sede da Aneel, em Brasília, e em outras oito capitais. De acordo com a minuta da resolução, as concessionárias devem apresentar um plano anual de metas de atendimento às áreas urbanas e rurais para os próximos cinco anos. As empresas, segundo a proposta, seriam obrigadas a atender 100% da demanda na área rural no fim dos cinco anos.

□ O Horário de Verão já resulta em economia de energia. Os consumidores estão mudando os horários habituais de banho nas regiões Sul e Sudeste do país. Este fato é confirmado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que, no sistema interligado, tem disponível de reserva 4,1 mil megawatts e só consome cerca de 2,7 mil megawatts. No país, segundo o secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce, o consumo até este mês evoluiu 5,2% e não deve ser muito diferente no fim do ano. Isso porque, até lá, as indústrias terão reduzido as produções, pois já terão atendido as encomendas do comércio.

Energia para o Sul

A inauguração da hidrelétrica de Itá representa um fato importante para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A obra, que com capacidade total colocará 1.450 megawatts à disposição desses estados e do país pelo sistema interligado, terá condições de atender ao consumo médio equivalente a 3,5 milhões de habitantes. Num momento em que ainda persistem dúvidas sobre a capacidade do sistema elétrico de atender até mesmo à demanda de Verão, a entrada em operação da hidrelétrica é mais uma garantia contra eventuais colapsos energéticos. Por isso, é oportuno destacar que investimentos desta importância só estão sendo concluídos em consequência da participação do capital privado.

O fato de uma usina como a do Rio Uruguai só estar sendo concluída 15 anos depois do início das obras dá uma idéia do descaso a que vinham sendo relegadas nos últimos tempos as obras de maior porte na área de infra-estrutura. Diante da insuficiência de recursos, projetos de importância e de longo período de execução eram constantemente protelados. A conclusão de um megaprojeto como esse, no qual foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão, só foi possível a partir do momento



em que a Gerasul resolveu compartilhá-lo com a iniciativa privada. Louve-se também a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Independentemente da importância da hidrelétrica para a região e para o país, as autoridades e as empresas envolvidas com a obra não podem fechar os olhos para os protestos dos atingidos pela barragem. Não é possível que demandas como as colocadas em debate se eternizem sem solução. Também é inadmissível que aproveitadores se utilizem da insatisfação para promover protestos violentos, invasões e atentados, de que é exemplo a bomba molotov que explodiu no centro de atendimento aos visitantes na última segunda-feira.

Acima de interesses pessoais ou de grupos afetados diretamente por um empreendimento destas proporções, está a necessidade de se afastar de vez a ameaça de que a oferta venha a se mostrar inferior à demanda nesta área. O resultado concreto seria mais um entrave ao crescimento. Diante do descaso ao que o setor foi relegado nos últimos anos, é essencial que se comece a perseguir uma matriz energética diversificada, capaz de livrar o país também da dependência excessiva de uma ou outra fonte de geração.